





REVISTA
EXTENSÃO EM
AÇÃO

EXPEDIENTE

Editoria-Chefe

Andréa Silvia Walter de Aguiar, Universidade Federal do Ceará

Editoria de Seção

Andréa Silvia Walter de Aguiar, Universidade Federal do Ceará

Aline de Oliveira Viana, Universidade Federal do Ceará

Mírian Narjara Pires Rocha, Universidade Federal do Ceará

Editores-Gerentes

Aline de Oliveira Viana, Universidade Federal do Ceará

Mírian Narjara Pires Rocha, Universidade Federal do Ceará

Conselho Editorial

Andréa Silvia Walter de Aguiar, Universidade Federal do Ceará

Antonia Lis de M^a Martins Torres, Universidade Federal do Ceará

Antônio Paulo de Hollanda Cavalcante, Universidade Federal do Ceará

Beatriz Gondim Matos, Universidade Federal do Ceará

Carlos Almir Monteiro de Holanda, Universidade Federal do Ceará

Clarice Zientarski, Universidade Federal do Ceará

Deisimer Goczevski, Universidade Federal do Ceará

Eduardo Girão Santiago, Universidade Federal do Ceará

Felipe Braga Albuquerque, Universidade Federal do Ceará

Guilherme Diniz Irffi, Universidade Federal do Ceará

Henrique Sérgio Beltrão de Castro, Universidade Federal do Ceará

Juliana Barroso de Melo, Universidade Federal do Ceará

Kamila Vieira de Mendonça, Universidade Federal do Ceará

Maria Isabel F.Lima Ciasca, Universidade Federal do Ceará

Márcia Vidal Nunes, Universidade Federal do Ceará

Marco Túlio Ferreira da Costa, Universidade Federal do Ceará

Marcos Ronaldo Albertin, Universidade Federal do Ceará

Marisete Dantas de Aquino, Universidade Federal do Ceará

Neide Fernandes M.Veras, Universidade Federal do Ceará

Robéria Rodrigues Lopes, Universidade Federal do Ceará

Ronaldo Stefanutti, Universidade Federal do Ceará

Vitor Monteiro Duarte, Universidade Federal do Ceará

Walda Viana B.de Moura, Universidade Federal do Ceará

Editores de Textos

Aline Nara Severiano, Universidade Federal do Ceará

Allan Braga Cavalcante, Universidade Federal do Ceará

Karla Yanara Barbosa Simião, Universidade Federal do Ceará

Maria de Guadalupe Costa da Silva, Universidade Federal do Ceará

Editor de Layout

Aline Nara Severiano, Universidade Federal do Ceará

Allan Braga Cavalcante, Universidade Federal do Ceará

Karla Yanara Barbosa Simião, Universidade Federal do Ceará

Maria de Guadalupe Costa da Silva, Universidade Federal do Ceará

NOMINATA DE AVALIADORES DA 19ª EDIÇÃO, VOLUME 1, ANO 2020

Ana Karoline Barros Bezerra, Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Caio Anderson Feitosa Carlos, Universidade Federal do Ceará (UFC)
Carlos Henrique de Vasconcellos Ribeiro, Universidade Santa Úrsula (USU)
Clarice Zientarski, Universidade Federal do Ceará (UFC)
Eder Gomes Pessoa, Universidade Federal do Ceará (UFC)
Elaine Cristina Dias Franco, Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ)
Fátima Maria Araújo Sabóia Leitão, Universidade Federal do Ceará (UFC)
Fernanda Pinto de Aragão Quintino, Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
Gabrielle Lima Feitosa, Universidade Federal do Ceará (UFC)
Hellíada Vasconcelos Chaves, Universidade Federal do Ceará (UFC)
Hemanoel Mariano Sousa e Silva, Universidade Federal do Ceará (UFC)
Jacques Antonio Cavalcante Maciel, Universidade Federal do Ceará (UFC)
Marcia Vidal Nunes, Universidade Federal do Ceará (UFC)
Marcos Andrade Alves Dos Santos, Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Marcos Ronaldo Albertin, Universidade Federal do Ceará (UFC)
Maria do Céu de Lima, Universidade Federal do Ceará (UFC)
Maria Elanny Damasceno Silva, Universidade Federal do Ceará (UFC)
Priscila França De Araújo, Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)
Rafael Pereira, Faculdade Alencarina de Sobral (FAL)
Raissa Magalhães de Almeida, Universidade Estácio de Sá (Estácio)
Sidney Guerra Reginaldo, Universidade Federal do Ceará (UFC)
Silvia Bomfim Hyppólito, Universidade Federal do Ceará (UFC)
Tereza Rafaella Cordeiro Maciel, Universidade Federal do Ceará (UFC)

SUMÁRIO

EDITORIAL

Andréa Silvia Walter de Aguiar 08-09

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

1. **ASSESSORIA TÉCNICA PARA MORADIAS AUTOCONSTRUÍDAS NO SERTÃO CENTRAL CEARENSE**
TECHNICAL ADVISORY TO SELF-CONSTRUCTED HOUSES IN THE SERTÃO CENTRAL OF CEARÁ
MÁXIMO, R. 10-24
2. **CARTOGRAFIA DA VIOLÊNCIA EM FORTALEZA: O CASO DO CAMPUS DO PICI, UFC**
CARTOGRAPHY OF THE VIOLENCE IN FORTALEZA: THE CASE OF CAMPUS DO PICI, UFC
AGUIAR, J. D. G. & GORAYEB, A. 25-40
3. **HISTÓRIAS DESMEDIDAS: REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO COM JOVENS (IN)VISIBILIZADOS**
HISTÓRIAS DESMEDIDAS: REFLECTIONS ON EXTENSION EXPERIENCES WITH YOUNG PEOPLE (IN)VISIBILIZED
GOMES, C.J. de A.; BARROS, J.P.P.; CAVALCANTE, C.O.B.; NUNES, L.F. & ALENCAR, F.A.B. 41-52
4. **RE-EXISTÊNCIAS DECOLONIAIS FRENTE ÀS VIOLÊNCIAS: EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS EM PERIFERIAS FORTALEZENSES**
DECOLONIAL RESISTANCES AND EXISTENCES IN FACE OF VIOLENCE: IN-FIELD EXPERIENCES IN FORTALEZA'S UNDERPRIVILEGED URBAN AREAS
DA COSTA, A.F.; SOUSA, I. S. de.; DIAS, L. I.; SAMPAIO, I. de C. R.; RODRIGUES, J.S. & BARROS, J.P.P. ... 53-66

EDUCAÇÃO

5. **USO DA METODOLOGIA DA PROBLEMATIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO**
USE OF THE PROBLEMATIZATION METHODOLOGY IN THE QUALIFICATION OF THE AGRONOMIST
REGO, G. R. O. & GAMARRA-ROJAS, G. 67-83

SAÚDE

6. **AS RODAS DE CONVERSA COMO FERRAMENTA COMPLEMENTAR AO PRÉ-NATAL**
CONVERSATION CIRCLES AS A COMPLEMENTARY TOOL TO PRENATAL CARE
SILVA, I.S.; XAVIER, P.B.; ARAUJO, T.L.L.; PAULINO, D.A.; QUEIROZ, C.G. & BRANDÃO, G.C.G. 84-93
7. **CONDIÇÕES DE SAÚDE BUCAL EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS E NÃO INSTITUCIONALIZADOS DE FORTALEZA, CEARÁ**
ORAL HEALTH CONDITIONS IN INSTITUTIONALIZED AND UN INSTITUTIONALIZED ELDERLY OF FORTALEZA, CEARÁ
SOUSA, J. S.; MENDES, G. M.; SILVA, R. A. D. A.; MOURA, W. V. B.; TEIXEIRA, A. K. M & REGIS, R. R. 94-106
8. **CONECTANDO LAÇOS ENTRE TRABALHADORES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO REDES**
CONNECTING TIES BETWEEN WORKERS: AN EXPERIENCE REPORT FROM REDES PROJECT.

	CARVALHO, R. G. de.; FILHO, O. C. G.; MAGALHÃES, M. M. L.; DO NASCIMENTO, H. S. P.; XIMENES, K. O. & OLIVEIRA, J. B. de.	106-116
9.	ENTRETANTOS: PSICOLOGIA EM ALIANÇA COM CORPOS PRECARIZADOS NAS MARGENS URBANAS ENTRETANTOS: PSYCHOLOGY IN ALLIANCE WITH PRECARED BODIES IN URBAN MARGINS LEONARDO, C. dos S.; DA SILVA, D. B.; BARROS, J. P. P.; SOUSA, I. S. de.; SARAIVA, R. B. & GONDIM, G. C. L. F.	117-127
10.	REATIVAÇÃO DE UM GRUPO DE PUERICULTURA COLETIVA: INTEGRANDO ENSINO, SERVIÇO E COMUNIDADE REACTIVATION OF A COLECTIVE CHIL CARE GROUP: INTEGRATING TEACHING, SERVICE AND COMMUNITY CAVALCANTE, F.M.L.; SOUSA, F.W.M de.; OLIVEIRA, I.K.M.; AMARAL, H.R.M.; MARINHO, G.M. & DA SILVA, M.A.M.	128-140

EDITORIAL

É tempo de mudanças

Caro(a) Leitor(a),

A Revista Extensão em Ação apresenta, neste 19, as mudanças necessárias para uma melhor qualificação da mesma e impacto nas bases de dados das publicações. Estas mudanças estão em sintonia com a responsabilidade e o compromisso que a Equipe da Revista tem com toda a comunidade.

Em primeiro lugar, no início do ano de 2020, realizamos uma profunda análise da Revista em observância aos critérios do *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) que é uma plataforma de dados de periódicos de acesso livre. Ou seja, o acesso aberto inclui a gratuidade e permissões para ler, baixar, copiar, distribuir e imprimir os textos integrais, sem haver a necessidade de remuneração. Para esta análise, foram avaliados o diretório <http://periodicos.ufc.br/extensaoemacao>, processo de avaliação por pares, propriedade de gerenciamento, órgão diretivo, equipe editorial, direitos autorais e licenciamento, ética na publicação, dentre outros. Para maiores detalhes, o(a) colega pode acessar o Diretório <https://doaj.org/>.

Desta forma, foi elaborada uma nova **Política Editorial da Revista Extensão em Ação** que é o instrumento adequado que explicita todo o processo de construção e procedimentos para submissão de manuscritos qualificados que contribuam com a temática de Extensão Universitária.

No que tange ao Conselho Editorial, foi convocada uma reunião para assento dos conselheiros para o biênio (2020-2022), com substituição de conselheiros desligados e novos convites, passando de 13 para 26 integrantes. O novo Conselho terá como desafio a melhoria na qualificação dos manuscritos aceitos, em busca de uma melhor inserção nas plataformas de indexação.

Outra grande mudança implementada foi a realização da Chamamento Público **para Editores de Seção, por área temática de Extensão** – comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção e trabalho. Os Editores de Seção normalmente gerenciam a avaliações de submissões e a edição dos manuscritos aceitos para suas áreas específicas. Até o fechamento deste número, havia 257 docentes ou técnicos de nível superior de IES (públicas ou privadas), com titulação mínima de mestrado que

desenvolvam ações de extensão em suas IES e que possuam experiência em avaliação de manuscritos em revistas acadêmicas. Este resultado reforça a credibilidade que a Revista Extensão em Ação conquistou ao longo dos anos.

A forma de consumo na atualidade está mudando, em que as pessoas não utilizam mais as redes sociais para apenas se comunicar, distrair ou divertir. A Revista também iniciou um processo formativo através das redes sociais – **Facebook, Instagram, Twitter e LinkedIn** para que as pessoas também possam consumir informações e serviços, com conteúdo de qualidade, interativo e informativo. Essas redes estão integradas entre si e institucionalizadas com identidade visual própria. Nessas redes, apresentamos, semanalmente, dicas e informes importantes para submissão de manuscritos que podem auxiliar aos autores. Acesse as redes e verifique as postagens: Facebook (@revistaextensao), Instagram e Twitter (@revistaprexufc) e LinkedIn <https://bit.ly/3apqZia>.

É tempo de mudanças. Convidamos aos leitores da Revista para que continuem enviando artigos para os próximos números de forma que avancemos juntos na divulgação da Extensão Universitária, em níveis nacional e internacional.

Andréa Silvia Walter de Aguiar

Editora-chefe da Revista Extensão em Ação

ASSESSORIA TÉCNICA PARA MORADIAS AUTOCONSTRUÍDAS NO SERTÃO CENTRAL CEARENSE

MÁXIMO, Rérisson¹

¹Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Ceará, especialista em habitação e desenvolvimento urbano pela Erasmus University, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, pesquisador do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab), doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo e professor do IFCE campus de Quixadá. E-mail: reisson.maximo@ifce.edu.br.

Artigo submetido em outubro de 2019 - DOI 10.32356/exta.v19.n1.42486

RESUMO

As necessidades habitacionais brasileiras evidenciam um grave problema social que pode ser classificado em dois componentes principais: o déficit habitacional e a inadequação habitacional. Neste componente estão inseridas as moradias autoconstruídas que não proporcionam condições desejáveis de habitação e representam a maior parte das edificações residenciais produzidas no Brasil. Localizada no sertão central cearense, Quixadá não difere dessa realidade presente tanto em metrópoles quanto em cidades pequenas, ao apresentar déficit habitacional cujo destaque é a inadequação habitacional. Diante deste quadro, criou-se o Escritório Modelo de Assessoria Técnica em

Construção Civil, projeto de extensão vinculado ao Instituto Federal do Ceará que atende grupos ou organizações sociais com limitações no acesso a profissionais técnicos na área de construção civil. O projeto possibilita que tal população reforme ou construa suas moradias contando com assistência técnica gratuita, baseando-se na chamada Lei da Assistência Técnica. Ao mesmo tempo, possibilita que alunos tenham uma experiência prática e voltada para questões sociais. Dentre os principais resultados alcançados até o momento destacam-se o desenvolvimento de desenhos e orientações técnicas para duas comunidades na periferia de Quixadá.

PALAVRAS-CHAVE: Autoconstrução; Habitação; Moradia; Assistência Técnica; Quixadá.

TECHNICAL ADVISORY TO SELF-CONSTRUCTED HOUSES IN THE SERTÃO CENTRAL OF CEARÁ

ABSTRACT

The Brazilian housing needs show a serious problem that can be classified into two main components: housing deficit and housing inadequacy. This last component includes self-built houses that do not provide affordable housing conditions and represent the majority of residential buildings produced in Brazil. Located in the central backlands of Ceará state, Quixadá does not differ from this reality present in both metropolises and small cities. That city presents a housing deficit whose highlight is the housing inadequacy. In view of this situation, the Student Office for Technical Assistance in Civil Construction was created. It is an extension project linked to the

Federal Institute of Ceará that helps social groups or organizations with limited access to technical professionals in civil construction demands and issues. This project allows low income population to reform or build their homes with free technical assistance, based on the so-called Technical Assistance Law. At the same time, it allows students to have a practical experience focused on social issues. Among the main results achieved, we could highlight the development of drawings and technical guidelines for two communities living in Quixadá outskirts.

KEYWORDS: Self-construction; Housing; Technical assistance; Quixadá.

INTRODUÇÃO

As necessidades habitacionais brasileiras correspondem a quase sete milhões de moradias, ou cerca de 12% do total de domicílios existentes no país (FJP, 2013). Tais números evidenciam a problemática habitacional que se apresenta sob diversas formas, sendo classificadas em dois componentes: o déficit habitacional e a inadequação habitacional. Este segundo componente considera que as habitações não proporcionam condições adequadas de moradia: são, regra geral, edificações autoconstruídas que, apesar de não precisarem ser repostas, necessitam de melhorias. A autoconstrução representa a grande maioria do total de unidades habitacionais produzidas no Brasil (MARICATO, 2011), ou seja, a maior parte das cidades é construída sem a participação direta do Estado via políticas públicas habitacionais e sem atuação de profissionais técnicos da área de construção civil, o que resulta na produção de edificações residenciais de péssima qualidade, comprometendo a habitabilidade e as condições de vida de quem nelas moram.

Quixadá, cidade que abriga importante campus do Instituto Federal do Ceará, não difere muito da realidade apresentada pelas outras cidades pequenas e médias do interior cearense, apresentando significativo déficit habitacional, com destaque para a componente inadequação habitacional e com predomínio da autoconstrução notadamente na sua periferia. Diante deste cenário, e visando se aproximar do que preceitua a Lei Federal 11.888, chamada Lei da Assistência Técnica, criou-se o Escritório Modelo de Assessoria Técnica em Construção Civil, projeto de extensão que desde 2014 tem buscado viabilizar uma experiência prática no âmbito da referida lei. Tal experiência tem permitido inclusive um grau de inovação e ineditismo ao IFCE, dando a tal ação o caráter de vanguarda no sentido de buscar estratégias de regulamentação e de implementação de ações tendo por base a Lei da Assistência Técnica.

Dentre os resultados alcançados estão a assessoria técnica gratuita para grupos sociais ou organizações com limitações financeiras de acesso a profissionais técnicos na área de construção civil; a formação técnica complementar dos alunos vinculados à cursos do eixo de infraestrutura e construção civil do IFCE do campus de Quixadá; e a difusão de conhecimentos técnicos em construção civil para os diversos segmentos da sociedade local, com destaque para o poder público e para camadas sociais de baixa renda.

AUTOCONSTRUÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O problema habitacional brasileiro

A partir dos anos 2000, o Brasil passou a ser um país predominantemente urbano, com mais pessoas morando nas cidades que no campo. Tal incremento traz consigo o desafio de prover moradia adequada nas áreas urbanas (MARICATO, 2011; ROLNIK, 2011). Mesmo com a ampliação recente do mercado formal da habitação, a tendência é que a maior parte das habitações das classes de baixa renda continuem sendo autoconstruída (BRUNA, 2010). A crescente urbanização aliada a falta de investimentos em infraestrutura e serviços urbanos trouxe, juntamente com o crescimento das cidades, a ampliação dos assentamentos precários.

Grande parte da população que passa a ocupar as cidades resolve os problemas de moradia através da autoconstrução, em geral habitações informais, precárias e construídas em etapas, que configuram favelas e loteamentos irregulares. A exclusão social e a inclusão precária na cidade têm sido uma das marcas no processo de urbanização brasileira, quando a falta de alternativas habitacionais resultou no avanço das cidades para as áreas periféricas resultando numa expansão descontrolada das cidades (MARICATO, 2011). Isso decorre principalmente pela elevação do preço da terra e das moradias nas regiões mais bem localizadas, restando à população de baixa renda ocupar áreas com menos acesso à infraestrutura e serviços urbanos.

Autoconstrução

O conceito de autoconstrução se refere ao processo pelo qual os próprios moradores assumem a gestão da produção de suas moradias, adquirindo material, contratando profissionais ou atuando diretamente na construção ou reforma de suas moradias. Não se limita às obras onde os moradores trabalham diretamente. Inclui também as realizadas por profissionais pagos, geralmente da mesma vizinhança e que atuam sob gestão direta dos proprietários. Neste caso, os moradores são empreendedores, mas não necessariamente da mão de obra, embora ocorra o trabalho de familiares como ajudantes, eventualmente em mutirões.

Ocorre de forma espontânea e dispersa, sem vinculação direta com processos de organização social e política (MARICATO, 1979). Está associada normalmente à prática das classes de menor renda excluídas do mercado imobiliário formal, mas que ao mesmo tempo possuem alguma capacidade para responder as suas necessidades de moradia, promovendo obras com seus próprios recursos, nas áreas livres dos lotes, sobre as lajes, ou nos terrenos ainda vazios dos assentamentos populares. Em síntese, autoconstrução pode ser definida como a

autopromoção de moradias realizada pela população de baixa renda nos assentamentos informais.

A Lei da Assistência Técnica

Como visto, a autoconstrução é a forma encontrada por grande parte da população que mora nas cidades para viabilizar a sua moradia (MARICATO, 1979). Como a maior parte desta população é carente de recursos financeiros e por isso acaba por não buscar apoio técnico especializado, o resultado é a precariedade das construções, com prejuízo à qualidade das edificações e à habitabilidade das mesmas (KOWALTOWSKI, 2003; MARICATO, 1979). E a ausência de regulação do Estado, no sentido de orientar e fiscalizar a forma como estas construções vão ocorrer apenas agrava o problema. Uma resposta importante dada pelo poder público foi a aprovação da Lei Federal 11.888, também chamada Lei da Assistência Técnica (BRASIL, 2008), cujo objetivo é o de garantir o direito social à moradia, previsto no artigo 6º da Constituição Federal do Brasil. Tal lei, sancionada em dezembro de 2008, estabelece o

“Direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto, acompanhamento e execução de obras de habitação de interesse social a famílias com renda até 3 salários mínimos por profissionais das áreas de arquitetura, engenharia e urbanismo, especialmente em regime de mutirão e em zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social” (BRASIL, 2008).

De maneira objetiva, a lei propõe assegurar o direito à Assistência Técnica Pública e Gratuita e colocar em prática Programas de Assistência Técnica. Contudo, devido a lei ainda não ter sido regulamentada, sobretudo nas municipalidades, não têm sido observados resultados práticos significativos na melhoria da qualidade das habitações a partir do conteúdo daquele marco normativo (FNA, 2014). Uma das maneiras de buscar implementar a assistência técnica é através de programas e projetos de extensão universitária. Dessa forma, é visando se aproximar do seu segundo objetivo – colocar em prática Programas de Assistência Técnica Pública e Gratuita – que a experiência extensionista aqui apresentada se coloca como de extrema importância, na medida em que tem viabilizado uma experiência prática possível de ser institucionalizada.

A extensão e sua relação com as cidades e a autoconstrução

Segundo a definição oficial¹, extensão seria “*o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade*”. Contudo, ainda que essa ideia avance no debate sobre o conceito de extensão enquanto atividade acadêmica, predomina a noção que afirma a prática extensionista como ‘*tudo o que não é ensino e pesquisa*’. Em geral, tal concepção resulta em ações de caráter assistencialista e baseadas na ideia de levar o conhecimento para quem não tem. A definição usual do que seria extensão é objeto de variadas interpretações. Por exemplo, o objetivo de ‘*promover a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade*’ é confuso, geralmente entendido como qualquer atividade fora do seu espaço físico.

Colocados tais aspectos, o projeto de extensão ora apresentado tenta se aproximar de algumas referências práticas e conceituais. Uma delas é a ideia de Escritório Modelo², cuja definição se diferencia de outras ações extensionistas semelhantes, como o caso das empresas juniores. O escritório modelo apresenta princípios que o distinguem (FENEA, 2007). Primeiro, por ser uma ação não-assistencialista, cujo trabalho é realizado com comunidades organizadas, elaborado e executado em parceria com a mesma, de forma que esta dê continuidade ao projeto após o afastamento do Escritório. Segundo, por atuar nos locais não alcançados pelos profissionais, o que caracteriza a definição do público-alvo das ações. E terceiro, por não possuir fins lucrativos, na medida em que as ações buscam atender um retorno social e não econômico³.

Encarada desta forma, a ideia de extensão buscada pelo Escritório Modelo é aquela pela qual a universidade afirma sua dimensão pública como instituição de ensino, por ser um campo de ação que concebe processos de ensino e pesquisa. Assim, ela teria por finalidade colocar sua produção de conhecimento à serviço da sociedade visando expandir as condições participativas das populações externas à universidade, em particular, aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade, exclusão e discriminação (D’OTTAVIANO & ROVATI, 2017).

A realidade local e os desafios para a formação técnica

¹ Dada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras.

² Proposta elaborada e difundida pela Federação Nacional do Estudantes de Arquitetura (FENEA, 2007).

³ É possível firmar parcerias desde que não firam os outros princípios, conservando a autonomia e o foco principal na extensão de cunho social. Estas parcerias devem ser buscadas através da comunidade envolvida.

Quixadá, cidade que abriga importante campus do IFCE, não difere da realidade apresentada por outras cidades do sertão central cearense, e mesmo do restante do estado do Ceará. Apresenta significativo déficit habitacional⁴, com destaque para a componente inadequação habitacional, segundo a qual as edificações não proporcionam condições desejáveis de habitação, o que não implica, contudo, necessidade de construção de novas unidades. São domicílios que não apresentam infraestrutura urbana adequada, que possuem adensamento excessivo ou que apresentam alguma carência construtiva que compromete a habitabilidade.

Quer na periferia ou mesmo na sua zona central, predominam na paisagem urbana de Quixadá as edificações residenciais autoconstruídas. Diante do incremento populacional na cidade que é resultado direto, dentre outros aspectos, do processo de expansão do ensino superior e técnico do qual o IFCE faz parte; decorre a demanda por construção de moradias. E a forma encontrada é, sobretudo, a autoconstrução. Tal solução – a construção residencial por conta própria, sem auxílio técnico de profissional devidamente capacitado e habilitado – está diretamente relacionada a dois fatores preponderantes: a falta de recursos financeiros para contratar um profissional e a falta de conhecimento técnico (MARICATO, 1979; MARICATO, 1997). São estes problemas que o escritório modelo tem buscado minimizar, obviamente dentro das limitações que o caracterizam.

MATERIAIS E MÉTODOS

A ideia de um Escritório Modelo

Diversos fatores indicavam ao mesmo tempo a demanda e a possibilidade de implantação de um projeto de extensão com as características de um escritório modelo. Em 2014, uma primeira proposta foi submetida à edital da Pró-Reitoria de Extensão do IFCE. Apesar de não ter sido contemplado com verba para investimento e custeio, foram viabilizados recursos para pagamento de bolsas, o que tornou possível iniciar as atividades do projeto, na medida em que um grupo inicial de alunos contaria com apoio financeiro para realizar as tarefas da atividade extensionista. De início, foram selecionados alunos do curso Técnico em Edificações, pela proximidade com a temática da proposta do Escritório. Como se tratava de

⁴ Dados de 2011 apontam que o déficit habitacional em Quixadá corresponde a aproximadamente 27% do total de domicílios existentes. Ou seja, para cada 4 domicílios naquela cidade, 1 novo precisa ser construído.

uma proposta inovadora – primeiro projeto de extensão no campus Quixadá financiado pelo próprio IFCE, com temática distante da realidade tratada em sala de aula, voltada para uma ação prática e com caráter social; houve uma tentativa de explicar ao grupo de alunos sobre qual a ideia estava sendo proposta e quais seriam as atividades desenvolvidas na atividade extensionista. Assim, foi feita seleção dos bolsistas, com total aceitação pelo corpo discente.

Nos dois anos seguintes, também foi possível obter recursos contemplados em editais da Pró-Reitoria de Extensão do IFCE, sendo que no último ano com verbas para compra de materiais e equipamentos, o que auxiliou na elaboração das atividades do projeto. Outro aspecto diferente foi que o campus passou a ofertar um curso superior de Engenharia de Produção Civil, o que propiciou a participação de alunos desse curso nas atividades do Escritório, trazendo ganho em termos de diversidade de conhecimentos e formação. Cabe registrar que uma dificuldade encontrada foi com relação ao tempo de execução do projeto, já que – vinculado e dependente a recursos de edital – ele tinha que iniciar e finalizar no prazo estipulado de seis meses. Isso impedia uma melhor distribuição das atividades e mesmo um maior contato com as comunidades atendidas. Ademais, isso implicava numa pausa semestral das atividades. Mesmo assim, foi possível executar as atividades pretendidas, tanto pela continuidade obtida pela sequência de êxito em 3 editais quanto pelo esforço dos alunos que participaram do Escritório.

A escolha do público-alvo, o encontro e as trocas com as comunidades

Seguindo os princípios do Escritório Modelo, desenvolvido como ação não-assistencialista, buscou-se identificar em Quixadá a existência de comunidades organizadas que apresentassem demandas relacionadas à construção civil. Foram feitos contatos com professores, técnicos e gestores do poder público municipal e mesmo junto aos alunos do IFCE que residiam em Quixadá para que pudéssemos traçar um panorama geral de quais possíveis comunidades o Escritório Modelo tenderia a atuar. Com base nos relatos coletados junto à tais atores da comunidade acadêmica, foram identificadas quatro comunidades localizadas na periferia da cidade que, por estarem organizadas em Associações Comunitárias, apresentavam-se como possíveis locais em que o Escritório pudesse desenvolver ações de assessoria técnica. Estas quatro áreas, após uma primeira visita exploratória, foram hierarquizadas segundo a precariedade habitacional observada. Duas delas já foram atendidas pelo projeto de extensão.

Foi escolhida como primeira área uma comunidade localizada no bairro Carrascal,

distante cerca de seis quilômetros do centro de Quixadá. Esta comunidade possui como ponto de convergência e luta um terreno pertencente à prefeitura, anteriormente previsto para construção de praça em loteamento privado, mas que foi doado pela administração municipal para que um grupo de moradores pudessem construir suas casas. Assim, 39 lotes foram demarcados, sendo que mais da metade deles estão desocupados e outra parte já possui edificações autoconstruídas, algumas em precárias condições de habitabilidade.

Uma segunda área em que o Escritório atuou foi o Assentamento Jean Silva. Trata-se de uma área periférica, de propriedade do Governo Estadual, distante cerca de cinco quilômetros do centro da cidade e que foi ocupada por um grupo de famílias há cerca de quinze anos, mas que apresenta extrema precariedade nas condições de habitabilidade. Possui cerca de 200 lotes dos quais menos de 1/4 foram ocupados. Contudo, há uma forte organização social em torno da Associação de Moradores na busca por melhores condições de moradia, aspecto convergente com as ideias em torno do Escritório, daí ter se apresentado como demanda.

Métodos e técnicas empregadas para assessoria técnica

Nas duas áreas assessoradas pelo Escritório Modelo, foram identificadas como demandas: desenhos técnicos que orientassem as famílias que ainda iriam construir nos lotes vagos e orientações técnicas para aquelas cuja casa já havia sido iniciada ou concluída, mas precisava de melhorias construtivas. Como forma de buscar entender e analisar a realidade das famílias e das edificações por ela ocupadas, foram feitas visitas de campo para medição das casas e coleta de dados sobre as casas e também aspectos socioeconômicos das famílias.

Inicialmente, foi buscado contato com lideranças comunitárias para que os moradores fossem informados da atividade que estava sendo realizada. Cabe indicar que uma dificuldade encontrada foi no contato com a comunidade e a dissociação entre a vontade que os moradores tinham de construir casas e a resposta que o Escritório Modelo enquanto atividade extensionista ofertaria. Como o projeto de extensão visou a assessoria técnica, buscou-se evitar, nas conversas realizadas, que expectativas fossem criadas pelos moradores no sentido de que haveria a construção de casas ou mesmo que se tratava de uma atividade do poder público.

De posse daquelas informações, os alunos elaboraram desenhos técnicos das casas visitadas. Estes desenhos passaram a compor acervo técnico e instrumental importante para a realização de discussões ocorridas no IFCE Quixadá acerca de questões técnicas, construtivas

e projetuais das casas feitas pelos próprios moradores. Destas discussões foram retiradas diretrizes para elaboração dos desenhos e orientações técnicas entregues aos moradores. Cabe registrar que, solicitado pelos próprios moradores, houve a devolução de parte destes desenhos, atendendo a um desejo daquelas pessoas de “ver a planta da própria casa”, que se sentiam felizes pelo simples fato de poder ver representada no papel o espaço que elas habitam.

FIGURA 1 – Alunos em atividade de visita às moradias para levantamentos



Fonte: acervo pessoal.

Para a elaboração dos desenhos das casas, foram estabelecidos critérios que pudessem atender às demandas das comunidades. Com terrenos de pequenas dimensões tanto na comunidade Carrascal quanto no Assentamento Jean Silva, foi pensada uma proposta de casa-modelo, que ocuparia a maior parte do lote, contemplando espaços básicos, mas também deixando espaços livres para permitir ventilação e iluminação naturais. Tal casa-modelo foi pensada de acordo com a dinâmica que a autoconstrução apresenta: edificações evolutivas, que vão crescendo e se adaptando às necessidades dos moradores ao longo do tempo. Assim, foram definidas formas de realização de reformas ou acréscimos nas casas sem a necessidade de grandes intervenções na proposta inicial, reduzindo custos e já indicando as possibilidades de alteração. Foram desenvolvidos dois modelos de casa-modelo, para os mesmos padrões de lotes.

FIGURA 2 – Oficina de discussão dos desenhos e orientações técnicas



Fonte: acervo pessoal.

Finalizados os desenhos e orientações técnicas, foram então organizadas oficinas de discussão e apresentação deste material para as comunidades. No caso da comunidade Carrascal, este evento ocorreu no próprio IFCE Quixadá e contou com a presença de moradores da comunidade. Na oportunidade foram discutidas questões sobre a Lei da Assistência Técnica, direito à moradia, autoconstrução; mas sobretudo foram apresentados os produtos elaborados pelo Escritório, quando os moradores tiveram a oportunidade de discutir, analisar e sugerir alterações sobre o que estava sendo colocado como proposta. Assim, as famílias agora munidas de informações técnicas, podem executar suas casas seguindo um planejamento e um conjunto de orientações técnicas, exatamente o oposto do que normalmente se observa na prática.

No Assentamento Jean Silva foram feitas duas visitas à comunidade para discussão junto aos moradores sobre como deveriam ser as casas a serem construídas. Aproveitou-se como momentos de discussão as reuniões ordinárias da Associação de Moradores, quando estavam presentes as principais lideranças e uma parte significativa dos moradores que possuem lote no assentamento. Também nesta oportunidade foram discutidas questões sobre direito à moradia, autoconstrução e a Lei da Assistência Técnica, dando ênfase a este tema devido a presença de representante da prefeitura municipal. Mas o enfoque principal ficou para a apresentação dos desenhos e orientações técnicas desenvolvidos pelo Escritório.

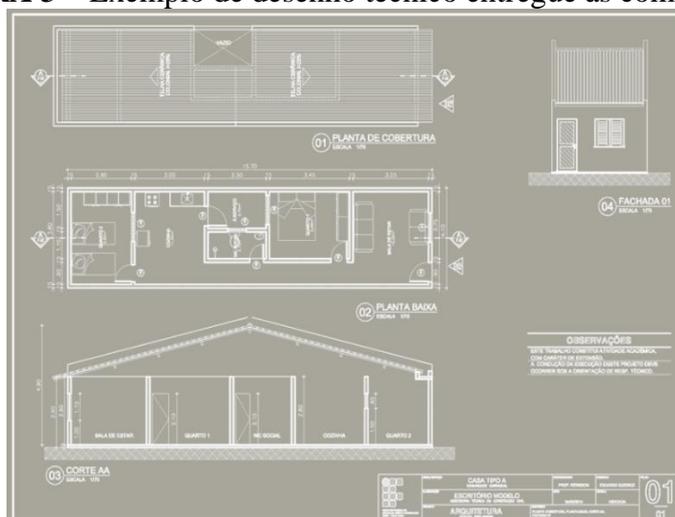
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desenhos e orientações técnicas

O Escritório Modelo desenvolveu atividades de assessoria técnica para duas

comunidades na periferia de Quixadá. Na primeira, no Carrascal, foram desenvolvidos desenhos técnicos e orientações para um total de 19 famílias, aquelas que ainda não haviam iniciado a construção de suas casas. Foram elaborados dois tipos de casas, com variações quanto à distribuição dos ambientes, já que a área permaneceu praticamente a mesma. Cada casa teria, a princípio, dois quartos, uma sala de estar, um banheiro, uma cozinha conjugada com sala de jantar e ainda um quintal. Mesmo os lotes sendo de pequenas dimensões, optou-se por deixar um pequeno espaço livre de forma a permitir a ventilação e iluminação naturais, além de possibilitar desenvolver atividades que necessitam de área descoberta. Apesar de ser uma tendência dos próprios moradores edificarem nesta área, foi bastante discutido e reforçado com eles a importância de os cômodos receberem ventos e luz do sol, condições que não estão presentes nas casas que já foram construídas, quase todas úmidas e escuras.

FIGURA 3 – Exemplo de desenho técnico entregue às comunidades



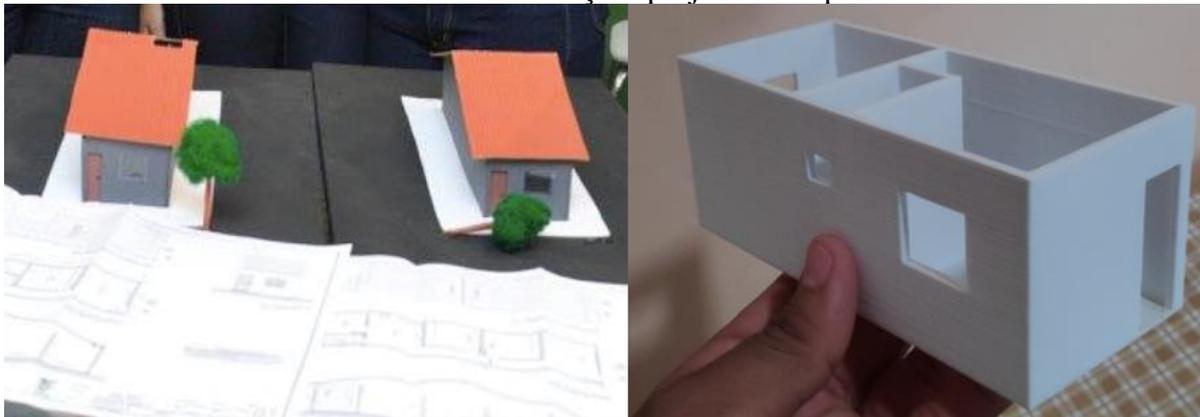
Fonte: acervo técnico do projeto

No Assentamento Jean Silva foram entregues desenhos técnicos e orientações para construção e reforma das casas para cerca de 50 famílias⁵. Nesta comunidade, a proposta foi bem semelhante à entregue na comunidade Carrascal. Com terreno um pouco maior, foi possível ampliar a área de quintal. Cabe registrar que as propostas já apresentam soluções que consideram as habitações segundo seu caráter evolutivo. Assim, já foram previstas, nos dois modelos básicos, alterações quanto a modificações no pavimento térreo para a inclusão de uma garagem ou um comércio. Ou ainda, acréscimo na parte superior, para construção de cômodos

⁵ Apesar da demanda ser maior, já que o número de lotes vagos no assentamento gira em torno de 200 terrenos, foram entregues os produtos para as famílias presentes nas oficinas, sendo entregue à Associação de Moradores os modelos de casa para que fossem arquivados e consultados por outros moradores

para a mesma casa ou ainda uma nova residência que possa ser alugada e virar fonte de renda. Até mesmo a escada, elemento de circulação vertical que normalmente é executado de maneira inadequada em casas autoconstruídas, tem seu espaço previsto considerando a redução de custo e do impacto da intervenção quando da reforma das residências.

FIGURA 4 – Modelos físicos das habitações projetadas e apresentadas aos moradores



Fonte: acervo pessoal

Foram apresentados e entregues ainda aos moradores um conjunto de orientações técnicas, indicando erros construtivos usuais e suas possíveis causas; informações básicas sobre materiais e técnicas construtivas; fórmulas simplificadas para cálculo do custo e da quantidade dos principais materiais a serem utilizados em uma obra; informações sobre a importância para a saúde da existência de aberturas que permitam ventilação e iluminação naturais e ainda a necessidade que as obras - de construção ou de reforma - sejam acompanhadas por profissional devidamente habilitado. Quanto a este último aspecto, foi ofertada como diretriz a busca da aplicação da Lei da Assistência Técnica por parte do poder público. Acerca desta legislação, cabe destacar que o projeto atuou junto à prefeitura buscando esclarecer as suas obrigações quanto ao atendimento da demanda por assistência técnica. Desta forma, foi buscada a construção de uma ponte entre moradores e prefeitura.

Formação complementar, difusão e troca de conhecimentos

Outro resultado importante foi a sensibilização dos envolvidos – estudantes, professores, servidores, movimentos sociais, instituições e pessoas físicas – acerca do direito à assistência técnica gratuita às famílias de baixa renda. Entende-se que essa sensibilização deve acontecer primeiramente dentro do IFCE, visto que os profissionais que estão sendo graduados por esta instituição devem levar em sua formação não somente conhecimentos técnicos, mas

também a consciência de que eles podem ser utilizados para a transformação social. Assim, a visibilidade e conscientização das pessoas em relação ao direito à assistência técnica gratuita é fundamental para tornar público e conhecido o direito garantido pela Lei Federal 11.888, em especial no contexto da busca pelo direito à moradia digna. Assim, difusão, discussão e debate sobre tais marcos normativos também foram ações desenvolvidas pelo Escritório.

A ação extensionista realizada possibilitou ainda a identificação de formas tradicionais de construção, que têm sido relegadas por outras mais modernas, mas não condizentes com a realidade e a necessidade apresentada pela população que habita as cidades do sertão central cearense. Assim, o projeto possibilitou aos estudantes a visão técnica sobre uma realidade da qual muitas vezes ele mesmo está inserido, na medida em que muitos alunos moram nas edificações aqui descritas. Outro resultado é a ligação pedagógica entre teoria e prática. Acredita-se que o desenvolvimento da metodologia de trabalho adotada no projeto trouxe importante retorno aos alunos envolvidos. Acrescenta-se ainda como relevante a aplicação do conhecimento técnico a partir da atuação dos futuros técnicos e engenheiros que participaram do projeto. Isso porque eles passaram a ter uma visão técnica mais ampla, mas, sobretudo uma visão social crítica do problema habitacional que está presente nas cidades pequenas e médias.

CONCLUSÃO

A experiência extensionista aqui apresentada se coloca como exemplo importante do papel que as novas instituições públicas federais de ensino, resultado do processo de expansão e interiorização promovido pelo governo a partir dos anos 2000, podem – e devem – exercer no sentido de mudar a realidade local. Bem diferente dos contextos metropolitanos, são muitas as precariedades apresentadas pela população e pelas cidades do interior do Estado, como é o caso de Quixadá. E estes problemas, vividos muitas vezes pelos próprios alunos e servidores, tornam-se foco do olhar acadêmico de maneira a buscar soluções no âmbito universitário. Daí a importância da articulação e da apropriação desta realidade por meio do tripé que metaforicamente sustenta as instituições de ensino federal – o ensino, a pesquisa e a extensão.

A atuação do Escritório Modelo oferece um grau de ineditismo ao IFCE enquanto instituição de ensino técnico e tecnológico, dando a tal ação o caráter de vanguarda no sentido de buscar estratégias de regulamentação e de implementação de ações tendo por base a Lei da Assistência Técnica. Tanto que houveram manifestações informais de prefeituras no sentido de

implantar um serviço municipal voltado à autoconstrução e buscando prestar assessoria técnica pública e gratuita. Apesar desse panorama positivo, cabe registrar alguns desafios colocados para que esta experiência tenha atuação perene e possa avançar nos seus objetivos. Um deles é a dependência de recursos via editais, o que cria uma condição de sujeição à contemplação junto a tais certames. Espera-se que o projeto se torne um programa de extensão, inclusive oferecendo experiências, metodologias e informações para outros projetos semelhantes dentro do IFCE ou ofertados por órgãos públicos ou ONGs. Apesar das atividades terem sido interrompidas temporariamente em 2017, a previsão é que, mesmo diante destas dificuldades, o Escritório permaneça atuando.

Por fim, cabe reforçar que a experiência extensionista relatada não se trata de puro assistencialismo, mas da busca de uma ação política com protagonismo ocorrendo em duas frentes: pelo próprio Escritório e pelas comunidades atendidas, ambos atuando com finalidades convergentes. Acreditamos que, desta forma, a extensão cumpre seu papel articulador entre instituição de ensino e sociedade como um modo de produção de relações sociais, que ocorrem em condições que extrapolam valores cultivados nos ambientes acadêmicos, ultrapassando as restrições do ensino na sala de aula e as amarras formais da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei Federal 11.888. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social*. Palácio do Planalto, Brasília, 2008.
- BRUNA, G. *Urbanização e regularização de loteamentos e habitações*. In: BÓGUS, L.; RAPOSO, I.; PASTERNAK, S. (Org.). *Da irregularidade fundiária urbana à regularização: análise comparativa Portugal-Brasil*. São Paulo: EDUC, 2010.
- D'OTTAVIANO, C.; ROVATI, J. (Org.) *Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional*. São Paulo: FAUUSP e ANPUR, 2017.
- FENEA. *Carta de definição para Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo*. Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Florianópolis, 2007.
- FJP. *Déficit habitacional municipal no Brasil*. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte, 2013.
- FNA. *Assistência Técnica e Direito à Cidade*. Federação Nacional dos Arquitetos. Rio de Janeiro, 2014.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. *Transferência de inovação tecnológica na autoconstrução de moradias*. In: Inovação, Gestão da Qualidade & Produtividade e Disseminação do Conhecimento na Construção Habitacional. ANTAC, Vol. 2, Porto Alegre, 2003.

MARICATO, E. *Autoconstrução, a arquitetura possível*. In MARICATO, E. (Org.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

MARICATO, E. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, E. *Nossas cidades estão ficando inviáveis*. Revista Desafios do Desenvolvimento, Edição 66. Brasília: IPEA, 2011.

ROLNIK, R. *Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes*. Revista e-metrópolis, Nº 05, Ano 2, junho de 2011. Rio de Janeiro, 2011.

CARTOGRAFIA DA VIOLÊNCIA EM FORTALEZA: O CASO DO CAMPUS DO PICI, UFC

AGUIAR, J. D. G.¹ & GORAYEB, A.²

¹Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: jdaguiar30@hotmail.com; ² Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: gorayeb@ufc.br

Artigo submetido em janeiro de 2019 - DOI 10.32356/exta.v19.n1.40269

RESUMO

Os mapas são utilizados para visualização de informações espaciais, auxiliando a percepção das relações humanas com o espaço geográfico, ao passo que permitem a aquisição de distâncias, direções e áreas na visualização geográfica. Fortaleza, conforme dados de órgãos internacionais de 2017, é uma das cidades mais violentas do mundo e o mapeamento criminal pode construir-se como uma ferramenta fundamental para o planejamento do policiamento das cidades, com a produção de imagens que aparecem desde mapas de alfinetes a modernos sistemas de informação geográfica (SIG). Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi analisar as estatísticas sobre a violência dentro do Campus da Universidade Federal do Ceará (UFC) e no bairro Pici, em Fortaleza-CE, no primeiro semestre do ano de 2016, utilizando os

dados oficiais da empresa que presta serviços de segurança para a universidade e as estatísticas oficiais do Governo do Estado para o bairro no mesmo período. Ademais, de modo complementar, foi feito um mapa colaborativo com dados do mesmo período do Campus (predominantemente de alunos), utilizando-se de ferramentas das plataformas Google My Maps e Google Earth Pro. A pesquisa revelou que o Campus do Pici não se configura como uma área isolada do restante da cidade de Fortaleza em relação à violência, hipótese inicial deste estudo, uma vez que foram observados ali diversos registros de crimes, inclusive com armas. Por fim, foram feitas sugestões para aprimorar a segurança do Campus, com suporte nas reflexões feitas neste estudo e de informações do site da Pró-Reitoria de Administração da UFC.

PALAVRAS-CHAVE: Mapeamento temático. Mapeamento colaborativo. Violência. Universidade Federal do Ceará.

CARTOGRAPHY OF THE VIOLENCE IN FORTALEZA: THE CASE OF CAMPUS DO PICI, UFC

ABSTRACT

The maps are used to visualize spatial information, aiding the perception of relations with the geographic space while allowing the acquisition of distances, directions and areas in the geographical visualization. Criminal mapping is a key tool for city policing planning, maps ranging from pin maps to modern geographic information systems (GIS). The objective of this study was to analyze statistics on violence on campus and in the Pici neighborhood in the first half of 2016, from the mapping in order to spatialize the official data of the company that provides security services to the UFC, comparing with the official statistics of the Government of the State of Ceará for the neighborhood in the same period. In addition, a collaborative map was created with data from the same period of the campus (predominantly students), using tools from the platforms Google My Maps and Google Earth Pro. For this purpose, the information from the Mexican NGO "Seguridad, Justicia y Paz"

("Seguridad, Justicia y Paz"), which configures the city of Fortaleza as one of the most violent cities in the world (2017), was used as a data source and, in addition, from the website of the Secretariat of Public Security and Social Defense of the State of Ceará and the Division of Surveillance and Security, whose reports reveal that the state capital is in an uncomfortable position regarding the absolute numbers of homicides per year. The research was based on the Pici campus of the Federal University of Ceará and revealed that the campus is not an isolated area of the rest of the city in relation to violence, the initial hypothesis of this study, since several records of crimes within the campus. Finally, suggestions were made to improve the safety of the campus, based on the reflections made from this study and information from the website of the Pro-Rector's Office of Administration of the UFC.

KEYWORDS: Thematic mapping. Collaborative mapping. Violence. Universidade Federal do Ceará.

1 INTRODUÇÃO

Consoante leciona Carvalho (2008), há séculos os mapas são utilizados para visualização de informações espaciais, auxiliando a percepção de relações com o espaço geográfico, ao passo que permitem a aquisição de distâncias, direções e áreas na visualização geográfica. Assim, o mapeamento criminal é um instrumento fundamental para o planejamento do policiamento das cidades, que se revela, segundo Bornhofen (2009), por meio de esquemas táticos com alfinetes fixados em lugares predeterminados a modernos sistemas de informação geográfica (SIG) atualizados *on-line* por uma rede organizada de gerenciamento público.

O principal objetivo deste trabalho foi analisar as estatísticas sobre a violência dentro do *Campus* do Pici, em Fortaleza-CE, no primeiro semestre do ano de 2016, utilizando os dados oficiais da empresa de segurança particular contratada pela universidade e as estatísticas oficiais do Governo do Estado para o bairro no mesmo período. E, de modo complementar, foi confeccionado um mapa colaborativo com dados do mesmo período do *Campus* (predominantemente de alunos), utilizando-se de ferramentas das plataformas Google My Maps e Google Earth Pro.

2. O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA DA CIDADE DE FORTALEZA

A violência ocorre em todos os lugares e momentos, afetando direta e indiretamente os cidadãos em qualquer parte do mundo, como se observa na citação do relatório realizado na América Latina pelo Pnud (2012, p. 13): “[...] cidadãos da região apontam o crime e a violência como fatores que limitam suas reais oportunidades e seu direito de viver uma vida livre de medo e ameaças”.

No Brasil, a violência representa um problema constante para toda a sociedade, com elevados índices de crimes que, historicamente, situam a segurança pública sempre no foco das atenções dos governantes, que ficam incumbidos da responsabilidade de formular políticas públicas eficazes na prevenção e no combate ao crime.

A literatura disponibiliza vários conceitos de violência. De tal sorte, o conceito que engloba o que se demanda analisar neste trabalho está de acordo com Schraiber, D'Oliveira e Couto (2004, p 3):

Ao definir violência como “uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” destaca a intencionalidade

do ato violento, excluindo os incidentes não intencionais. Inclui o uso do poder, exemplificado por ameaças de agressões ou intimidações e por negligências e omissões.

Consoante o conceito há pouco oferecido, divisam as palavras que qualificam a violência, configuradas em *força* e *ameaça*. De tal modo, pode-se englobar todos os tipos de violência registrados no *campus* sob exame (furto, ameaça, atropelamento, roubo, danos a terceiros, vandalismo, assédio sexual, uso de entorpecentes e abuso de autoridade), durante o período analisado (01 de janeiro a 16 de junho de 2016) e que estão devidamente registrados em livro pela Divisão de Vigilância e Segurança do Pici/UFC.

Ao se proceder a uma análise mais ampla do problema ora examinado, sabe-se que, desde 2011, a revista da ONG mexicana *Seguridad, Justicia y Paz* elabora um *ranking* com as cidades mais violentas do mundo, tendo como principal medida de referência o número de homicídios por segmento de dez mil habitantes. Esse relatório avalia os municípios com número de habitantes igual ou superior a 300 mil e confecciona um *ranking* de 50 cidades com maiores taxas de homicídios. Desde a primeira publicação desse periódico, a cidade de Fortaleza comparece aos índices de violência como uma das cidades mais violentas do mundo. Entre as publicações de 2011 a 2017 (dado mais atual até o momento), na avaliação dos índices de violência para compor o grupo das 50 cidades em tal situação, o relatório revela que Fortaleza saiu da 37ª posição em 2011 para a sétima em 2013 e, gradativamente, havendo retomado a posição 35 em 2016 (Figura 1).

FIGURA 1- Colocação de Fortaleza/CE no relatório mundial dos homicídios entre os anos de 2011 e 2016.



Fonte: Adaptado Seguridad, Justicia y Paz (<http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/>), 2017.

A Capital cearense possuía uma taxa de quase 75 homicídios por 100 mil habitantes no ano de 2014 e, em 2016, estava com 45, porém já esteve com o quantitativo de 61,9 homicídios por 100 mil habitantes no ano de 2015 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA, 2016).

Em relação a outros municípios brasileiros, Fortaleza estava na 9ª posição no ano de

2011 e, em 2015, subiu para a incômoda 1ª colocação na classificação nacional, descendo, em 2016, para 12ª posição (SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ, 2017).

Além de Fortaleza, outras dez cidades do País (Belém, Cuiabá, João Pessoa, Manaus, Recife, Salvador, São Luiz, Maceió, Goiânia - Aparecida de Goiânia e Vitória) apareceram em todos os relatórios que revelam as 50 cidades mais violentas do mundo (2011 a 2016). Na publicação de 2017, Fortaleza esteve na 35ª posição da lista, acompanhada de outras dezoito entre as 50 que compõem a lista (SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ, 2017).

Alguns fatores são apontados como sendo os possíveis para que a cidade alcançasse essa violenta conjuntura: o crime organizado (em especial o tráfico de drogas), as disputas de gangues e os conflitos territorializados (FREITAS, 2010). Ainda segundo esta fonte (2010, p. 134), "[...] Fortaleza está em acentuado processo de fragmentação socioespacial, balizado por conflitos territorializados que se multiplicam e se intensificam por toda a cidade, extrapolando inclusive para outros municípios (FREITAS, 2010).

Com efeito, o estado do Ceará lançou o programa Ceará Pacífico em 2015, coordenado pela vice-governadora Isolda Cela. O Ceará Pacífico abrange programas, projetos e ações voltadas para a prevenção da violência e redução da criminalidade. Com o objetivo de construir uma cultura de paz em todo o território cearense, opera com base em políticas públicas interinstitucionais de prevenção social e segurança pública. A meta é a melhoria do contexto urbano, por meio de ações que possibilitem o monitoramento e a avaliação contínua da sociedade, criando as condições de acolhimento das populações mais vulneráveis e o enfrentamento da violência¹. Esse programa teve resultados significativos ainda na campanha do então candidato para governador, Camilo Santana, e idealizador deste programa, pois, como já foi dito, trouxe um incentivo extra para os agentes da segurança pública.

O eixo de trabalho do Ceará Pacífico é a atuação integrada e compartilhada dos órgãos e entidades públicos estaduais, municipais e federais, junto da sociedade civil. O Pacto foi realizado com esteio em atividades conjuntas nas mais diversos setores governamentais. Nesse programa, existem uma valorização da polícia local e o estímulo para a redução de crimes, com a implantação e divisão da cidade de Fortaleza em Áreas Integradas de Segurança (AIS), que, em 2016, eram em número de seis zonas, porém, atualmente, existem dez subáreas (Figura 2), cada qual com, pelo menos, uma delegacia plantonista (funciona 24 horas) e um batalhão de

¹ Disponível em < <http://ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/13604-governador-lanca-pacto-por-um-ceara-pacifico-nesta-sexta-feira-7>>. Acesso em: 12/09/2016.

polícia militar com suas respectivas companhias subordinadas, interligadas a um sistema de comunicação CIOPS (Coordenadoria de Operações Policiais de Segurança).

Com esse aparato, as ocorrências são registradas por intermédio de B.O's (Boletins de Ocorrências)² ou por meio das viaturas conectadas com a CIOPS. Esses registros são feitos mediante perguntas que contêm: número da ocorrência, bairro, endereço, data, hora, natureza, latitude e longitude (as duas últimas utilizadas para criar os pontos no mapa). Após essa etapa, a SSPDS-CE confecciona e disponibiliza em *site* atualizado de dados sobre as ocorrências policiais, deixando, assim, transparentes as ações sobre o programa e disponibilizando dados para que sejam analisados e processados pelo cidadão comum ou a imprensa. Esta que é maior utilizadora desses dados abertos, confeccionando mapas e indicando a violência por meio visual. Esses dados só passam a ter veracidade se a viatura com policiais for ao local e comprovar o fato e fizerem um relatório de ocorrência.

FIGURA 2 - Áreas Integradas de Segurança de Fortaleza.



Fonte: Site SSPDS/CE -2017.

(<http://www.sspds.ce.gov.br/informacaoDetalhada.do?tipoPortal=1&codNoticia=3256&titulo=mapas%20ais&action=detail>).

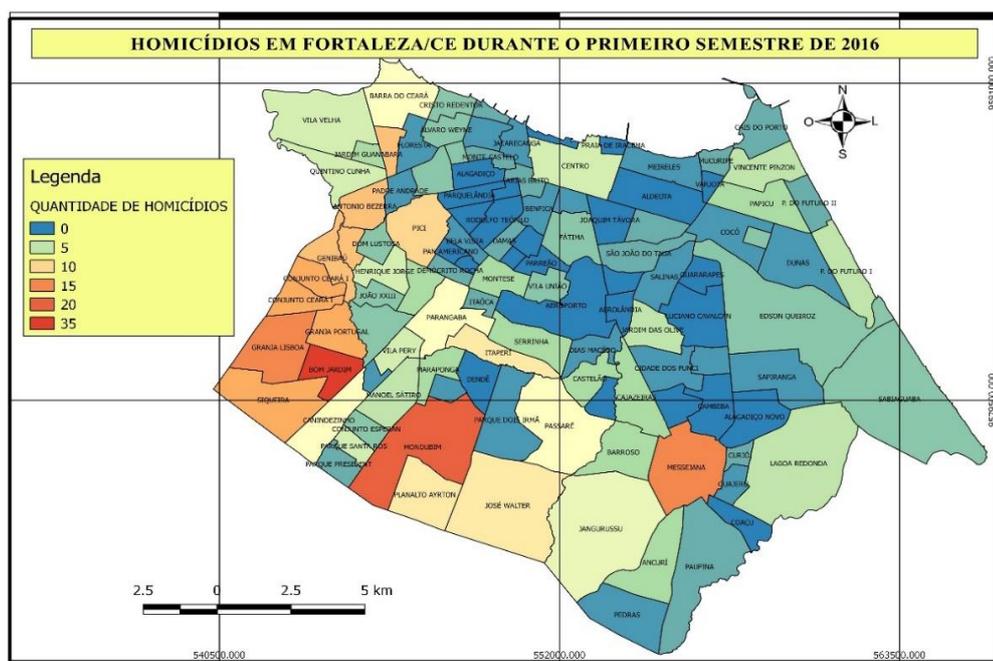
Até o ano de 2017, a cidade de Fortaleza dispunha de 10 AIS em que a de número 1 tem como sede Aldeota, a 2 Conjunto Ceará, a área 3 tem como pólo o bairro de Messejana; já a AIS 4 tem como *locus* o Centro da cidade, a 5 o Pan Americano, a AIS 6 o Antônio Bezerra, a

² Os dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS/CE) são oriundos da combinação de variadas fontes. A principal é o Sistema de Informações Policiais (SSPDS, 2017), que compreende os procedimentos usuais da Polícia Civil, como Boletim de Ocorrência, Termo Circunstanciado de Ocorrência e Inquérito Policial. Em se tratando de CVLI (Crimes Violentos Letais Intencionais), se faz necessária a utilização de fontes secundárias de dados, como os relatórios diários encaminhados pelo Comando de Policiamento do Interior (CPI), os relatórios diários enviados pela Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS) e os relatórios de exames cadavéricos da Perícia Forense (PEFOCE). Depois de colhidos, analisados e armazenados em bancos de dados e transformados em estatísticas, como as que esta pesquisa colheu no *site* da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará - SSPDS/CE, (<http://www.sspds.ce.gov.br/informacaoDetalhada.do?tipoPortal=1&codNoticia=7498&titulo=Indicadores%20Criminais%202016&action=detail>), mostra todas as ocorrências diárias registradas junto à Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS).

área 7 a Cidade dos Funcionários; a AIS 8 tem como polo o Pirambu, a 9 o José Walter e., por fim a Área Integrada 10, cuja base é o bairro da Cidade 2000. Cada uma AIS tem que possuir, pelo menos, um batalhão de polícia e uma delegacia de polícia civil de plantão, para atender de pronto as ocorrências diárias e dinamizar as investigações de possíveis crimes.

Diante dos dados obtidos, os autores desta pesquisa confeccionaram uma tabela com os 116 bairros onde observa-se que os bairros periféricos aparecem com maior números de homicídios e demais ocorrências como é o exemplo do bairro Bom Jardim que apresenta 34 homicídios e 51 ocorrências³ que se encaixam no CVLI. Não foram computadas agressão sem lesão corporal, ameaça e veículo localizado sem procedimento em delegacia. A Figura 3 apresenta os crimes de homicídios ocorridos em Fortaleza no primeiro semestre de 2016.

FIGURA 3 - Homicídios em Fortaleza durante o primeiro semestre de 2016



Fonte: Elaborado por João de Deus Gomes Aguiar (dados da SSPDS/CE, 2016).

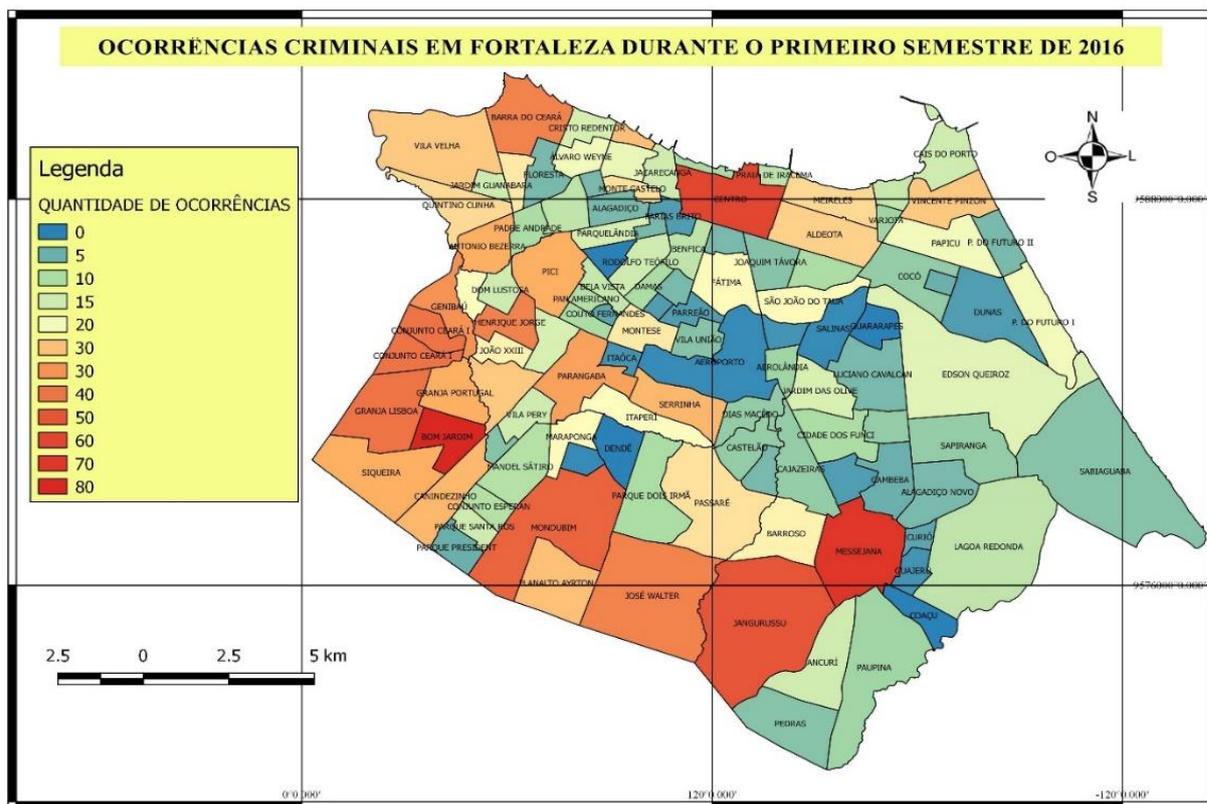
Com suporte na compilação e organização dos dados, foi montada uma tabela simplificada com as seguintes tipologias de ocorrências: (i) homicídios, (ii) roubos/furtos, (iii) uso ou tráfico de entorpecentes e (iv) lesão corporal (por arma de fogo ou faca). Estas foram

³ Nesta foram simplificadas as ocorrências listadas nos relatórios diários, criando os campos de homicídios (à bala, à faca ou no trânsito) (para confecção da Figura 5) que se encaixariam no campo do CVLI e demais ocorrências: roubos (furtos, assalto, arrombamento), drogas (apreensão de entorpecentes, abandono), lesão (à bala, à faca, pedrada ou no trânsito), suicídio, embriaguez ao volante e armas (apreensão, abandono).

totalizadas em número de 1.530 ocorrências durante o período analisado (1º de janeiro a 15 de junho de 2016), ou seja, em quase seis meses, sendo que 427 homicídios em 116 bairros constantes no relatório (SSPDS/CE, 2017).

Na Figura 4, os tons de azul representam onde ocorreram menos homicídios (ou não houve homicídios no período analisado) e os tons de vermelho onde houve maior incidência desse tipo de crime. Em destaque negativo, estão os bairros Messejana, Mondubim e Bom Jardim. O bairro Pici, onde está inserido o principal *Campus* da UFC, em sua totalidade, denota um número mediano, com registro de dez homicídios nesse período, porém está no setor onde ocorrem mais homicídios na cidade – o setor oeste. Na Figura 5, estão representadas todas as ocorrências (homicídios, apreensão de drogas e de armas de fogo, lesão corporal, furto/roubo) registradas no relatório que se avaliou no período examinado.

FIGURA 5 - Ocorrências criminais em Fortaleza durante o primeiro semestre de 2016.



Fonte: Elaborado por João de Deus Gomes Aguiar (dados da SSPDS/CE, 2016).

3 O MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA NO CAMPUS DO PICI - UFC

A vigilância privada que a UFC terceirizou contava, em 2016, com 44 vigilantes que

trabalham 24 horas por dia, distribuídos nos portões, portarias e centros do Complexo Universitário. O serviço conta com um sistema de radiofrequência, mediante o qual todos os vigilantes se comunicam para saber do andamento da vigilância. Observa-se que o *Campus* tem três entradas/saídas para veículos e pedestres e duas somente para pedestres, o que facilita a vigilância e a comunicação de algum possível delito.

Já os dados de ocorrências dentro do *Campus* do Pici foram coletados junto à Divisão de Vigilância e Segurança (DVS) da Universidade Federal do Ceará (UFC), por meio de ofício, já que tais dados não estão disponíveis ao público e não estão em meio digital e, por esse motivo, teve-se um pouco de dificuldade em dispor destas informações, pois só seriam autorizadas e disponibilizadas diretamente pela direção do setor da segurança da Universidade. Depois de seis meses de espera, diversas tentativas frustradas e intervenção direta da professora que orientou este trabalho, o setor de segurança do Campus do Pici disponibilizou, por meio digital, as informações transcritas do livro de ocorrências da segurança do Campus do Pici somente do período de 1^o de janeiro a 16 de junho de 2016 (Tabela 1).

TABELA 1 - Tabela das ocorrências registradas pela segurança da UFC durante o 1º semestre de 2016.

Data	Horário	Tipo	Local	Data	Horário	Tipo	Local
02/01/16	Plantão Diurno	Roubo/Furto - Sumiço das mangueiras de incêndio	UFC - Pq. Olímpico	04/05/16	11h	Assédio Sexual	Centro Esportivo
07/01/16	Plantão Diurno	Furto - Data show/Câmera fotográfica	Bloco didático de centro esportivo	05/05/16	16h	Furto de cabos de cobre	UFC - ICA
10/02/16	15h	Furto - materiais de limpeza com prisão, mas sem procedimento	Alojamento centro esportivo	05/05/16	22h 30min	Uso de Entorpecente	P. das Mangueiras
19/02/16	9h20min	Arma - disparos contra o vigilante	local ignorado	18/05/16	13h 45min	Roubo - Celular/fones de ouvido	Próximo a Matemática
21/02/16	14h 20min	Furto - bombas d'água e fiação	UFC - Obra do Ginásio Novo	18/05/16	17h 20min	Furto - kit multimídia do carro	Bloco 910 - Computação
29/02/16	11h 50min	Roubo - A faca/A três alunos/Bolsas e outro objetos.	Biblioteca central	19/05/16	8h	Furto - CPU	Instituto de Cultura e Arte
06/04/16	Plantão Diurno	Furto - violão de dentro do carro	Instituto de Cultura e Arte	31/05/16	16h 50min	Furto - fios e cabos	(GREAT) - Bloco 942a
13/04/16	13h 40min	Furto - capacete de moto	Base SAMU	06/06/16	17h 20min	Furto - Bicicleta	Biblioteca do Centro de Ciências
13/04/16	14h 20min	Furto de Dinheiro	Farmácia Viva	10/06/16	19h 30min	Furto de Bicicleta	Parque Olímpico
27/04/16	11h	Furto - Portão de Ferro	UFC - Obra do Ginásio Novo	16/06/16	10h 40min	Roubo - Celular	Próximo a Entrada da rua Piauí
30/04/16	8h15min	Furto - Barra de Ferro	Obra COP				

Fonte: Transcrita a partir dos dados da Divisão de Vigilância e Segurança (DVS) da Universidade Federal do Ceará - UFC, 2016.

Ao se analisar os mapas da cidade de Fortaleza, não foi possível observar o *Campus* do Pici como um local isolado dessas ocorrências de violência. Este fato é justificado pela escolha da escala de análise do mapa, ou seja, quanto menor a escala usada, menores os detalhes

circunstanciais, porém maior a possibilidade de dar enfoque à regionalidade dos fatos. Isto é exemplificado na citação de Castro (2000, p. 120), para quem "[...] a abordagem geográfica do real enfrenta o problema básico do tamanho".

O *Campus* do Pici é um dos sete da UFC (Sobral, Quixadá, Crateús, Russas, Campus Benfica e Porangabuçu - Fortaleza). Estão inseridos no *Campus* do Pici três Centros: Centro de Ciências, com dez departamentos; Centro de Tecnologia, com nove departamentos, e Centro de Ciências Agrárias, com oito departamentos. Nota-se, com efeito, que o *Campus* está inserido em uma grande área territorial com 233 hectares, basicamente dentro de um bairro do mesmo nome e faz fronteiras com bairros como Bela Vista, Parquelândia e Antônio Bezerra, que têm particularidades quando o assunto é violência.

FIGURA 6 - Crimes registrados no bairro Pici no período de 01/01/2016 a 15/06/2016.



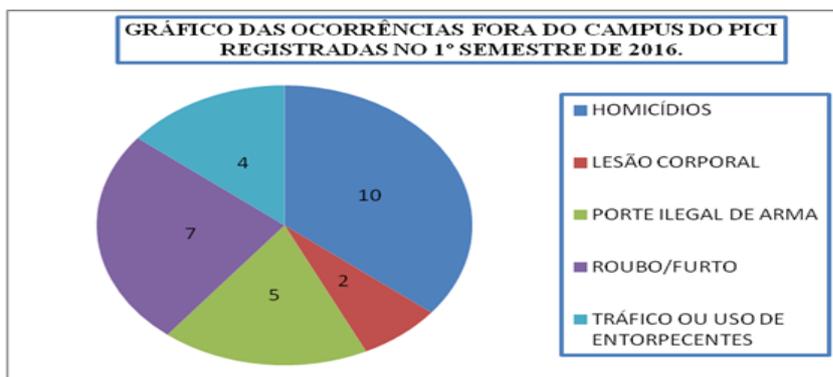
Fonte: Elaborado pelos autores (dados da SSPDS/CE, 2016).

A Figura 6 mostra duas delimitações: em amarelo o bairro Pici e em vermelho o *Campus* do Pici. As ocorrências fora do *Campus* são informações provenientes da SSPDS/CE e, de dentro, procedem do Setor de Segurança Privada da UFC.

A Figura 6 revela que, fora dos limites, mas bem próximo aos muros externos do *Campus*, ocorrem homicídio, lesão corporal, furto/roubo e tráfico/uso de entorpecentes. Nota-

se que furto/roubo e homicídios estão em maiores números, como mostra a Figura 7. A Figura 7 expõe uma ocorrência de uso/ tráfico de entorpecentes para o período analisado neste local e os resultados desta pesquisa demonstram que é possível, futuramente, essa situação desencadear outras ocorrências mais graves.

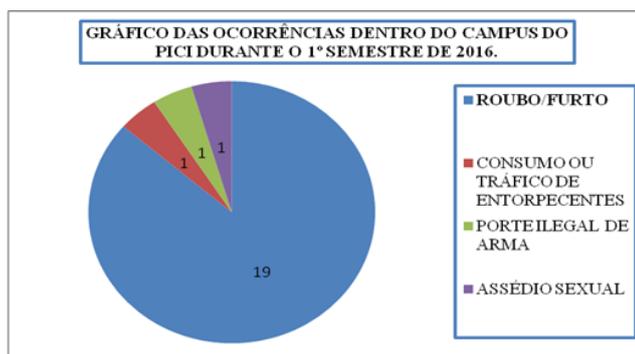
FIGURA 7 - Ocorrências fora do Campus do Pici, registradas no primeiro semestre de 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor (dados da SSPDS/ CE, 2016)

Observa-se que, fora dos limites do *Campus*, há um número expressivo de roubos e homicídios, diferente das ocorrências geradas dentro do *Campus*, onde se destaca o número maior de roubo/furtos. O grande número de roubos/furtos se justifica também pelo considerável quantitativo de obras civis e a inserção do *Campus* num bairro com índices intermediários de criminalidade, já que das 19 ocorrências (Figura 8) registradas nessa tipologia, 16 foram furtos de materiais de construção civil, objetos ou até mesmo dinheiro, sem que o proprietário do objeto furtado estivesse no local.

FIGURA 8 - Ocorrências dentro do Campus do Pici durante o primeiro semestre de 2016.

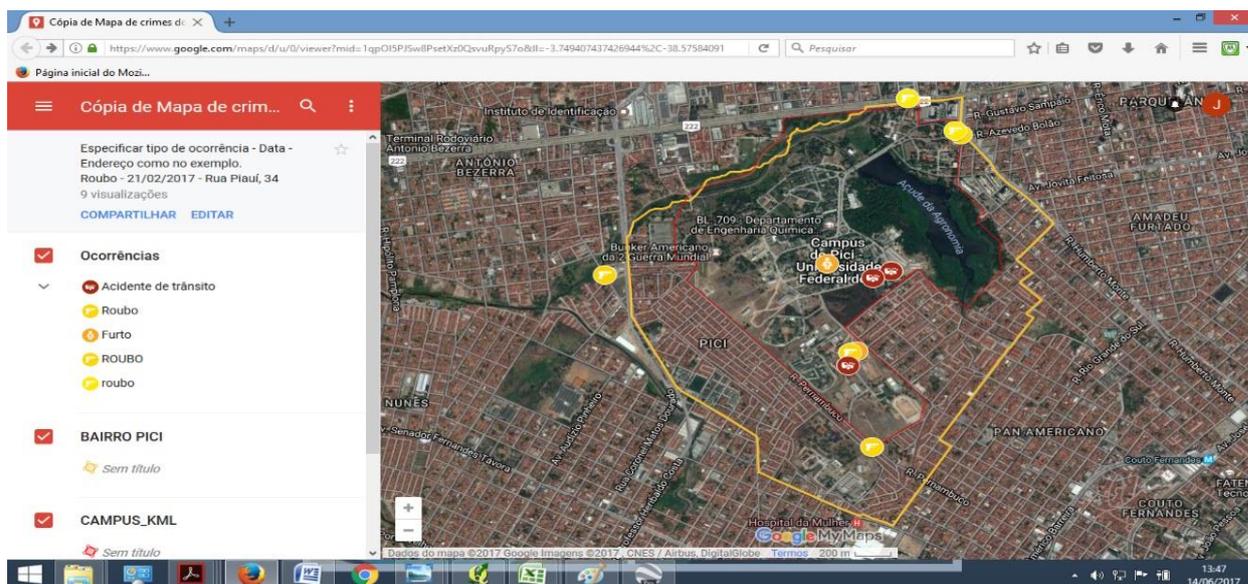


Fonte: Elaborado pelos autores (dados da Divisão de Vigilância e Segurança da Universidade Federal do Ceará – UFC, 2016).

Ao explorar os dados da Divisão de Vigilância e Segurança da UFC e da SSPDS/ CE, de 2016, as ocorrências estão expostas de modo a revelar que o lugar onde há maior incidência

de criminalidade está na cor vermelha e onde veem-se cores com degrade tendendo a azul a concentração de ocorrências é menor. Fez-se uma experiência no sentido de elaborar um mapa da violência no Pici (Figura 9), de modo colaborativo, por meio das redes sociais, especificamente o *Facebook*, utilizando-se ferramentas dos produtos GoogleGeo, em destaque o MyMaps. Inicialmente⁴, foi confeccionado um mapa com o emprego da ferramenta My Maps, com as mesmas limitações do bairro Pici e do *Campus*.

FIGURA 9 - Mapa colaborativo das ocorrências do bairro Pici, sofridas por usuários do Campus do Pici (UFC).



Fonte: Elaborado pelos autores (Acessado no link: https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=11Fhirpv_7aZS23nBtFoXgLspPsY&ll=-3.743713232784882%2C-38.57581677811811&z=19).

Vale dizer que há em andamento um mapeamento colaborativo do *Campus*, no *software* de mapeamento colaborativo (free/ open source) Openstreetmaps, com protagonismo dos pesquisadores do Labocart/UFC, do Departamento de Geografia, e que esta pesquisa colaborou no sentido de inserir os postos e guaritas da vigilância privada do *Campus*, gerando um mapa mais completo do local e, assim, enriquecendo os dados espaciais com informações essenciais para quem transita pelo espaço (Figura 11).

⁴ Foi solicitada, no dia 21 de fevereiro de 2017, a contribuição no mapa, por meio de compartilhamento em diversos grupos do *Facebook*, como: Labocart/UFC (grupo com 65 membros), Geografia/UFC (grupo com 2.195 membros), Pós-Geografia/UFC (grupo com 769 membros) e *Forum* do Pici (grupo com 20.124 membros). O questionamento foi: mostrar no mapa colaborativo o local onde sucedeu algum assalto ou outro tipo de violência (Figura 11). Na tabela anexa ao mapa on-line, foi solicitado o preenchimento com informações referentes à data de ocorrência. A Figura 9 mostra o mapa com algumas publicações de ocorrências, porém nenhuma registrada no período analisado por esta pesquisa, ou seja, o primeiro semestre de 2016. As informações do mapa tiveram por base as publicações de 02/05/2017 a 30/06/2017, e, nesse período, houve 10 participações, com os seguintes números e tipos de ocorrências: sete roubos, um furto e três acidentes de trânsito.

adesivo específico, (vi) realizar atividades educativas junto as comunidades que fazem limite com o campus do Pici, com o intuito de conscientizar as pessoas para o bom uso do patrimônio público e de divulgar os serviços que a universidade oferece à população.

Percebe-se que existe uma mobilização administrativa em reconhecimento a algumas dessas ações, uma vez que desde o início de 2017.1 a Pró-reitoria de Extensão está mobilizando os coordenadores de projetos para contribuírem em ações de extensão junto às comunidades fronteiriças ao Campus, porém sem oferecer nenhuma estrutura, financiamento ou bolsas para estudantes, tornando a proposta pouco aplicável.

REFERÊNCIAS

ARCHELA, R. S.; THÉRY, H. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos. **Revista franco-brasileira de Geografia**, 2010.

BORNHOFEN, P. R; Tenfen, E. Mapeamento criminal por meio da plataforma google maps. **Revista brasileira de segurança pública**, 2009.

BRASIL. Decreto-Lei nº2848, de 7 de Dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro. **Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel**. 20 ed. - São Paulo: Rideel, 2015.

CARVALHO, E. A. de; ARAÚJO, P. C de. **Leituras cartográficas e interpretações estatísticas**. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

CASTRO, E. de C; GOMES, P.C da Costa; CORRÊA, R. Lobato. **Geografia Conceitos e Temas - 2 ed.** - Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000.

CEARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Disponível em: <<http://www.sspds.ce.gov.br/informacaoDetalhada.do?tipoPortal=1&codNoticia=7498&titulo=Indicadores%20Criminais%202016&action=detail>> Acesso em: 24 abril 2016.

CERQUEIRA, D. R. de C. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

COSTA M.C.L; FREITAS F. L. da S. Crimes letais em escala metropolitana: o caso de Fortaleza. ANDRADE, L. T et al. (Org.). **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

FOLHA DE S. PAULO. Reforço na segurança não impede novos ataques no Ceará: Escola, ônibus e caminhão de coleta de lixo foram incendiados. Matéria de João Valadares e publicada em 21/01/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/reforco-na-seguranca-nao-impede-novos-ataques-no-ceara.shtml>. Acesso em: 23/01/2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança**

pública- 2016. Pinheiros - São Paulo · SP. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Anuario_Site_27-01-2017-RETIFICADO.pdf. Acesso em: 23/01/2019.

INTERNATIONAL CARTOGRAPHIC ASSOCIATION. **A strategic plan for the International Cartographic Association** - 2003-2011. Durban: ICA, 2003. Disponível em: <http://icaci.org/files/documents/reference_docs/ICA_Strategic_Plan_200311.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2013.

MEDEIROS, Anderson. **Como fazer mapas de Kernel no QGIS**. Fortaleza, 01 jun. 2017. Disponível em: <http://www.andersonmedeiros.com/?s=mapa+de+calor>

MENEGUETTE, A. A. C. Cartografia no século 21: revisitando conceitos e definições. **Geografia e Pesquisa**, v. 6, n. 1, 2012 2011.

ONDE FUI ROUBADO. <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=ONDE+FUI+ROUBADO>>. Acesso 13/01/2016.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS (PNUD). Resumo: Relatório Regional de Desenvolvimento Humano, 2013/2014 - **Segurança Cidadã com Rosto humano**: Diagnóstico e propostas para a América Latina. UN Plaza, New York, USA, 2013.

REVISTA ELETRÔNICA SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Caracas, Venezuela es la ciudad mas violenta del mundo**. <<http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/summary/6-prensa/230-caracas-enezuela-es-la-ciudad-mas-violenta-del-mundo>>. Acesso em 13/10/2016.

WIKICRIMES.<[Http://www.wikicrimes.org/verCrime.html;jsessionid=C02AC8D6FD0792AD812B9800AADB9C0A?idCrime=2DAEC3A2747EFE9C3A2F62DB393D740D](http://www.wikicrimes.org/verCrime.html;jsessionid=C02AC8D6FD0792AD812B9800AADB9C0A?idCrime=2DAEC3A2747EFE9C3A2F62DB393D740D)>. Acesso em 13/01/2016.

SÁ, Narcélio. **QGIS, criando um mapa de localização**. Fortaleza, 16 fev. 2017. Disponível em <<http://narceliodesa.com/qgis-criando-um-mapa-de-localizacao/>>

SCHIRAIKER, L. B et alii. Violência e Saúde: estudos científicos recentes. **Revista de Saúde Pública**, 2006. São Paulo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40nsp e/30630.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

SOUSA, Paulo Victor Barbosa de. Mapas **colaborativos na Internet: um estudo de anotações espaciais dos problemas urbanos**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2012.

TAVARES et al. VEJA OBSERVAÇÃO. **Mapeamento colaborativo**: uma interação entre cartografia e desenvolvimento sustentável no *Campus* do Pici - Universidade Federal do Ceará. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp., 2016.

TRIBUNA DO CEARÁ. Novo secretário promete fim da divisão de presídios por facções no Ceará. Escrita por Jéssica Welma em 2/01/2019. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/novo-secretario-promete-fim-da-divisao-de-presidios-por-faccoes-no-ceara/>. Acesso em: 23/01/2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Administração Superior adota medidas e planeja mudanças na segurança da UFC.** 2011. Disponível em <<http://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2011/2135-administracao-superior-adota-medidas-e-planeja-mudancas-na-seguranca-da-ufc>>. Acesso em: 07/06/2017

VANESSA, T. **Crescimento populacional em Fortaleza é o menor em 6 anos.** Fortaleza 31/08/16. Disponível em <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/crescimento-populacional-em-fortaleza-e-o-menor-em-6-anos-1.1609173>>. Acesso em: 07/07/2017.

HISTÓRIAS DESMEDIDAS: REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO COM JOVENS (IN)VISIBILIZADOS

GOMES, C.J. de A.¹, BARROS, J.P.P.², CAVALCANTE, C.O.B.³, NUNES, L.F.⁴ & ALENCAR, F.A.B.⁵

¹Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Iniciação Científica. Integrante do VIESES. E-mail: carlajessicagomes@alu.ufc.br; ²Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação. E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com; ³Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: clara.oliveira0305@gmail.com; ⁴Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do VIESES. E-mail: larissafnpsico@gmail.com; ⁵Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: alencar.filipe@gmail.com.

Artigo submetido em janeiro de 2019 - DOI 10.32356/exta.v19.n1.40240

RESUMO

Este artigo objetiva relatar experiências do projeto de extensão Histórias Desmedidas de 2016 a 2018, junto a jovens, de 15 a 29 anos, em cumprimento de medida socioeducativa na cidade de Fortaleza e em situação de encarceramento. O projeto ampara-se teórico-metodologicamente no campo da Psicologia Social, em seus diálogos com estudos pós estruturalistas, da criminologia crítica e críticos à colonialidade, bem como com produções de áreas afins que tematizam criticamente juventudes, violências e políticas públicas. O projeto se operacionalizou, nestes anos, em duas frentes de ação: a primeira consistiu na realização de atividades com adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto, mediante a metodologia de oficinas, enquanto a segunda se voltou à incidência técnico-política nos sistemas socioeducativo e prisional a

partir da participação em comissões e comitês ligados aos monitoramentos realizados por organizações da sociedade civil atuantes da defesa de direitos humanos. As ações do projeto foram registradas a partir de diários de campo ao longo do processo e de relatórios, ao final de cada ano. Nos resultados, apresentamos a participação da equipe de extensão na facilitação de 32 oficinas com adolescentes e jovens em cumprimento de medida de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, no 4º monitoramento do sistema socioeducativo realizado pelo Fórum-DCA e no Comitê Estadual de Monitoramento da Política Nacional para Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Concluímos este artigo reiterando a importância de tais experiências extensionistas para a formação em psicologia a partir de um paradigma ético-estético-político.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes. Direitos Humanos. Socioeducação. Violências. Psicologia Social.

HISTÓRIAS DESMEDIDAS: REFLECTIONS ON EXTENSION EXPERIENCES WITH YOUNG PEOPLE (IN)VISIBILIZED

ABSTRACT

This article aims to report experiences of the extension project Histórias Desmedidas from 2016 to 2018, with young people from 15 to 29 years old, in accordance with a socio-educational measure in the city of Fortaleza and in a situation of incarceration. The project is supported theoretically and methodologically in the field of social psychology, in its dialogues with post-structuralist studies, critical criminology and coloniality, as well as with productions from related areas that critically address youth, violence and public policies. In these years, the project was operationalized on two fronts of action: the first consisted of activities with adolescents and young people in accordance with an open socio-educational measure, through the methodology of workshops, while the second turned to technical-impact political in the socio-educational and penitentiary systems,

based on participation in commissions and committees linked to the monitoring carried out by civil society organizations working in the defense of human rights. The project's actions were recorded in field diaries throughout the process and reports, at the end of each year. In the results, we present the participation of the extension team in facilitating 32 workshops with adolescents and young people, in accordance with the measure of assisted freedom and provision of services to the community, in the 4th monitoring of the socio-educational system carried out by the Forum-DCA and by the State Committee Monitoring of the National Policy for Women Deprived of Liberty and Prisoners. We conclude this article by reiterating the importance of these extension experiences for training in psychology from an ethical-aesthetic-political paradigm.

KEYWORDS: Youth. Human rights. Socioeducation. Violence. Social Psychology.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por intuito apresentar ações de 2016 a 2018 do projeto de extensão “Histórias Desmedidas”, ligado ao VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Criado em 2016, os objetivos do Projeto, até o ano de 2019, foram construir espaços de problematização com jovens em cumprimento de medida socioeducativa e jovens em situação de encarceramento acerca de suas trajetórias e perspectivas de vida, bem como fortalecer a incidência técnica da Psicologia em processos de monitoramento dos sistemas socioeducativo e prisional locais.

A proposta da ação de extensão se justifica pela conexão de quatro problemáticas identificadas no Brasil e acentuadas na realidade do Ceará: 1) a gravidade da questão da violência urbana e de seus impactos em termos de criminalização e extermínio de juventudes negras, empobrecidas e periferizadas; 2) condições aviltantes dos sistemas prisional e socioeducativo em termos da garantia de direitos humanos e responsabilização na atualidade, no âmbito das medidas de privação de liberdade e em meio aberto; 3) o desafio de problematizar o imaginário social que associa juventude, pobreza, raça, risco, periculosidade e violência (HILLESHEIM; CRUZ, 2008; BARROS, 2019; BARROS *et al.*, 2019a; BARROS *et al.*, 2019b; BARROS *et al.*, 2019c; BARROS *et al.*, 2019d), a partir da coletivização de exercícios analíticos acerca das relações entre juventude e violência, em contraposição à lógicas de patologização, sujeição criminal e desumanização de certas juventudes; 4) a necessidade de exercitar a (re)invenção de práticas psicossociais junto a adolescentes “em conflito com a lei” e jovens encarcerados/as, em contraponto a perspectivas que, a partir da institucionalização da figura do “sujeito infrator”, atualizam lógicas coloniais, a partir de um motor racializante e punitivista que estigmatiza e segrega esses sujeitos.

Denunciando e enfrentando tais problemáticas, o projeto busca a desnaturalização de processos de violação de direitos e assujeitamentos juvenis, e, ainda, o compartilhamento e a ressignificação de histórias por vezes invisíveis e inaudíveis socialmente, com vistas à experimentação da produção de novos territórios existenciais juvenis.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO E ASPECTOS TEÓRICOS

Situada no campo da Psicologia Social e Psicologia Jurídica, a proposta de extensão estabelece conexões com estudos pós-estruturalistas, da criminologia crítica (BATISTA, 2003; WACQUANT, 2012) e de estudos críticos à colonialidade (MBEMBE, 2014; 2017), bem como produções de áreas afins sobre violência, juventudes e políticas públicas. Tal composição plural mostra-se potente à análise e criação de agenciamentos coletivos produtores de modos heterogêneos de existencialização juvenis na contemporaneidade.

No que se refere à capital cearense, em 2012, Fortaleza apresentou o maior IHA entre as capitais do Brasil (MELO; CANO, 2014). Apesar dos dados demonstrarem que a população infantojuvenil é o principal alvo de violências letais, estes são frequentemente vistos como principais alcoses do problema da violência urbana, sobretudo pela exploração de episódios de violência urbana praticados por esses segmentos sob a ótica de um populismo penal e de um sensacionalismo midiático, ensejando persistentes apelos pela ampliação de dispositivos punitivos a segmentos específicos da população, notadamente negros e pobres, como forma de gestão da insegurança social (CERQUEIRA *et al.*, 2018).

O Ceará vem ganhando destaque nacional e internacional devido ao agravamento da segurança pública e do sistema prisional locais, bem como pela precária condução das medidas socioeducativas nas unidades de privação de liberdade. A situação de superlotação vivida no contexto cearense é fruto de anos de desmantelamento do sistema socioeducativo em âmbito local, mas também de um processo internacional e nacional. Frente à gravidade da situação cearense, a Corte Interamericana de Direitos Humanos notificou o Estado brasileiro após denúncia da situação do sistema socioeducativo no Ceará (CEDECA, 2014).

O cenário de colapso dos contextos das medidas socioeducativas também se materializa nas medidas em meio aberto (prestação de serviços à comunidade (PSC) e liberdade assistida (LA)), especialmente pela falta de investimentos por parte das prefeituras municipais.

3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DO PROJETO

O projeto se operacionalizou a partir de duas frentes de ação. A primeira voltou-se à construção de dispositivos grupais (BARROS, 1997; BARROS; SILVA; GOMES, 2020), a partir da metodologia de oficinas, com adolescentes que cumpriam medida socioeducativa em meio aberto e egressos do sistema socioeducativo sobre temáticas escolhidas pelos próprios

participantes e que permitissem diálogos sobre condições juvenis na atualidade, suas trajetórias e perspectivas de vida, bem como sobre temáticas ligadas à cidadania e responsabilização juvenil, com vistas a potencializar a produção micropolítica de processos de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 2005) entre os participantes. Ao todo, ao longo desses três anos, foram realizadas 32 oficinas. Já a segunda frente se desenvolveu a partir da participação em comitês e comissões concernentes aos processos de monitoramento dos sistemas socioeducativo e prisional, mediante a articulação de entidades da sociedade civil atuantes na defesa de direitos humanos em Fortaleza. Assim, participamos da comissão de monitoramento do sistema socioeducativo do Fórum Permanente de ONGs de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará (Fórum DCA) e do Comitê de Monitoramento da Política Nacional para Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Ceará.

Considerando essas frentes de ação, este artigo organiza seu relato a partir dos registros de diário de campo das experiências extensionistas do Histórias Desmedidas nos anos 2016, 2017 e 2018, junto a dois públicos principais: adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa e, especificamente em 2018, também mulheres encarceradas no estado. O material de análise deste relato é oriundo da articulação dos registros de campo com reflexões teóricas produzidas ao longo das supervisões do projeto, a partir de autoras/es que permitiram pensar sobre relações entre juventudes, violências, modos de subjetivação, processos de criminalização e punição no Brasil (MISSE, 2014; BATISTA, 2003; DIÓGENES, 2009; SALES, 2007; WACQUANT, 2012; BORGES, 2018), bem como suas heranças coloniais (MBEMBE, 2014; 2017) e suas relações com processos de subjetivação capitalistas (GUATTARI; ROLNIK, 2005; ROLNIK, 2018).

Assim, as reflexões que constarão a seguir estão organizados a partir de analisadores que mais se sobressaíram nas narrativas dos/as participantes sobre seus cotidianos e nas práticas institucionais focalizadas pelos objetivos do projeto acima expostos. Nossa aposta é de que as ferramentas metodológicas inter(in)ventivas do projeto possuem potencial de reinvenção

permanente da psicologia à luz de paradigma ético-estético-político, anticolonial, antirracista e abolicionista penal (BARROS *et al*, 2017).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Oficinas temáticas com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto.

No tocante à sua primeira frente, o projeto realizou oficinas temáticas com adolescentes em cumprimento de medidas de LA e PSC em equipamentos da Rede Cuca (de 2016 a 2018) e em um dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Fortaleza (2018). No CUCA Barra, foram realizadas 7 oficinas em 2016 e 8 oficinas em 2017, cujas temáticas foram escolhidas pelos próprios participantes, tais como: juventudes, direitos humanos, desigualdades sociais, profissionalização, violências, responsabilização juvenil e projetos de futuro. Em 2017, além da discussão de temas, ao final de cada oficina, os participantes eram mobilizados a produzir alguma materialidade informativa sobre a temática discutida, a ser compartilhada com outros jovens frequentadores do CUCA, tais como cartazes sobre o Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA) e um vídeo apresentando o CUCA sob o olhar de quem o frequenta. Além disso, em 2017 e 2018, houve o acompanhamento do Plano Individual de Atendimento (PIA) de adolescentes em cumprimento de PSC no CUCA Mondubim e a produção de oficinas e 16 spots sobre o tema da redução da maioridade penal, em parceria com a Rádio Cuca.

No primeiro semestre de 2018, a equipe de extensionistas se inseriu no CREAS da Secretaria Executiva Regional V (SER V), que atende pessoas do Grande Bom Jardim e Mondubim, através do acompanhamento de 5 encontros de um grupo de aproximadamente 15 jovens que cumpriam medida socioeducativa de LA. As discussões foram conduzidas por educadores sociais vinculados ao Programa Ceará Pacífico e ao Centro Cultural do Bom Jardim, contratados pelo Governo do Estado do Ceará, e exploraram temáticas relacionadas ao racismo, à cultura hip hop, à cultura negra e à capoeira como expressão cultural. Após o término do grupo, a inserção dos extensionistas continuou por meio do acompanhamento de três acolhidas, momentos em que a equipe do equipamento recepcionava e expunha aos novos adolescentes e jovens responsabilizados com medida socioeducativa de PSC ou de LA e ao responsável que os acompanham como funciona o cumprimento da medida.

No segundo semestre de 2018, as ações continuaram sendo realizadas no CREAS SER V, com um total de 12 oficinas, sendo destas 6 temáticas, as quais abordaram os seguintes

temas: juventude e cidadania; direitos humanos e instituições; violência institucional e formas de enfrentamento; discriminação e resistências populares; responsabilização juvenil e projetos futuros; e educação, liberdade e convivialidade, e as 6 oficinas restantes se dividindo em 3 de vídeo e 3 de graffiti. As 12 oficinas ocorreram com frequência semanal, com a participação de 16 jovens no total, incluindo socioeducandos em cumprimento de LA, familiares e egressos do sistema socioeducativo do estado do Ceará. Essas atividades foram realizadas em parceria com o projeto de extensão “Traficando Saberes”, do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da UFC, que construiu as oficinas junto aos extensionistas do “Histórias Desmedidas”, e com a ONG Visão Mundial e o CEDECA-CE, através do apoio logístico.

Nas oficinas realizadas em 2016, 2017 e 2018, os adolescentes e jovens, em sua maioria do sexo masculino, relataram vivências relacionadas aos seus cotidianos e às suas trajetórias socioinstitucionais. Sobressaíram-se relatos atravessados pela criminalização e sujeição criminal dessas juventudes, envolvendo racismo e experiências de violências institucionais (DIÓGENES, 2009; MBEMBE, 2014; WACQUANT, 2012; BARROS, 2019). Também emergiam micropolíticas de resistência e (re)existência dessas juventudes diante de tais processos de assujeitamento, violência e apagamento de suas histórias singulares. Articulado esses relatos e as reflexões produzidas em supervisão, a experiência de extensão aponta como as histórias desses adolescentes e os processos de criminalização que lhes são direcionados são emblemas da perpetuação de colonialidades e das operações necropolíticas em curso no Brasil (BATISTA, 2003; MBEMBE, 2017; WACQUANT, 2012; PINHEIRO, 2018; ALENCAR, 2019; CAVALCANTE, 2020), bem como das práticas e processos de reinvenção de si e do mundo, a despeito das relações de poder objetificantes e estigmatizantes que indicem sobre territorialidades periféricas e suas juventudes.

Identificamos também relações entre racismo estrutural (ALMEIDA, 2018), necropolítica e os processos de sujeição criminal vividos por tais adolescentes em seus cotidianos (BARROS *et al*, 2019b). Segundo Misse (2014), esse processo de sujeição produz e dissemina uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, considerando-os propensos a cometerem violências e passando a constituir seus modos de subjetivação. Através da intersecção de marcadores de raça, gênero e classe, os processos de sujeição criminal produzem

trajetórias de adolescentes e jovens periferizados como inimigos internos (BATISTA, 2003; WACQUANT, 2012; MBEMBE, 2017; BARROS, 2019; BARROS *et al.*, 2019a; BARROS *et al.*, 2019b; BARROS *et al.*, 2019c; BARROS *et al.*, 2019d).

A título de exemplo, destacamos duas cenas registradas em nossa experiência de 2018. Durante um passeio externo ao Centro de Cultura e Arte Dragão do Mar, um dos adolescentes exclamou, referindo-se aos olhares de desconfiança que algumas pessoas no local lançavam na direção do grupo: “Pronto, já começou! Tudo segurando as bolsas!”. Não obstante, um adolescente do grupo do segundo semestre de 2018 afirmou, indignado, ao comentar sobre as abordagens policiais no seu bairro: “Só porque o cara tem tatuagem, anda com cordão, com blusa de marca... Basta o cara ter um risquinho na sobrancelha, sobrancelha raspada ou cabelo, e já acham que é de facção”. As vivências dos adolescentes convergiam também no atravessamento de diversas violências institucionais durante as suas trajetórias de vida, desde o impedimento à realização de matrícula em uma escola a até sofrer violência física em abordagens policiais e dentro dos centros socioeducativos de internação.

Os processos de criminalização desses adolescentes, personificando-os como inimigos públicos, podem ser considerado um dos principais operadores de uma necropolítica à brasileira (BARROS; 2019), considerando as relações entre criminalização e perpetuação do racismo no Brasil (BORGES, 2018). Com essa ação de extensão, principalmente a partir da escuta das trajetórias desses sujeitos vistos como vitrines das tensões sociais (DIÓGENES, 2009) ou como metáforas da violência e em condição de (in)visibilidade perversa (SALES, 2007), as oficinas buscaram fortalecer propostas de responsabilização juvenil que estejam de acordo com as recomendadas no ECA e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), construindo ressignificações das relações desses jovens com a violência, e tensionando as lógicas criminalizantes que produzem esses segmentos infantojuvenis como indignos de vida, memória e reconhecimento, pelo silenciamento das narrativas que eles próprios produzem sobre suas próprias histórias e as histórias de seus territórios de vida.

4.2 Contribuição nos monitoramentos dos sistemas socioeducativo e prisional locais.

No tocante à segunda frente do projeto, entre 2016 e 2017, participamos da formulação, execução e sistematização do 4º monitoramento do sistema socioeducativo do Ceará, realizado pelo Fórum-DCA, a partir de visitas aos CREAS, Delegacias, Varas da Infância e Juventude, centros socioeducativos no Ceará, além disso, também é elaborado o relatório com sugestões

de melhorias. Especificamente, entre agosto de 2016 e abril de 2017, foram visitadas 10 delegacias, 10 Varas da Infância e Juventude, 16 CREAS, 4 unidades de internação provisória, 5 unidades de semiliberdade, 1 unidade de recepção, 2 obras de unidades em construção e 6 unidades de privação de liberdade (CEDECA, 2017). É neste documento que denúncias são documentadas, a saber: violência institucional que os/as jovens sofrem nas unidades socioeducativas são documentadas, as condições insalubres dos equipamentos, a incapacidade do atendimento socioeducativo diante da demanda, bem como são apresentadas recomendações ao poder público municipal e estadual para melhorias de atendimento socioeducativo no Ceará. Por fim, os monitoramentos produzidos coletivamente e organizados pelo Fórum-DCA, desde 2008, mostram frequentemente que as determinações do SINASE não têm sido cumpridas (CEDECA, 2017).

Em 2018, continuamos participando da Comissão do Socioeducativo do Fórum-DCA, conjuntamente com CEDECA-CE, Conselho Municipal da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza (COMDICA), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-CE) e Conselho Regional de Psicologia 11ª região (CRP-11). Participamos, ademais, da Comissão Intersetorial de Elaboração do Plano Decenal, com o objetivo de construir o Plano Decenal. O plano consistiu em um documento de metas, destinado a ser cumprido durante a próxima década (2018-2028), o qual objetiva buscar a melhoria do sistema socioeducativo no Estado e que será base para os próximos monitoramentos no sistema socioeducativo. Durante as reuniões, foi possível identificar algumas denúncias de familiares e socioeducandos/as, como: dificultoso acesso a atendimento de saúde, perseguição de profissionais por parte de direções por conta das denúncias que são feitas em relação a violência institucional contra adolescentes nas unidades de internação, novas rebeliões, em que uma delas, em junho de 2018, culminou na morte de um jovem em cumprimento de medida socioeducativa no Centro Cardeal Aloísio Lorscheider.

Devido às transformações nas dinâmicas psicossociais da violência no Ceará, com a intensificação do encarceramento em massa feminino e da morte de meninas e mulheres (BORGES, 2018), a equipe de extensão começou a se inserir também no monitoramento do sistema prisional voltado para o público feminino, contexto que convoca a Psicologia à problematização e atuação frente às políticas de aprisionamento na atualidade e ao extermínio juvenil (SCISLESKI; GUARESCHI, 2014). Em agosto de 2018, a equipe de extensionistas se inseriu no Comitê Estadual de Monitoramento da Política Nacional para Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, criado em 2017. Em 2018, o Comitê se destinou ao

aprimoramento do Plano Estadual de Monitoramento da Política Nacional para Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional e o início do monitoramento da gestão do Instituto Penal Desembargadora Auri Moura Costa tendo em vista as sugestões propostas previamente à gestão desde o início operativo do Comitê. Além do VIESES, o comitê era composto pelo projeto Promoção de Arte, Saúde e Garantia de Direitos (Pasárgada/UFC), pela Pastoral Carcerária, pelo Instituto Negra do Ceará (INEGRA), pela Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS/CE) e por representantes presas e egressas do sistema prisional. No segundo semestre de 2018, aconteceram 5 encontros, com frequência mensal, de articulação do plano e monitoramento, e, também, a participação em outros projetos como seminários produzidos pela Sejus sobre o encarceramento feminino.

Segundo Borges (2018), um dos principais vetores do aumento do encarceramento e das políticas militarizadas e ostensivas no campo da segurança pública no Brasil tem sido a política de guerra às drogas. A guerra às drogas é, pois, uma das marcas da colonialidade na atual relação entre vicissitudes do campo da segurança pública e do sistema prisional. Borges (2018) ratifica, assim, que a guerra às drogas é o cenário para que o dispositivo do encarceramento em massa conserve, na contemporaneidade, elementos fundamentais do regime escravista, apesar da formalização da abolição da escravidão. A maximização do Estado Penal em detrimento do Estado Social, ou seja, o recrudescimento do sistema penal, o gerenciamento do trabalho social, a alegoria da “responsabilidade individual” junto à diminuição e/ou sucateamento de políticas sociais, são constituintes no neoliberalismo (WACQUANT, 2012) que, em sua relação com a necropolítica, tem cotidianamente produzido juventudes supérfluas, contando, para isso, com processos de criminalização e demonização desses sujeitos convertidos em inimigos.

5 CONCLUSÃO

Com este artigo, buscamos relatar experiências de nossas ações de extensão junto a adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional, no âmbito do sistema socioeducativo, e junto a mulheres. Isso demanda exercícios analíticos sobre essas práticas institucionais e sobre suas implicações nesse contexto, atentando para a seletividade dos processos que constroem tanto a noção de “crime/infração” quanto a imagem do “criminoso/infrator”. A psicologia tem sido convocada cada vez mais a atuar nesse campo sobretudo numa perspectiva de disciplinarização desses corpos e governo das condutas. Diversamente, entendemos que a intervenção da psicologia neste campo – a qual deve ser

ensejada na formação, inclusive por meio de práticas de extensão como esta – envolve a ampliação da potência de ação dos próprios jovens em seus cotidianos.

Entendemos que a universidade pública tem um papel de grande relevância nesse contexto, dada sua capacidade de provocar debates e novas experimentações, por meio da articulação de ações de ensino-pesquisa-extensão. Nas nossas experiências de investigação e extensão, é comum o contato com jovens habitantes das margens urbanas que não se reconhecem como sujeitos de direitos efetivamente, no contexto de cidadania escassa supramencionado. Consideramos, assim, a relevância da criação de dispositivos de análise coletiva com jovens acerca de seus direitos, dos processos de sujeição criminal, próprio sistema socioeducativo e prisional onde estão inseridos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, F. A. **Homicídios e conflitos territoriais na cidade de Fortaleza: a perspectiva de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto em Fortaleza.** 2019. 100 f., Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2019.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.

BARROS, J. P. P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. *In: COLAÇO; V. et al (Orgs.). **Juventudes em movimento:** experiências, redes e afetos.* Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 209-239.

BARROS, J. P. P. *et al.* "Somos Todos Envolvidos"! Projeto Re-Tratos da Juventude e a Problemática da Criminalização Juvenil em Tempos Necropolíticos. *In: LEMOS, F. C. S.; NASCIMENTO, M. L. (Org.). **Biopolítica e Tanatopolítica:** a agonística dos processos de subjetivação contemporâneos.* Curitiba: CRV, 2019a. p. 183-200.

BARROS, J. P. P. *et al.* A política da pesquisa-intervenção em psicologia social: deslocamentos a partir dos estudos foucaultianos e da esquizoanálise. *In: LEMOS, F. C. S. et al. (Org.). **Conversas transversalizantes entre psicologia política, social-comunitária e institucional com os campos da educação, saúde e direitos.*** 1ed. Curitiba: CRV, 2017. p. 467-485.

BARROS, J. P. P. *et al.* Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 475-488, 2019b.

BARROS, J. P. P. *et al.* Quanto importa cada vida? Problematizações éticas sobre violência contra populações infantojuvenis no Ceará. In: FREITAS, R. C. *et al.* (Org.). **Juventudes, Linguagens e Direitos**. Fortaleza: Imprensa Universitária - Universidade Federal do Ceará, 2019c. p. 19-52.

BARROS, J. P. P. *et al.* Violência, Juventude e Interseccionalidade: análise documental dos homicídios no estado do Ceará e na cidade de Fortaleza. In: LEMOS, F. C. S. *et al.* (Org.). **Subjetividades e democracias: escritas transdisciplinares**. CRV: Curitiba, 2019d. p. 20-40.

BARROS, J. P. P.; SILVA, D. B.; GOMES, C. J. A. Dispositivos grupais com jovens: rizomas em territorialidades periféricas. In: LEMOS, F. C. S. *et al.* (Org.). **Pesquisar com as Psicologias: artesanias e artifícios**. 1ed. Curitiba: CRV, 2020. p. 30-50.

BARROS, R. G. B. Dispositivos em ação: o grupo. In: SILVA, A. E. *et al.* (Org.). **SaúdeLoucura 6**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p. 183-191.

BATISTA, V. M. **Difíceis Ganhos Fáceis**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CAVALCANTE, C. O. B. **“Humanos Indireitos”**: Modos de subjetivação de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Brasil, 2020.

CEDECA. **Análise do orçamento público do sistema socioeducativo**. Fortaleza. Nota técnica Nº 02/2014. Disponível em: <<http://cedecaceara.org.br/site/wp-content/uploads/2019/02/Nota-t%C3%A9cnica-An%C3%A1lise-do-or%C3%A7amento-p%C3%BAblico-do-Sistema-Socioeducativo.pdf>>. Acesso em: 06 jul 2010.

CEDECA. **4 Relatório de Monitoramento do Sistema Socioeducativo do Ceará: Meio Fechado, Meio Aberto e Sistema de Justiça Juvenil**. Fortaleza: FÓRUM DCA, 2017.

CERQUEIRA, D. R. C. *et al.* **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432>. Acesso em: 23 jan. 2019.

DIÓGENES, G. Juventude, exclusão e construção de políticas públicas: estratégias e táticas. In: Mendonça Filho, M.; Nobre, M. **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa**. Salvador: EDUFBA: EDUFS, 2009.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicologia e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 192-199, 2008.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, A. **Política da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MELO, D. L. B.; CANO, I. **Índice de Homicídio na Adolescência: IHA 2012**. Rio de Janeiro: Observatório de Favela, 2014.

MISSE, M. Sujeição Criminal. *In*: LIMA, R. ; RATTON, J.; AZEVEDO, R. (Orgs). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

PINHEIRO, J. P. **Juventudes e violências urbana**: Trajetórias de sujeitos em cumprimento de medida socioeducativa na cidade de Fortaleza. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Brasil, 2018.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SALES, M. A. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São paulo: Cortez, 2007.

SCISLESKI, A. C. C.; GUARESCHI, N. M. F. (Org.). **Juventude, Marginalidade Social e Direitos humanos**: Da Psicologia as Políticas Públicas. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

WACQUANT, L. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. *In*: BATISTA, V. (Org). **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

RE-EXISTÊNCIAS DECOLONIAIS FRENTE ÀS VIOLÊNCIAS: EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS EM PERIFERIAS FORTALEZENSES

DA COSTA, A.F.¹, SOUSA, I. S. de², DIAS, L. I.³, SAMPAIO, I. de C. R.⁴, RODRIGUES, J.S.⁵ & BARROS, J.P.P.⁶

¹Graduado em Psicologia e mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do VIESES. Email: demarfcost92@gmail.com; ²Graduada em Psicologia e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do VIESES. Email: ingrid.sampsousa@gmail.com; ³Graduada em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: lenaorio@yahoo.com.br; ⁴Graduanda de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do VIESES. Email: isabelecastro123@gmail.com; ⁵Mestre em Psicologia e Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: jrodriguespsi@gmail.com; ⁶Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação. Email: joaopaulobarros@ufc.br

Artigo submetido em maio de 2019 - DOI 10.32356/exta.v19.n1.40151

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar experiências do Projeto de Extensão Re-Tratos da Juventude no ano de 2018 em periferias de Fortaleza. Seu intuito principal é potencializar inter(in)venções que problematizem práticas sociais institucionais junto a juventudes e seus efeitos de subjetivação em territorialidades periferizadas. Teoricamente, o projeto tem se apoiado no campo da Psicologia Social, em seus diálogos com estudos pós-

estruturalistas e pós/decoloniais. As ações do projeto se deram pela criação de oficinas em territorialidades com altas taxas de letalidade juvenil. Nos resultados e discussões, são apresentadas ações na região do Mondubim e Grande Bom Jardim, com a participação de jovens, familiares de jovens vítimas de homicídio e trabalhadores sociais que atuam com juventudes nessas regiões.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes. Violências. Subjetividades. Psicologia. Decolonialidade.

DECOLONIAL RESISTANCES AND EXISTENCES IN FACE OF VIOLENCE: IN-FIELD EXPERIENCES IN FORTALEZA'S UNDERPRIVILEGED UBARN AREAS

ABSTRACT

The aim of this paper is to present experiences from the Re-tratos da Juventude Extension Project in 2018, on the underprivileged urban areas in the outskirts of Fortaleza. Its main purpose is to potencialize interventions alongside the youth that can raise discussions about institutional and social practices and their subjectivation effects in these territories. Theoretically, the project has been supported in the field of Social Psychology, in its dialogues with post

structuralism and decolonialism studies. The actions of the project happened by the creation of workshops in territories with high rates of youth lethality. In the results and discussions, actions are presented in the Mondubim and Grande Bom Jardim regions, with the participation of young people, family members of young victims of homicide and social workers who work with youth in these locations.

KEYWORDS: Youths. Violence. Subjectivities. Psychology. Decoloniality.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar experiências do Projeto de Extensão Re-Tratos da Juventude na cidade de Fortaleza, em 2018. O Projeto Re-Tratos da Juventude foi criado em 2015 e está ligado ao VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão

Social e Subjetivação, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Seu intuito principal é potencializar inter(in)venções que problematizem práticas sociais institucionais junto a juventudes e seus efeitos de subjetivação em territorialidades periferizadas. Teoricamente, o projeto tem se apoiado no campo da Psicologia Social, em seus diálogos com estudos pós-estruturalistas, pós-coloniais e decoloniais, a fim de operar, com prismas epistemológicos diversos, críticas a noções de sujeito forjadas pela modernidade e processos de dominação ligados à lógica neoliberal, as quais ancoram concepções universalizantes e essencialistas sobre juventude, subalternizando, estigmatizando, segregando e excluindo uma pluralidade de experiências e modos de vida.

O título do projeto suscita provocações e deslocamentos acerca das tematizações hegemônicas das juventudes negras e empobrecidas, particularmente aquelas inseridas nas margens urbanas brasileiras, que ora são vistas em sua negatividade, sujeitos em preparação para se tornarem cidadãos apenas no futuro, ora são concebidas como solução para o futuro, à luz de um modo de subjetivação neoliberal ligado ao empreendedorismo de si, formas contemporâneas de controle das virtualidades juvenis (FOUCAULT, 2005, 2008, 2009; GUATTARI, 1987). Ambas as perspectivas anteriores convivem no presente e fragilizam o trato das juventudes como sujeitos de direitos, mesclando o diagrama neoliberal do rendimento a um colonialismo autoritário que historicamente opera o controle das virtualidades juvenis negras e pobres (FOUCAULT, 2005, 2008).

Produzir re-tratos da juventude implica frente às práticas que perpetuam colonialidades e culminam em sujeição, silenciamento e genocídio de segmentos juvenis.

2. “DEVIR-NEGRO DO MUNDO”, “CORPO NOTURNO DA DEMOCRACIA” E “NECROPOLÍTICA”: MARCAS EM JUVENTUDES PERIFERIZADAS E RE-EXISTÊNCIAS DECOLONIAIS

Em nossas reflexões em Psicologia Social sobre juventudes, territorialidades e violências, entendemos que tratamentos estigmatizantes de juventudes negras, pauperizadas e inseridas em periferias urbanas são expressão do que Berenice Bento (2018), dialogando Foucault (2005; 2008), Butler (2015; 2018) e Mbembe (2014; 2017), considera como uma

articulação entre necropoder e biopoder, a partir de “um conjunto de técnicas de promoção de vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver” (Bento, 2018, p.7)

Desde a criação do projeto, tomamos com principal foco temático de suas ações a dimensão psicossocial do fenômeno da intensificação dos homicídios de adolescentes e jovens, tendo em vista que Fortaleza e Ceará são, respectivamente, a capital e o estado brasileiros com maior Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), conforme estudo de Melo e Cano (2017). Entendemos que o extermínio de segmentos infantojuvenis nas periferias de Fortaleza são expressões locais do que Mbembe (2014, 2017) trata como uma “necropolítica”, “devir negro do mundo” e “corpo noturno da democracia”.

Em se tratando da noção de “Devir-negro do mundo”, Mbembe (2014, p. 18) frisa que

Pela primeira vez na história humana, o nome Negro deixa de remeter unicamente para a condição atribuída aos genes de origem africana durante o primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, desapossamento da autodeterminação e, sobretudo, das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A este novo caráter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo.

Não obstante, os homicídios juvenis e as outras violências e formas de exclusão que lhes são direcionadas escancaram uma política de produção, gestão e instrumentalização da morte de existências consideradas indesejadas e supérfluas, no contexto neoliberal. Por sua vez, essa necropolítica, que atua, a partir de um motor racial, ficcionalizando inimigos e naturalizando estados de exceção permanentes que criam verdadeiras zonas de morte e corpos matáveis, indica o que esse mesmo autor (MBEMBE, 2017, p. 31) designa como “o corpo noturno da democracia”. Mbembe (2017, p. 42) argumenta que “a história da democracia moderna é, no fundo, uma história com duas faces e, até, com dois corpos - o corpo solar, por um lado, e o corpo noturno, por outro”. Com essa discussão sobre corpo noturno da democracia, o pensador camaronês realça que, em que pese a narrativa oficial sobre democracia liberal seja de pacificação ante à brutalidade das guerras e à violência, essas violências brutais e ilegais em plena democracia sempre foram abafadas nas metrópoles, ao mesmo tempo em que foram toleradas e exteriorizadas nas colônias, consideradas como “não-lugares”, em permanente estado de exceção e guerra generalizada e fora dos limites da lei, alvos de desejos de extermínio

e controle sob a retórica de “pacificação dos costumes” (MBEMBE, 2017, p. 37).

A partir desse raciocínio, consideramos cabível pensar que o cenário de crescimento da violência letal contra jovens racializados e pauperizados no Brasil coloca em xeque nossa própria condição plenamente democrática, indicando continuidade de um ethos autoritário e de uma lógica colonial em um contexto neoliberal que maximiza a precarização da vida e autoriza a morte de existências descartabilizadas (COIMBRA, 2001; ALMEIDA, 2018; BUTLER, 2018).

Produzir re-tratos da juventude sugere que, para pesar e agir diferencialmente em relação às juventudes periféricas, são necessários deslocamentos decoloniais em nossos saberes e fazeres junto e com esses segmentos (KILOMBA, 2019; QUIJANO, 2010; CASTRO-GÓMEZ e GROSGUÉL, 2007; MIGNOLO, 2010; GROSGUÉL e MIGNOLO, 2008; MALDONATO-TORRES, 2008; WASH, 2010; FANON, 2005). Com isso, buscamos que a prática extensionista com jovens seja capaz de identificar e potencializar práticas de re-existências a partir de estratégias e táticas territoriais de problematização coletiva e afirmação inventiva de outros possíveis (ACHINTE, 2017; PEREIRA, 2017; SILVA & FREITAS, 2020)

3. DISPOSITIVOS DE PROBLEMATIZAÇÃO COLETIVA, ESCUTA E INTER(IN)VENÇÃO PARA UM RE-TRATO DAS JUVENTUDES DAS/NAS MARGENS URBANAS DE FORTALEZA

As ações do projeto se dão pela criação de dispositivos grupais em territorialidades periferizadas de Fortaleza, mormente no formato de oficinas, voltadas à análise coletiva de temas envolvendo modos de subjetivação juvenis em contextos das margens urbanas da cidade mais significativamente marcadas pela violência e desigualdade social. As ações contam com a participação de três públicos: 1) jovens que vivem em contextos com altas taxas de homicídios da cidade; 2) familiares de jovens vítimas de homicídio, em sua maioria mães, e (3) trabalhadores sociais que atuam com jovens nessas regiões, em políticas públicas ou organizações não governamentais.

As oficinas propostas pelo projeto Re-Tratos trabalharam com três ferramentas básicas na produção de dispositivos grupais: problematização coletiva, escuta das experiências juvenis e fomento a expressões juvenis que apostem na inventividade. Por isto, no projeto,

consideramos que, mais do que intervenções, realizamos inter(in)venções.

4. INTER(IN)VENÇÕES EM 2018: “BOM DE PAPO”, “ME JUNTO” E “ESCUTAS SENSÍVEIS”

No primeiro semestre, no CUCA Mondubim, foram realizadas 6 oficinas sobre violência contra jovens com estudantes de escolas públicas que frequentavam o equipamento, com a participação de cerca de 35 adolescentes em cada uma delas. A partir de metodologias grupais, tais como produção de esquetes, construção de fanzines e colagens sobre experiências cotidianas dos participantes, bem como relatos de experiências de coletivos juvenis da região do Mondubim, tivemos o objetivo de problematizar as condições de violações de direitos e múltiplas violências a que estão submetidas as juventudes periféricas, bem como pensar coletivamente os modos de resistência a essas violências.

As oficinas no Mondubim tiveram em comum o fato de que as narrativas dos jovens sobre suas trajetórias enfatizaram sua condição socialmente estigmatizada e alvo de criminalização por morarem em territorialidades periféricas e interseccionalizarem este marcador territorial a outros marcadores, tais como classe, raça, gênero e geração. Seus relatos mostravam que a pecha de “sujeitos potencialmente perigosos” assume a condição de tecnologia de controle social das virtualidades juvenis, o que vai ao encontro da discussão trazida por Borges (2018), segundo a qual, após a abolição, a criminalização é um dispositivo de perpetuação de racismos no Brasil, legitimando extermínios a partir da divisão entre vidas vivíveis e vidas matáveis (COSTA; BARROS, 2020). As narrativas daqueles adolescentes frisaram ainda que o homicídio juvenil não é um acontecimento isolado, senão o ápice de uma rede de violências múltiplas, cumulativas, reiteradas, vividas psicossocialmente e alicerçadas por uma matriz de dominação colonial (MBEMBE, 2014; BENTO, 2018; BORGES, 2018; KILOMBA, 2019; QUIJANO, 2010; GROSGOUEL e MIGNOLO, 2008; FANON, 2005; NASCIMENTO, 2016).

Em 2018, a equipe do Re-Tratos da Juventude se inseriu também na região do Grande Bom Jardim, formada por cinco bairros, marcada por estigmatizações sociais pela violência e que registrou as maiores taxas de homicídio em 2017. O foco de nossa inserção foi engendrar inter(in)venções psicossociais voltadas à problemática dos homicídios na adolescência junto a adolescentes e jovens que tiveram amigos ou familiares assassinados; profissionais que atuam

com adolescentes e jovens, além de familiares de adolescentes e jovens vítimas de crimes violentos letais e intencionais.

Para tanto, o projeto Re-Tratos da Juventude estabeleceu parceria com a Rede Acolhe, programa da Defensoria Pública do Estado do Ceará, voltado à atenção a famílias vítimas de violência, com o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDHVS), tradicional ONG da região, e com o núcleo de formação do Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ), equipamento social ligado ao Governo do Estado que realiza ações de arte, cultura e profissionalização na região. Além disso, iniciamos diálogos com três outras ações de extensão do próprio Departamento de Psicologia da UFC que também visavam atuar na região.

A partir de rodas de conversa para análise coletiva do contexto com interlocutores comunitários, definimos que nosso plano de ação se estabeleceria junto ao “Fórum de Escolas pela Paz”, que reunia 12 escolas públicas da região, do qual já participavam nossos parceiros CCBJ e CDVHS, e junto a movimentos sociais e entidades já organizadas do Grande Bom Jardim, que compunham a Rede de Desenvolvimento Local e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS). O resultado desse movimento de construção participativa da inter(in)venção micropolítica do Re-Tratos da Juventude no Grande Bom Jardim foi o desenho de um plano agenciado por 3 vetores de ação, assim nomeados por um dos articuladores comunitários da região: “Me Junto”, “Bom de Papo” e “Escutas Sensíveis”.

O propósito do eixo de ação “me junto” foi proporcionar o engajamento do Re-Tratos da Juventude em iniciativas comunitárias voltadas ao público juvenil e à questão da garantia de direitos e enfrentamento de violências no Grande Bom Jardim, como estratégia de formação de vínculos comunitários e com a perspectiva ética de composições híbridas de saberes e fazeres, tensionando relações, estruturas e instituições dominantes e que perpetuam a violência contra jovens negros e periferizados (MIGNOLO, 2017; WALSH, 2019). Em maio de 2018, participamos da “V Caminhada pela Paz do Grande Bom Jardim”. Simultaneamente, outra parte integrou um sarau em uma das escolas do bairro, com o mesmo tema da V Caminhada: “Paz sem Voz não é Paz, é Medo”.

Entre setembro e novembro, os extensionistas do projeto se engajaram na construção do Curta “Não Pare de Sonhar”, produzido por jovens de 3 escolas públicas (Osires Pontes, Juciê Caminha e CAIC), por um coletivo audiovisual local, pelo Centro Cultural do Bom Jardim e

pelo CDVHS, com apoio do CCPHA, da Secretaria de Educação, da Secretaria de Cultura e da Vice-Governadoria do Governo do Estado. Uma vez que o filme teve como mote a temática da prevenção de homicídios na adolescência, extensionistas do Re-Tratos participaram da equipe responsável pela formação dos estudantes sobre homicídios na adolescência e temas correlatos. Tal vídeo foi lançado na abertura da I Semana Estadual de Prevenção de Homicídios na Juventude do Ceará, em 12 de novembro, no Cine Teatro São Luiz e foi exibido em mais de 700 escolas estaduais do Ceará. No dia 13 de novembro, como parte da programação da aludida Semana, colaboramos com a realização de 3 cinedebates sobre o curta acima em 3 escolas do Grande Bom Jardim (Osires Pontes, CAIC e Julia Alves), em novembro de 2018.

Colaboramos também com a “Rede Territorial de Prevenção de Homicídios de Crianças, Adolescentes e Jovens do Grande Bom Jardim”, vinculada à Rede DLIS e que aglutina diversos equipamentos públicos. Participamos, especificamente, de dois dos momentos importantes de sua constituição, o I e o II Seminário Nossas Vidas Importam, promovido pela Rede DLIS, momento formativo destinado a profissionais de diversas políticas públicas existentes ou atuantes na região do Grande Bom Jardim, voltado à leitura do contexto de intensificação de homicídios de adolescentes e jovens e ao desenvolvimento de estratégias e pactuação de fluxos de ação diante dessa questão.

Discutíamos com alguns profissionais como, em uma espécie de jogo de sombra e luz (SCISLESKI, HUNING, 2016), jovens estigmatizados e criminalizados pela intersecção de marcadores de classe, raça, gênero e território, ao mesmo tempo em que são invisíveis como sujeitos de direitos, são também hipervisibilizados como supostos causadores de violência. Essa condição perversa de (in)visibilidade e marginalização (corpos empurrados para as margens) é um elemento que retroalimenta violências e movimenta a maquinaria de precarização sistemática da vida e produção massificada da morte que atualiza o genocídio de negros (COSTA & BARROS, 2020; NASCIMENTO, 2016).

Já o eixo de ação “Bom de Papo” teve como objetivo principal problematizar aspectos presentes nas trajetórias e perspectivas de vida de adolescentes e jovens a partir de temas pertinentes à prevenção de homicídios, extraídos das evidências e recomendações do CCPHA. Esse eixo foi realizado em uma das escolas estaduais do Grande Bom Jardim, mediante oficinas que buscaram levantar discussões que favorecessem a criação de novos sentidos acerca das

trajetórias de vida e perspectivas de futuro de adolescentes e jovens inseridos em contextos estigmatizados pela violência. Na Escola Estadual Senador Osires Pontes, as oficinas aconteceram quinzenalmente junto às quatro turmas do segundo ano, de maio a dezembro de 2018, contabilizando cerca de 140 adolescentes e jovens participantes. Nesta escola, realizamos 9 oficinas com cada turma acompanhada, totalizando 36 momentos grupais.

Entre os temas trabalhados, discutimos, por exemplo, sobre as trajetórias de vida dos jovens no campo das políticas públicas, no âmbito familiar e em contextos escolares e educacionais. Tematizar as relações dos adolescentes e jovens com políticas públicas, bem como suas trajetórias familiares e educacionais se justifica pelo fato de que, segundo evidências do Comitê, a grande maioria dos adolescentes vítimas de homicídios no Ceará não participavam de projetos sociais, faziam parte de contextos familiares marcados pela vulnerabilidade no tocante ao acesso a direitos sociais e também estavam fora da escola há pelo menos seis meses, o que acarretou recomendações do comitê segundo as quais, para prevenir homicídios, fazem-se necessários movimentos na direção de maior investimento em políticas públicas para adolescentes, de uma maior apoio e proteção às suas famílias vítimas de violências e da criação de estratégias de incentivo à permanência de adolescentes na escola (ALTAMIRIANO; SOUSA, 2019).

Para refletir sobre suas trajetórias e perspectivas em relação a esses temas, adotamos estratégias como círculo de cultura sobre direitos de adolescentes e jovens e políticas públicas (não) existentes em seus bairros, discussões a partir de letras de músicas que remetessem às suas experiências familiares, assim como construção, pelos adolescentes, de um desenho de uma linha do tempo de suas trajetórias educacionais e escolares, destacando os pontos mais marcantes, os maiores desafios e os caminhos que gostariam de construir. Em outras duas oficinas, ambas sobre relações entre pares, propomos a confecção de painéis coletivos, a partir de colagem em grupo, sobre amizades e conflitos entre pares. Tal metodologia foi realizada em dois encontros e se baseou em recomendações do CCPHA referente à mediação de conflitos e proteção a ameaçados (CCPHA, 2017).

Outro tema trabalhado envolveu discussão sobre trajetórias juvenis e suas relações com drogas, assim como os efeitos das políticas sobre drogas em seus cotidianos. Para tanto, realizamos uma oficina sobre redução de danos, mediante jogo de perguntas e respostas, a fim

de estimular a participação dos estudantes e a troca de saberes sobre os temas propostos. Dentre outros pontos, os adolescentes trouxeram situações de seus cotidianos e relatos de experiências que corroboram outra evidência do CCPHA, que aponta que a hegemônica retórica da “guerra às drogas” tem acarretado aumento de conflitos armados, encarceramento e extermínio de juventudes negras, pobres e periféricas, sem sequer obter resultados eficazes de diminuição da violência (BARROS et al, 2019). Noutra oficina, debatemos sobre trajetórias juvenis e perspectivas de futuro no que concerne à temática do trabalho e profissionalização, a partir de oficina de “teatro do oprimido”, em que os próprios estudantes foram convidados à dramatização de cenas vividas por eles ou amigos sobre o assunto. Após isso, discutimos sobre precarização laboral, iniciativas locais de economia solidária, o que eles chamavam de “corres” das juventudes periféricas para enfrentar desempregos e, ainda, o que pensavam sobre seus futuros profissionais, tendo em vista que uma das evidências do comitê aponta que a falta de oportunidade de trabalho e renda formais era um ponto em comum entre os adolescentes vitimados por homicídio no estado (CCPHA, 2018).

Na penúltima oficina, discutimos a relação entre juventude e mídia, já que uma das evidências do CCPHA aponta a propagação da violência em programas policiais e recomenda, conseqüentemente, uma mídia sem violação de direitos (CCPHA, 2016). Nessa oficina, trouxemos exemplos de vídeos dos programas policiais e trechos de reportagens de portais de notícias locais, a partir do que os adolescentes e jovens ressaltaram suas experiências pessoais, de familiares e de amigos nos contextos territoriais em que viviam em torno de estigmatizações produzidas pelas narrativas midiáticas em torno da violência urbana.

Na última oficina temática do ano, realizamos a construção de mapas individuais e coletivos sobre as trajetórias juvenis em suas relações com seus bairros e a cidade. A partir de evidências de que a maior parte dos homicídios de adolescente ocorreram em apenas 20 bairros da Capital e que há territórios mais vulneráveis ao homicídio, os quais também se caracterizam pela existência de acirramento de conflitos armados, por violências institucionais e por se constituírem como assentamentos precários, com baixo nível de infraestrutura e graves situações de desigualdade e abandono institucional, discutimos implicações da violência nos itinerários dos adolescentes e jovens em seus bairros e na cidade de um modo geral. Nesta atividade, sobressaíram discussões sobre o medo e a insegurança vividos pelos jovens ao se

deslocarem no próprio bairro e em outras territorialidades da capital, o que indica como aquelas trajetórias juvenis eram permeadas por conflitos territoriais, ameaças e tentativas de homicídio (BARROS, 2019). Também se discutiu, a partir do que os participantes apresentaram, como a redução de desigualdades e a qualificação dos territórios poderia prevenir homicídios, o que vai ao encontro às recomendações do CCPHA. Os mapas confeccionados pelos participantes mostraram seus percursos cotidianos e, a partir disso, o agravamento tanto das segregações na cidade quanto das vulnerabilidades às quais estes jovens estão submetidos por conta do acirramento das conflitualidades entre facções criminosas nas periferias.

Por fim, no que concerne ao eixo de ação chamado de “escutas sensíveis”, tratam-se de momentos individuais e predominantemente grupais voltados à escuta e ao apoio psicossocial a amigos e familiares de jovens assassinados, bem como a profissionais que atuam com jovens e que se encontram em situação de sofrimento decorrente da violência nos territórios em que atuam (LEPEDOTE et al, 2019).

No primeiro semestre de 2018, realizamos dois momentos: um em uma escola pública, junto a um grupo de professores, e outro em outra escola pública, após o assassinato de um estudante da escola no próprio bairro. Nesta segunda escola, a escuta sensível ocorreu por meio de um espaço grupal que tematizou o modo com a violência letal tem afetado o cotidiano de trabalho e a saúde mental de professores da região. Nela, participamos de um momento coletivo de escuta da turma do adolescente e de um momento com os professores, em parceria com a equipe técnica da Rede Acolhe e da equipe de articulação comunitária do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Além desses dois momentos em escolas, no segundo semestre de 2018, as escutas sensíveis também abrangeram familiares de adolescentes e jovens assassinados, especialmente mães, com vistas ao apoio psicossocial e estabelecimento de pontes para sua inserção em redes de cuidado e assistência no âmbito das políticas públicas.

Nos encontros com as mães promovidos pelo projeto, sobressaía que suas lutas não se encerram na busca por justiça frente ao homicídio, pois também são lutas por memória e “humanização” dos seus filhos. As memórias sustentadas pelos familiares realçam que as trajetórias de seus jovens estavam “envolvidas” em uma complexa malha de violências, incluindo o abandono socioinstitucional indutor de desigualdade e precarização da existência, tornando-a “invivível” (BUTLER, 2018). As narrativas das mães evidenciam que os

“envolvidos” tinham história e trazem a provocação ética de que aquelas histórias envolvem a todos e todas, ainda que muitos não se importem com tais vidas, na ilusão de estarem imunes às políticas de inimizade e indiferença (BARROS et al, 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como um aspecto transversal abordado nas atividades do Re-Tratos da Juventude relatadas neste artigo, destacamos a problematização de como juventudes periféricas são afetadas e resistem à relação entre políticas de precarização da vida e produção de morte em meio à articulação entre neoliberalismo e colonialidades. Como destacam Barros, Benício e Bicalho (2019, p. 39)

À Psicologia compete ainda a problematização das políticas de precarização da vida dos segmentos juvenis a partir de enquadramentos que os tratam, de maneira estigmatizadas, como não cidadãos. Essa precarização da vida, em âmbito macro e micropolítico, tem sido produzida numa relação entre o avanço do neoliberalismo e o crescimento de desigualdades, relação esta que se ancora em pontos como o individualismo, a indiferença ao coletivo, a fragmentação, segregação, exclusão de jovens periféricos como aspecto característico da organização dos modos de viver na/a cidade. Além disso, outros pontos em que se ancoram essas políticas de precarização da vida de juventudes marginalizadas tem sido a produção do medo e do ódio como afetos centrais na necrobiopolítica cotidiana, fazendo com que a vida do outro valha muito pouco ou nada valha, bem como a produção de modos de subjetivação segundo os quais os jovens devem se portar como empresários de si mesmo, sendo seu eventual fracasso de sua própria responsabilidade.

Assim, as inter(in)venções anteriormente relatadas não possibilitaram efeitos apenas nos territórios periféricos, mas também no próprio território do conhecimento agenciado academicamente pelo projeto, já que essas experiências produziram giros importantes em nossas referências para pensar e agir nas problemáticas que relacionam territorialidades, juventudes, violências e resistências.

REFERÊNCIAS

ACHINTE, Adolfo Albán. **Prácticas creativas de re-existência baseadas en lugar**: más allá del arte... el mundo de lo sensible. Buenos Aires: Del Signo, 2017.

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALTAMIRIANO, T.H.; SOUSA, R. (org). **Cuidando em Rede**: saberes e práticas na atenção às famílias de vítimas de homicídios. Fortaleza: INSTITUTO OCA, 2019.

BARROS, J. P. P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. *In: COLAÇO, V. F. R. et al. (Org.). **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos***. 1 ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019, v. 1, p. 209-238.

BARROS, J. P. P. et al. Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Rev. Psicol. Polít.**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 475-488, dez. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 jun. 2020.

[BARROS, J. P. P.](#); COSTA, E. A. G. A.; CAVALCANTE, C. O. B.; SOUSA, S. Quanto Importa Cada Vida? Problematizações Éticas sobre Violência Contra Populações Infantojuvenis no Ceará. *In: Raquel Coelho de Freitas et al. (Org.). **Juventudes, Linguagens e Direitos***. 1ed.Fortaleza: Imprensa Universitária - Universidade Federal do Ceará, 2019, v. 1, p. 19-52.

BARROS, J. P. P.; BENICIO, L. F. S; BICALHO, P. P. G. Violências no Brasil: que Problemas e Desafios se Colocam à Psicologia?. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe2, e225580, 2019.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 53, e185305, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Nov. 2018.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (eds.). **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, pp. 9-23, 2007.

CCPHA. **Cada Vida Importa: Evidências e Recomendações para Prevenção de Homicídios na Adolescência**. Fortaleza: ALCE, 2016.

CCPHA. **Cada Vida Importa: Relatório do segundo semestre de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência**. Fortaleza: ALCE, 2018.

COIMBRA, C. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMÍCIDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Trajetórias interrompidas**: homicídios na adolescência em Fortaleza e em seis municípios do Ceará / organização Instituto OCA; [coordenação Rui Aguiar e Thiago de Holanda]. -- Brasília: UNICEF, 2017.

COSTA, A; BARROS, J.P.P. “Célula de Proteção Comunitária”: efeitos no cotidiano de jovens negros em Fortaleza. **Psicologia em Pesquisa**. [Juiz de Fora], v. 13 n. 3, p. 173-192, 2020.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Trad. Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005.

_____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008. 53, e185305, 2018.

GROSGOUEL, R; MIGNOLO, W. D. “**Intervenciones descoloniales: una breve introducción**.” In: *Tabula Rasa*, nº 9, pp. 29-37, julio-diciembre, Bogotá - Colombia, 2008.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

LOPEDOTE, M. L. G et. al. (Orgs). **Corpos que sofrem**: como lidar com os efeitos psicossociais da violência? São Paulo: Elefante, 2019.

LUGONES, M. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas. Florianópolis. Dez, 2014.

MALDONADO-TORRES, N. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Bogota: Colombia, p. 61-72, 2008.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MELO, D; CANO, I. **Índice de homicídios na adolescência**: IHA 2014. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2017.

MIGNOLO, W. D. **Desobediência epistêmica: retórica da modernidade, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MIGNOLO, W. Desafios Decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu/PR, 1(1), p. 12-32, 2017.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

PEREIRA, E. Resistência Decolonial: Estratégias e táticas territoriais. **Terra Live** [São Paulo], v. 43 n. 2, p.17-55, 2014

QUIJANO, A. "Colonialidade do poder e classificação social". In: MENESES, Maria Paula; SOUSA SANTOS, Boaventura de (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, p. 84- 144, 2010.

SALES, M. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São paulo: Cortez, 2007.

SCISLESKI, A; HUNING, S. Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. spe, p. 8-27, jan. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 jun. 2020.

SILVA, R.; FREITAS, G. Práticas de re-existências poéticas: a poesia no "busão" em Fortaleza (CE). **Interseções** [Rio de Janeiro] v. 22 n. 1, p. 97-123, mai. 2020

WALSH, C. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)**. v. 05, n. 1, Jan-Jul., 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/15002/10532>>. Acesso em 24, jun, 2020.

WALSH, Catherine. "Estudios (inter)culturales en clave de-colonial". **Tabula Rasa**. Sucre, Bolivia. p. 209-227, 2010.

USO DA METODOLOGIA DA PROBLEMATIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO

G. R. O. REGO¹ & GAMARRA-ROJAS, G²

¹Graduando em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: gleydysonricarte@hotmail.com; ²Professor associado da Universidade Federal do Ceará, onde leciona e orienta nos Cursos de Graduação das Ciências Agrárias (Agronomia, Economia Ecológica, Engenharia de Pesca e Zootecnia) e no Programa de Pós-Graduação em Economia Rural. Atua nas áreas de Agroecologia e Extensão Rural e tem experiência em elaboração e coordenação de projetos de pesquisa e desenvolvimento, extensão e formação profissional. E-mail: ggamarra@terra.com.br.

Artigo submetido em setembro de 2019 - DOI 10.32356/exta.v19.n1.42139

RESUMO

O trabalho discute resultados de um estudo qualitativo realizado em 2016 com 15 estudantes da disciplina de Aspectos Sociais da Agricultura do bacharelado em Agronomia da Universidade Federal do Ceará. Teve por objetivo analisar a apreensão, percepção e aceitação por parte dos discentes à metodologia da problematização, entendida como um instrumento metodológico para a formação do profissional de ciências agrárias atingir o perfil profissional nas diversas dimensões necessárias à sua atuação. O estudo foi realizado durante as aulas da referida disciplina, através da observação das atividades desenvolvidas, seguida de avaliações na forma de seminários. A fim de

avaliar a percepção dos estudantes foi aplicado um questionário, respondido por 13 dos participantes. Utilizou-se a análise de conteúdo como ferramenta de análise. Como resultado, foi possível concluir que os estudantes avaliaram a experiência como positiva, indicando que a problematização é uma metodologia promissora para o ensino-aprendizagem, capaz de aliar teoria e prática, e eficiente para formar um profissional mais sensível e adaptado às diversas realidades agrárias e agrícolas. São apontadas dificuldades com a adaptação à metodologia, sugerindo a necessidade de se realizar um melhor planejamento e dimensionamento das aulas.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Métodos Didático-pedagógicos. Metodologias ativas.

USE OF THE PROBLEMATIZATION METHODOLOGY IN THE QUALIFICATION OF THE AGRONOMIST

ABSTRACT

The paper discusses the results of a qualitative study carried out in 2016 with students of the Social Aspects of Agriculture discipline from the bachelor's degree in Agronomy at the Federal University of Ceará. It aimed to analyze the apprehension, perception and acceptance by students of the problematization methodology, considered as a methodological instrument for the training of agricultural sciences professionals to reach the professional profile in the various dimensions necessary for their performance. The study was carried out during the classes of the above cited discipline, through the observation of the activities developed, followed by evaluations in the form of seminars. It was applied a questionnaire in

order to assess the perception of students. Thirteen of them attended to the request. It was used the Content analysis methodology as an analysis tool. As a result, it is concluded that the students evaluated the experience as positive, indicating that problematization is a promising methodology for teaching-learning, capable of combining theory and practice, and efficient to form a more sensitive professional and adapted to the diverse agrarian and agricultural realities. Students outlined difficulties to adapt to the 'new' methodology, suggesting the need to carry out better planning and dimensioning of classes.

KEYWORDS: Education. Didactic-pedagogical methods. Active methodologies.

INTRODUÇÃO

A agronomia surge como a ciência capaz de resolver os problemas essenciais do campo, que entravam seu desenvolvimento. O olhar holístico da realidade é essencial para o profissional da agronomia no tratar dos problemas que surgem diariamente no campo. Apesar disso, a formação oferecida pelos cursos de agronomia ainda conserva seus primórdios, o que não atende à demanda do campo. Segundo Cavallet (1999, p. 97), a formação profissional do Engenheiro Agrônomo atual continua a ser efetuada visando um profissional direcionado à busca da eficiência produtiva como fim, de acordo com os objetivos do setor de agronegócios a quem serve prioritariamente. Para o autor, é demandado desse profissional ferramentas que possibilitem um entendimento amplo e plural da realidade, aliado com os aspectos técnicos que envolvem a agricultura e não só isso, mas também outras interações, desdobramentos e necessidades do meio agrário. De acordo com Barrios et al. (2014, p. 30), ao concluir o curso [os agrônomos] deverão estar preparados para agir, inovar e transformar as sociedades futuras onde encontrarão novos desafios.

Formar um agrônomo com tais qualidades requer a utilização de métodos de ensino-aprendizagem que desenvolvam neste profissional competências de observação da realidade de uma maneira holística, onde se podem considerar todos os elementos que formam interativamente a realidade rural. Deve-se, em complemento às atividades tradicionais, incorporar às disciplinas metodologias de ensino-aprendizagem que desenvolvam profissionais aptos e sensíveis a uma realidade complexa, e não segmentada, como se concebe atualmente.

Estas metodologias, colocadas por Diaz Bordenave e Pereira (1977, p. 10) como componentes de uma educação libertadora, preconizam que a aprendizagem é concebida como a resposta natural do estudante ao desafio de uma situação-problema. O estudante passa a ter de uma visão global do problema a uma visão analítica do mesmo para chegar a uma síntese provisória, que equivale a compreensão. Desta apreensão ampla e profunda da estrutura dos problemas e de suas consequências nascem hipóteses de solução que obrigam a uma seleção das soluções mais viáveis. A síntese tem continuidade na práxis, isto é, na atividade transformadora da realidade.

As limitações do modo convencional de ensino-aprendizagem nos cursos de bacharelado das Ciências Agrárias são percebidas por docentes e discentes e tem motivado a

experimentação de metodologias sociocríticas inovadoras na Universidade Federal do Ceará, tais como a Metodologia da Problematização.

A metodologia da problematização emerge das correntes pedagógicas pós-modernas que, segundo Libâneo (2009), fazem a crítica às pedagogias da modernidade, quando prevaleceram na educação os enfoques pautados na preparação de profissionais para assumirem as exigências de produtividade e reprodução do capital. A mesma faz parte das metodologias de aprendizagem experiencial (Kolb, 1984) e crítico problematizadora (Saviani, 1999), onde a educação é concebida como processo de compreensão da realidade para a sua transformação, que surge da observação de uma realidade e culmina na aplicação de soluções a esta mesma realidade.

Para Marin et al. (2010, p. 16), tais metodologias ativas de aprendizagem estimulam o estudo constante, a independência e a responsabilidade do estudante, o que vem ao encontro das ideias de Paulo Freire quando afirma que o conhecimento só pode ser desenvolvido na própria ação do indivíduo. Diaz Bordenave e Pereira (1977, p. 10) afirmam que uma pessoa só conhece bem algo quando o transforma, transformando-se ela também no processo.

Duas metodologias problematizadoras vêm se destacando em instituições do ensino superior nos últimos anos: a Aprendizagem Baseada em Problemas e a Metodologia da Problematização. Berbel (1998) faz uma distinção didática entre ambas. Na primeira os problemas de ensino são elaborados por uma equipe de especialistas para cobrir todos os conhecimentos essenciais do currículo. Na segunda os problemas são extraídos da realidade pela observação realizada pelos estudantes. Para Berbel (1995, p. 11) a problematização não parte de um problema qualquer, ou imaginado pelo professor para estimular o potencial intelectual do aluno, mas de problemas reais, percebidos pela observação direta da realidade em foco.

Explicar a metodologia da problematização torna-se mais factível utilizando o esquema do arco, proposto por Charles Margarez. Segundo Diaz Bordenave e Pereira (1977, p. 13), este esquema pedagógico começa com a exposição dos alunos a um problema, que é parte integrante da realidade física ou social. A esta etapa admite-se chamar de OBSERVAÇÃO DA REALIDADE e consiste numa visão mais geral do problema. Uma vez observada a realidade, a segunda etapa consiste em identificar PONTOS-CHAVE, nos quais mudanças precisam serem feitas para promover uma transformação significativa da realidade. Na terceira fase, a da

TEORIZAÇÃO, o estudante busca o entendimento da realidade através de questionamentos, através de responder o porquê das coisas observadas. Feita a teorização, quando bem-sucedida, têm-se o entendimento da realidade observada. Pode-se então, formular HIPÓTESES DE SOLUÇÃO aos problemas-chave. Neste momento se estuda a viabilidade das hipóteses levantadas, escolhendo as mais viáveis para se chegar à transformação da realidade. A última fase é a APLICAÇÃO À REALIDADE, onde findado o processo, o estudante foi capaz de observar holisticamente a realidade, identificar pontos que são chaves, entender as causas que limitam seu desenvolvimento, e aplicar soluções construídas em torno do conhecimento gerado durante todo este processo.

Para Marin et al. (2010, p. 17), ‘esta metodologia contribui para uma compreensão ampla e integrada da diversidade das necessidades encontradas no cotidiano dos profissionais. Em contato com a realidade, os estudantes identificam situações-problema concretas, possibilitam a construção de novos sentidos e implicam o conhecimento com o seu meio. Desse modo, produzem respostas com seus estudos, visando aplicar os conhecimentos à solução dos problemas vivenciados’.

Contudo, segundo Marin et al. (2010, p. 17), podem existir algumas fragilidades no uso de metodologias ativas de aprendizagem, principalmente quando há uma mudança abrupta das metodologias tradicionais para a metodologia da problematização, por exemplo. Os estudantes sentem-se perdidos na busca de conhecimento, principalmente em disciplinas básicas. Esta mudança abrupta gera nos estudantes insegurança, requer grande esforço dos atores envolvidos no processo e exige mudança de comportamento, maturidade e organização dos estudantes. Os condutores do processo de aprendizagem devem estar bem fundamentados e familiarizados com a metodologia e deve haver constante empenho na revisão dos processos utilizados, de forma a confrontar fortalezas e fragilidades, com vistas a seu aperfeiçoamento.

Segundo Berbel (2012, p. 1), a primeira etapa da Metodologia da Problematização, que consiste na formulação do problema, é a que tem constituído o maior desafio. Talvez se deva à insegurança em se saber quando se está diante de um problema ou não e se o mesmo é relevante. Para Berbel (2012, p. 1) a insegurança de que falamos pode se dar por várias razões e uma delas seria porque não fomos acostumados, através de escolaridade regular, a formular problemas, a problematizar. O problema, em geral, surge de algo que necessita ser superado, de uma dificuldade tal que, para dar uma resposta, será preciso reunir uma série de elementos,

principalmente porque, através da Metodologia da Problematização, o problema não é algo abstrato; é algo extraído da realidade observada. Então, dificilmente vamos encontrar uma resposta pronta para um problema que estamos encontrando neste momento, nesta realidade.

Desse modo, o objetivo do trabalho foi analisar a apreensão, percepção e aceitação dos estudantes de agronomia à metodologia da problematização, sendo um instrumento metodológico para a formação do profissional de ciências agrárias.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Natureza e tipo da pesquisa

Trata-se de um estudo de caso, baseado na abordagem qualitativa, na qual, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 70):

há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Foi utilizado como técnica a observação, realizando-se apontamentos no decorrer das aulas da disciplina, pela análise dos documentos gerados durante as atividades e do questionário. Este último foi apresentado escrito, de forma impressa, contendo quatro questões abertas.

Sujeitos, local e época de realização da pesquisa

Desenvolveu-se no primeiro semestre do ano de 2016 com a turma da disciplina de Aspectos Sociais da Agricultura, composta por 15 estudantes, a qual é ofertada no 5º semestre do Curso de Agronomia pelo setor de estudo de Extensão Rural do Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará (UFC). Nesta fase da graduação, os estudantes já cursaram as disciplinas de conteúdos de conhecimentos gerais básicos, mas ainda estão iniciando o estudo de disciplinas de conteúdos profissionalizantes.

Aplicação da metodologia da problematização

A aplicação da metodologia pelos estudantes constou de cinco etapas, quais sejam:

- i. Preparação teórico-metodológica - Inicialmente apresentou-se à turma a metodologia da problematização, expondo e discutindo os seus fundamentos e etapas. Seguidamente, fez-se uma breve descrição das realidades a serem observadas em campo, quais sejam: o Horto de Plantas Medicinais da Universidade Federal do Ceará e o horto do Movimento Mulheres de Itaoca, no bairro da Parangaba, em Fortaleza. A escolha desses hortos para o trabalho de campo se deve ao fato de serem formas de agricultura urbana ou agroecossistemas, com os quais os estudantes de agronomia usualmente se sentem motivados a interagir e podem exercitar as competências adquiridas durante a graduação. Finalizando a etapa preparatória foi apresentado e discutido um roteiro para observação do agroecossistema, adaptado das Escolas do Campo de Gallagher (2003), a qual também segue uma perspectiva problematizadora.
- ii. Observação do Agroecossistema - os estudantes realizaram visitas de aproximadamente duas horas de duração aos hortos, em dias separados. Seguindo o roteiro para observação do agroecossistema os mesmos se dividiram em grupos de cinco pessoas e interagiram com os gestores desses agroecossistemas enquanto realizavam um percurso pelas áreas de cultivo e de transformação da produção formulando perguntas sobre as atividades de manejo, administração, comercialização etc., e fazendo registros por meio de fotografias, gravações e anotações.
- iii. Análise do sistema - Após a visita, cada subgrupo fez uma descrição visual e escrita do agroecossistema, no qual se analisou e discutiu as decisões de manejo, administração etc. Finalizaram fazendo um balanço dos pontos críticos (positivos e negativos) do sistema.
- iv. Apresentação dos resultados da observação do sistema - Cada subgrupo apresentou os seus resultados à turma, explorando os pontos críticos e discutindo temas a serem aprofundados conceitual e teoricamente.
- v. Seminários - Envolveu a revisão bibliográfica e conceitual dos assuntos (temas) escolhidos pelo subgrupo gerando como produto desta atividade relatórios e uma apresentação na forma de seminário em que se apresentaram propostas para superação das limitações e/ou aproveitamento de oportunidades.

Análise da Percepção sobre a Metodologia da Problematização

Para avaliar a experiência com a metodologia, foi elaborado e aplicado um questionário aberto contendo as quatro questões abaixo listadas. Do total de quinze participantes, treze (86,7%) estudantes responderam livremente ao questionário. Além das quatro primeiras questões - relativas à apreensão, percepção e aceitação da metodologia pelos estudantes - foi adicionada uma quinta questão, tendo em vista que o uso da metodologia da problematização, planejada inicialmente para ser utilizada durante toda a disciplina, foi interrompida a pedido dos estudantes. Esta última questão buscou analisar os motivos dessa desistência.

- i. 'Na sua compreensão, qual(is) a(s) ideia(s) principal(is) da Metodologia da Problematização?'
- ii. 'Que contribuição você acha que a atividade realizada acrescentou ao seu aprendizado na disciplina?'

- iii. 'Você acredita que a Educação Problematizadora é capaz de formar um profissional/cidadão de forma mais completa? Explique;
- iv. 'Se tivesse a oportunidade, em alguma outra disciplina, teria interesse em aplicar novamente a Metodologia da Problematização?'
- v. 'Qual o principal fator que o motivou a optar por desistir de levar a Metodologia até o fim no exercício?'

As respostas do questionário foram organizadas e analisadas seguindo a metodologia da análise de conteúdo do tipo categorial, adaptada de Bardin (1977), que consiste em um método de análise qualitativa que tem por objetivos ultrapassar as incertezas, quando tenta reduzir a subjetividade daquele que analisa os dados e o enriquecimento da leitura, pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam o que se procura demonstrar ou conduzir a elementos sutis, de que antes não se mostravam claros.

Portanto, seguindo os passos metodológicos, foi realizada uma pré-análise do material obtido, utilizando uma leitura flutuante, organizando os dados de uma maneira mais inteligível e selecionando o que realmente seria de interesse para as análises. O material foi organizado obedecendo a temática das questões, que estavam alinhadas com os objetivos da pesquisa. Logo, foram definidas as 5 categorias a serem analisadas. A fase seguinte foi realizar a codificação das ideias centrais que surgem dentro do texto. Essas ideias são, assim, destacadas e reservadas para a fase seguinte da análise. Posteriormente, foi realizado o agrupamento das ideias que são convergentes, criando uma subcategorização dos resultados. A partir das subcategorias, foram feitas as inferências relacionadas aos dados obtidos, obtendo os resultados da análise e realizando a discussão com a literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Análise de Conteúdo aplicada às respostas ao questionário aberto com o propósito de captar a percepção dos estudantes sobre a experiência do uso da Metodologia da problematização durante a disciplina de Aspectos Sociais da Agricultura retornou os seguintes resultados, organizados em cinco categorias temáticas e respectivas subcategorias (Quadro 1).

QUADRO 1 - Percepção dos estudantes sobre o uso da metodologia da Problematização

DISCURSOS CONTIDOS NAS RESPOSTAS		FREQUÊNCIA
CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	ABSOLUTA
Ideias Principais da Metodologia	Obtenção de soluções práticas	8
	Conhecer e compreender a realidade.	4
	Aprendizagem crítica.	3
	Aprendizagem a partir da experiência.	1
	Aprendizagem aliando teoria e prática.	1
Contribuições da Metodologia para a Disciplina	Melhor percepção da realidade.	5
	Desenvolveu o senso crítico.	4
	Uma maneira diferente de se trabalhar, pesquisar.	2
	A noção de que problema é diferente de dificuldade.	1
	Permite avaliar aspectos sociais.	1
Potencial da Educação Problematizadora na Formação do Profissional	Ser sensível aos diálogos.	1
	Aprendizagem crítica	4
	Aprendizagem ativa.	3
	Conhecer a realidade	2
	Sensibilidade aos problemas	2
	Vivência teórico-prática.	1
	Formação mais humanizada.	1
As metodologias são complementares	1	
Interesse em Aplicar a Metodologia Novamente	Sim.	9
	Não.	0
	Não responderam.	4
Motivo por Optar pela Desistência da Atividade	Falta de tempo.	6
	Dificuldade e falta de costume com a metodologia.	4
	A aplicação da metodologia deveria ter continuado.	3

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos 13 estudantes que participaram da pesquisa, 8 indicaram que a ideia principal da Metodologia da Problematização é obter soluções práticas através da observação de uma realidade. Um dos estudantes relatou que “A ideia principal é conseguir soluções práticas para um determinado problema de um sistema através da observação da realidade do mesmo.” (I).

Outro disse que “Através de visitas e observações com a utilização de parâmetros de comparação, detectar e avaliar questões que possam ser melhoradas, criando assim a problematização da situação.” (II). É possível compreender que os estudantes tomaram a metodologia como uma ferramenta de trabalho, que pode ser utilizada na solução de problemas reais, tanto como ferramenta de aprendizagem, como em situações profissionais. Para Berbel (2011, p. 29):

podemos entender que as Metodologias Ativas baseiam-se em formas de desenvolver o processo de aprender, utilizando experiências reais ou simuladas, visando às condições de solucionar, com sucesso, desafios advindos das atividades essenciais da prática social, em diferentes contextos.

Para 4 dos 13 dos estudantes, a metodologia permite conhecer e compreender a realidade. Berbel (1995, p. 12) afirma que o confronto entre a percepção primeira dos aprendizes com o conhecimento já elaborado permite uma análise e compreensão mais profunda, lógica e porque não dizer científica do que acontece na realidade, para se chegar à transformação dos sujeitos e conseqüentemente da própria realidade. Para o profissional das ciências agrárias, conhecer bem a realidade antes de realizar qualquer intervenção é essencial. Esta intervenção tem conseqüências sobre o ambiente, a estrutura social e financeira dos envolvidos. A Metodologia da Problematização com o Arco de Margueréz permite que se adquira o cuidado de observar, estudar e discutir com os envolvidos, buscar informações em diversas fontes e, então, elaborar formas de intervenção. Este comportamento, sendo levado para o campo profissional, permite que as ações adotadas possam ser as mais acertadas possíveis. Ao utilizar a metodologia, os estudantes perceberam essa potencialidade, já que um deles afirma que a metodologia tem como ideia principal “ter uma abordagem mais completa [da realidade], analisando a fundo tudo o que pode ser apontado como problema ou oportunidade para assim ter uma gama maior e mais elaborada de alternativas como solução”. (V).

Como abordado anteriormente, é essencial ter uma visão crítica sobre a realidade e o que se está fazendo dentro deste contexto. Três dos estudantes entrevistados citam que a metodologia promove uma aprendizagem que instiga a criticidade do estudante. Vasconcellos (1999, p. 31) afirma que é necessário utilizar metodologias que possibilitem a formação de um profissional crítico, capaz de identificar as determinantes sociais mais amplas que condicionam sua prática, e as condições materiais, capaz de criticar e transformar o cotidiano. Um dos estudantes menciona que “a Metodologia da Problematização tem como ideia principal discutir

determinado assunto fazendo com que o indivíduo desenvolva um pensamento crítico sobre tal, buscando alcançar um problema central.” (IX).

Segundo Berbel (2011, p. 34)

Todas as alternativas de metodologias ativas (...) colocam o aluno diante de problemas e/ou desafios que mobilizam o seu potencial intelectual, enquanto estuda para compreendê-los e ou superá-los. Os estudantes necessitam de informações, mas são especialmente estimulados a trabalhar com elas, elaborá-las e reelaborá-las em função do que precisam responder ou equacionar. Nesse caminho, é possível que ocorra, gradativamente, o desenvolvimento do espírito científico, do pensamento crítico, do pensamento reflexivo, de valores éticos, entre outras conquistas dessa natureza, por meio da educação, nos diferentes níveis, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia na formação do ser humano e de futuros profissionais.

Também foi citado por um estudante que a Metodologia da Problematização possibilita a aprendizagem a partir de conhecimentos prévios. Melo & Santana (2012, p. 330) colocam que a problematização (...) utiliza o esquema do Método do Arco, de Charles Margueres, que considera como pré-requisito da educação a realidade do indivíduo, suas vivências e experiências, seus saberes e conhecimentos prévios. Essa característica é essencial para as metodologias ativas, que preconizam que a aprendizagem só é concreta a partir das experiências anteriores do indivíduo, que vão se transformando com ele à medida que o conhecimento é gerado através do ato de aprender.

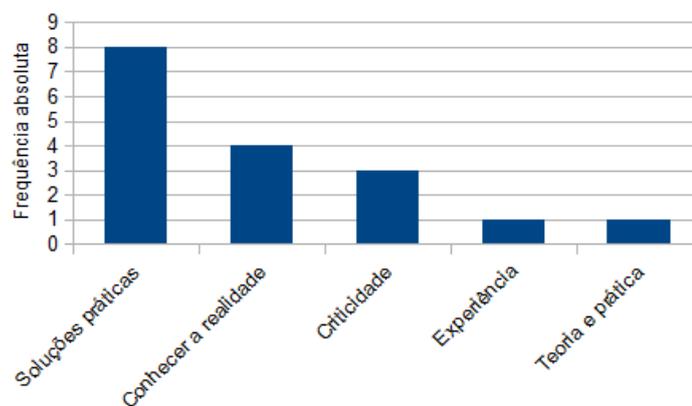
Foi lembrado também como característica principal da Metodologia em um dos 13 respondentes, a aprendizagem aliando teoria e prática. Marin et al. (2010, p. 17) afirma que

[A metodologia da problematização](...)contribui para a aproximação ensino/serviço e para uma compreensão ampliada e integrada da diversidade das necessidades encontradas no cotidiano dos profissionais de saúde. Em contato com a realidade, os estudantes identificam situações-problema concretas, que possibilitam a construção de novos sentidos e implicam compromisso com o seu meio. Desse modo, produzem respostas com seus estudos, visando aplicar os conhecimentos à solução dos problemas vivenciados. Acrescente-se que a reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, resistências e dificuldades, possibilita a tomada de decisão sobre o que fazer para superar obstáculos.

O que evidenciaram Marin et al. (2010) para a área da saúde não difere do profissional de Ciências Agrárias. Este também atua como um agente de promoção social, intervindo diretamente na vida e cotidiano dos agricultores, independentemente do nível de ação deste profissional, seja no planejamento de Políticas Públicas, seja diretamente no campo em ações extensionistas. O contato do profissional com a realidade ainda como estudante promove um impacto essencial para sua formação, permitindo a este perceber o que é requerido dele quando for profissional.

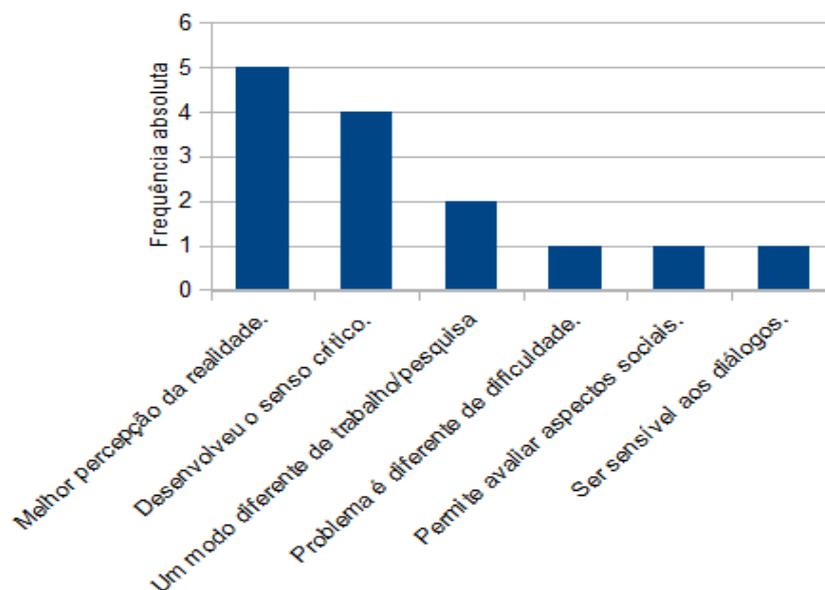
O gráfico abaixo (Gráfico 1) evidencia não só como foram entendidos pelos estudantes os objetivos de se utilizar esta abordagem, mas as que impactaram um maior número de pessoas ao entrar em contato com a metodologia. A partir disso é possível dizer que os estudantes assimilaram a metodologia da problematização como uma ferramenta de construção do aprendizado que supre uma lacuna na formação, que é a solução dos problemas que surgem a partir da prática e o contato com uma realidade.

GRÁFICO 1 - Percepção dos estudantes quanto às ideias principais da Metodologia



Quanto às contribuições que a utilização da Metodologia da Problematização trouxe à disciplina de Aspectos Sociais da Agricultura, os estudantes citam que a mesma proporciona uma melhor percepção da realidade, desenvolve o senso crítico, fornece uma nova abordagem de trabalho e pesquisa, permite avaliar aspectos sociais, proporciona maior sensibilidade aos diálogos.

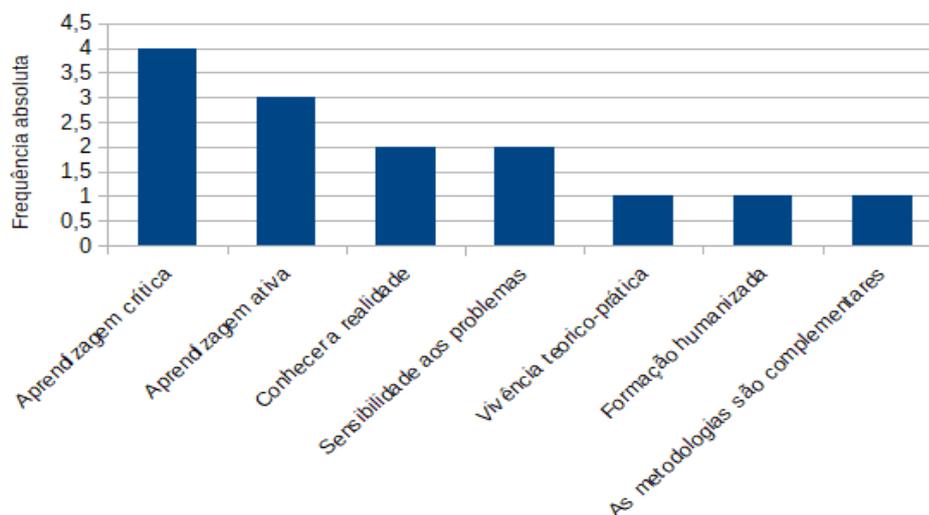
GRÁFICO 2 - Contribuições da Metodologia para a disciplina



O benefício mais marcante trazido à disciplina foi a capacidade de perceber e entender a realidade à volta, característica importante para um profissional do qual se espera manusear os recursos naturais e materiais existentes em um agroecossistema, objetivando a otimização desses recursos. Apenas com um olhar atento e um bom entendimento de seu entorno, é possível agir positivamente dentro de tal intervenção.

Quanto ao potencial da Metodologia na Formação do Profissional de Ciências Agrárias (Gráfico 3), os estudantes indicam de forma positiva que a metodologia desenvolve habilidades essenciais. Para 4 de 13 dos estudantes, desenvolve uma aprendizagem mais crítica. Esta característica é essencial para este profissional, como já discutimos anteriormente, assim como a eficiência e clara percepção pelos estudantes sobre o potencial desta abordagem nesse sentido. Três de 13 indicam que motiva e instiga a um protagonismo frente ao ato de estudar.

GRÁFICO 3 - Potencial da Educação Problematizadora na Formação do Profissional



Marin et al. (2010, p. 16) afirma que na ótica dos estudantes, tais métodos, por partirem de situações reais ou que se aproximam da realidade, estimulam o estudo constante, a independência e a responsabilidade do aluno (...). Marin et al. (2010, p. 16) também pontua que na utilização de métodos ativos de aprendizagem, evidencia-se a necessidade de mudança no papel do estudante, que precisa assumir a responsabilidade pela própria aprendizagem. Foi mencionado também por 2 de 13 estudantes que o profissional formado na abordagem da educação problematizadora tem uma maior sensibilidade e destreza para solucionar os problemas do cotidiano. Klein e Ahlert (2019) afirma que

com a utilização de métodos ativos de aprendizagem focados na problematização de situações reais, de interesse dos alunos, estaremos contribuindo para a formação de profissionais com condições de promover soluções de problemas de forma autônoma e colaborativa, atendendo, assim, às demandas do mundo do trabalho. E, ademais, ao incorporar tais métodos de maneira mais regular nos planos de ensino das instituições de Educação Profissional, estaremos propiciando com que estas se mantenham no eixo das constatadas movimentações sociais.

Foi mencionado que nem só as metodologias ativas, isoladas, são capazes de fornecer as habilidades requeridas para a formação profissional do Engenheiro Agrônomo, mas que as abordagens tradicionais também são importantes e podem ser utilizadas de maneira complementar: “Creio que as duas formas podem acrescentar bastante conhecimento ao aluno, podendo as duas serem utilizadas integradas.” (I). Berbel (1995, p. 9) trata do assunto, pontuando que não desejamos anular ou ignorar a importância que tem a exposição em diversas

situações de ensino. O que é preciso ultrapassar é o seu uso exagerado, o seu uso exclusivo, sem alternativas.

Durante o semestre letivo no qual se desenvolveu esta atividade, houve problemas quanto ao tempo utilizado pela atividade e outros conteúdos que resolveu-se abordar de outra maneira. Dessa forma, foi dado à turma a opção de continuar a atividade com a Metodologia da Problematização, ou com o restante do conteúdo programático. A turma, em maioria, decidiu interromper a atividade com a Metodologia. Foi então questionado aos estudantes através do questionário qual foi o principal motivo pelo qual fizeram esta escolha. Seis de 13 responderam que o motivo foi realmente pela falta de tempo, tendo o receio de que a disciplina encerrasse sem terem visto todo o conteúdo programado. Além desse motivo, 4 de 13 dizem ter dificuldade e falta de costume com a Metodologia. Afirmam: “O costume de usar outras metodologias fez com que eu tivesse dificuldades em aplicá-la sempre.” (IX); “A dificuldade de entender certos assuntos ou até mesmo o conformismo com o modelo que é imposto.” (VI). O hábito de ter apenas metodologias de difusão de conhecimento e a falta de costume em serem protagonistas da aprendizagem, traz algumas inseguranças e, até mesmo, a sensação de que as coisas não estão indo como deveriam. Muitos têm dificuldade de entender o que está sendo proposto e ainda muitos apresentam dificuldades em trabalhar em grupo. Sobre isso, Marin et al. (2010, p. 17) afirmam que:

pela ótica dos estudantes, encontram-se sentidos que indicam fragilidades no uso de metodologias ativas. Segundo eles, ocorre uma abrupta mudança do método tradicional para as metodologias ativas e, então, sentem-se perdidos na busca de conhecimento, principalmente em disciplinas básicas.

A falta de familiaridade com o método pode despertar nos estudantes a sensação de que não sabem o que deveriam aprender, pelo menos inicialmente.

Apesar das dificuldades na execução das atividades e na adaptação dentro dos moldes em que a metodologia foi apresentada, ainda assim 9 dos 13 estudantes indicaram a experiência como positiva, e gostaria de também utilizar a metodologia em outras disciplinas, como mostram as respostas: “Sim, principalmente nas disciplinas que tenho mais dificuldade.” (XIII); “Sim, pois é um modo completo de obter um novo senso observatório e crítico.” (II). “Sim, foi uma experiência boa, diferente daquelas visitas em outras disciplinas” (VIII). Nenhum estudante relatou não desejar ter outra experiência como esta, porém, 4 não responderam a esta pergunta. É difícil inferir o motivo pelo qual não responderam.

Como há vários fatores que podem influenciar esta não-resposta, não se considera que estes assumiram uma posição negativa à reaplicação da metodologia.

CONCLUSÃO

Com este estudo buscou-se evidenciar a Metodologia da Problematização como uma importante ferramenta a contribuir para a formação do profissional de Agronomia, partindo da ideia de que ela pode desenvolver capacidades essenciais ao exercício do agrônomo. Buscamos avaliar a percepção dos estudantes ao serem submetidos a uma experiência do aprendizado que parte da realidade, passando pela construção do conhecimento através da busca autônoma, sua percepção sobre os objetivos e efetivamente quais os benefícios por eles observados.

Em relação à compreensão dos estudantes sobre a metodologia, realizando a comparação das ideias-chave obtidas no questionário com os principais autores que tratam do assunto, verifica-se uma convergência. Para os estudantes, a metodologia é uma forma ‘nova’ e promissora de aprendizagem que parte da experiência do estudante e da observação de uma realidade, passando por um processo que alia teoria e prática, possibilitando a aquisição de conhecimento e a transformação dos indivíduos nesse processo e, também, da realidade estudada. Apontam que os objetivos da metodologia foram alcançados, desenvolvendo neles senso crítico, uma melhor percepção da realidade estudada, uma forma alternativa de estudar/trabalhar/pesquisar e a possibilidade de adquirir conhecimentos além de sala de aula.

Quanto ao uso da metodologia como alternativa à formação do profissional, a maioria destaca a metodologia como sendo capaz de formar um profissional mais sensível às diferentes realidades, mais humanizado, crítico e capacitado para resolver os problemas por ela impostos. Mostram aceitação à metodologia, apontando o desejo de repetir a experiência até mesmo em disciplinas diferentes da que foi empregada.

Alguns apontaram dificuldades na aplicação da metodologia, o que não foi supressa, pois os estudantes ainda estavam iniciando o estudo das disciplinas profissionalizantes do Curso de Agronomia. Condição esta que pode ter gerado insegurança quanto ao domínio de conteúdos que as situações-problema demandavam.

Sendo assim, a experiência adquirida com a metodologia é satisfatória. Contudo, faz-se necessário um melhor planejamento e dimensionamento da metodologia durante a disciplina de Aspectos Sociais da Agricultura.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. França: Presses Universitaires de France, 1977. 229 p. ISBN 972-44-0898-1.

BARRIOS, Jovita Antonieta Miranda et al (Ed.). **Ensino Superior na América Latina: reflexões e perspectivas**. Bilbao: Universidad de Deusto, 2014. 57 f. Disponível em: <http://www.deusto-publicaciones.es/index.php/main/libro/1088> . Acesso em: 09 jan. 2019.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. Metodologia da Problematização: uma alternativa metodológica apropriada para o Ensino Superior. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v.16, n.2, Ed. Especial, p.9-19, out. 1995. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/viewFile/9458/8240> . Acesso em: 10 jan. 2019

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? **Interfase – Comunicação, Saúde, Educação**, v.2, n.2, p.139-154, 1998.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, [s.l.], v. 32, n. 1, p.25-40, 20 nov. 2011. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1679-0359.2011v32n1p25>

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **O problema de estudo na Metodologia da Problematização** . Londrina: [s.n.], 2012. 5 p. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/docentes/conheca_neusi_arq1.pdf . Acesso em: 10 jan. 2019.

CAVALLET, José Valdo. **A formação do engenheiro agrônomo em questão**: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo.

DIAZ BORDENAVE, Juan E; PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Petropolis: Vozes, c1977. 312 p. ISBN 8532601545 (broch.).

GALLAGHER, Kevin. Elementos fundamentales de una Escuela de Campo para Agricultores - ECA. **Leisa: Revista de Agroecología**, Lima, v. 19, n. 1, p.6-7, jul. 2003. Trimestral. Disponível em: <http://www.leisa-al.org/web/index.php/volumen-19-numero-1/2182-elementos-fundamentales-de-una-escuela-de-campo-para-agricultores-eca> . Acesso em: 01 fev. 2019.

KLEIN, Niumar André; AHLERT, Edson Moacir. Aprendizagem baseada em problemas como metodologia ativa na educação profissional. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 11, ed. 4, p. 219-239, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v11i4a2019.2398>. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/download/2398/1605>. Acesso em: 4 jul. 2020.

KOLB, David. A. **Experiential learning**: experience as the source of learning and development. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1984.

LIBÂNEO, José Carlos. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko. Orgs. **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

MARIN, Maria José Sanches et al . Aspectos das fortalezas e fragilidades no uso das metodologias ativas de aprendizagem. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 13-20, Mar. 2010 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022010000100003&lng=en&nrm=iso Acesso em 09 jan. 2019..

MELO, Barbara de Caldas; SANT'ANA, Geisa. A prática da Metodologia Ativa: compreensão dos discentes enquanto autores do processo de ensino-aprendizagem. **Com. Ciências Saúde**, Brasília, v. 4, ed. 23, 1 nov. 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/pratica_metodologia_ativa.pdf. Acesso em: 3 jul. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico** : Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª. ed. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul - Brasil: Universidade FEEVALE, 2013. 277 p. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> . Acesso em: 10 jan. 2019.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. 99p.

VASCONCELLOS, Maura Maria Morita. Aspectos pedagógicos e filosóficos da metodologia da problematização. In: BERBEL, Neusi Aparecida Navas et al. (Org.). **Metodologia da Problematização: fundamentos e aplicações**. Londrina: Uel, 1999. p. 29-59.

AS RODAS DE CONVERSA COMO FERRAMENTA COMPLEMENTAR AO PRÉ-NATAL

SILVA, I.S.¹, XAVIER, P.B.², ARAUJO, T.L.L.³, PAULINO, D.A.⁴, QUEIROZ, C.G.⁵, BRANDÃO, G.C.G.⁶

¹Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: isis1998.siqueira.silva@gmail.com;

²Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: pedrobx37@gmail.com; ³Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: thaislarajujo2@gmail.com; ⁴Psicólogo. Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: danielpaulinoufcg@gmail.com; ⁵Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: milapsicologia2017@gmail.com; ⁶Enfermeira, Doutora em Ciências, Docente Adjunta III do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande, Coordenadora do Projeto de Extensão. E-mail: gissettibrandao@gmail.com

Artigo submetido em outubro de 2019 - DOI 10.32356/exta.v19.n1.42280

RESUMO

Trata-se um relato de experiência no qual utilizou-se das Rodas de Conversa e metodologias ativas e participativas em encontros com gestantes em uma UBSF de Campina Grande, realizado no período de maio a dezembro de 2018. Tal experiência foi fruto de um projeto de extensão envolvendo os cursos de enfermagem, medicina e psicologia da UFCG. Este estudo buscou ressaltar a importância das rodas de conversa na promoção e prevenção em saúde de gestantes e puérperas, bem como foi possível entrelaçar o saber científico com o saber popular,

permitindo uma troca de conhecimentos acerca das temáticas abordadas com as gestantes. Os membros do Projeto de Extensão saíram do papel de detentores do saber, o que favoreceu a discussão e fortaleceu o vínculo entre usuários e UBS, permitindo a construção de um conhecimento que vincula teoria e prática. Portanto, as experiências vivenciadas nas rodas de conversas foram fundamentais para o aprendizado, pois consolidaram as práticas de educação e promoção em saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Rodas de Conversa. Pré-natal. Saúde coletiva. Educação em Saúde.

CONVERSATION CIRCLES AS A COMPLEMENTARY TOOL TO PRENATAL CARE

ABSTRACT

This is an experience report with Conversation Circles and active and participatory methodologies used with pregnant women meetings at a health center in Campina Grande; carried out from May to December 2018. This experience was the result of an extension project involving nursing, medicine and psychology courses of UFCG. This work aims to highlight the importance of circles of conversation in promoting and prevention of pregnant and puerperal women's health, as well as it was possible to entangle scientific and popular knowledge allowing the exchange of

knowledge about the themes approached with the pregnant participants. The members of the extension project left the role of the holder of knowledge, favoring discussions and strengthening the bond between Health Service and users, also building a connection between theory and practice. Thus, the experiences lived in the Conversation Circles were essential for learning as they consolidated practices in health promotion and education.

KEYWORDS: Circles of Conversation. Prenatal. Collective Health. Health Education.

1 INTRODUÇÃO

A Atenção Básica (AB) caracteriza-se como a principal porta de entrada ao Sistema Único de Saúde (SUS), cumprindo papel estratégico na rede de atenção, servindo como base para seu ordenamento e efetivação da integralidade em saúde. A Estratégia de Saúde da Família e Comunidade é protagonista na ação junto à população, constituída por uma equipe

multiprofissional e dirigida aos moradores de um território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária. A realização de ações de educação em saúde à população é uma importante ferramenta de aproximação entre profissionais e usuários da AB (BRASIL, 2017).

A educação em saúde pode ser vista como um momento de ressignificação da Estratégia de Saúde da Família, visto que, tem caráter emancipatório, e apresenta ações voltadas para o indivíduo e não para a doença à medida que os saberes são trocados, e se constrói, de maneira coletiva, um novo saber. A valorização do indivíduo por parte dos profissionais induz a sua participação no cuidado com a saúde, e assim pode passar a valorizar as estratégias de prevenção à saúde.

Nesse contexto, as práticas de Educação em Saúde devem respeitar e valorizar a participação e a autonomia dos sujeitos e possibilitar que sejam supridas suas necessidades, carências, expectativas, anseios e dúvidas. No entanto, o que se observa é a educação bancária, aplicada em especial, com as massas populares, muitas vezes realizada apenas como ato de transferência e depósito de conteúdo, desconectados da realidade vivenciada pelo sujeito e do contexto no qual se encontra inserido (FREIRE, 1967).

Nesse sentido, se faz necessário implementar ações que valorizem o saber popular e as necessidades dos usuários a partir das demandas problematizadas pelo coletivo. Para tanto, a prática da problematização deve promover entre os participantes o diálogo, a autonomia e estimular os usuários a adotarem uma postura ativa no seu ambiente, sendo fundamental na construção de um processo educativo (FERNANDES E BACKES, 2010).

Este trabalho tem como objetivo ressaltar a importância das Rodas de Conversa (RC) na promoção e prevenção em saúde de gestantes e puérperas da Unidade Básica de Saúde da Família Adalberto César (UBSF- Adalberto César), em Campina Grande-PB.

2 A EDUCAÇÃO EM SAÚDE

A metodologia da problematização tensiona o modelo tecnocientífico, com seus processos de análise da realidade e de construção do conhecimento. Pode mesmo vir a reorientar o entendimento sobre adoecimento, pois garante maior visibilidade às questões sociais, culturais e psicológicas do indivíduo/paciente. Ademais facilita a ruptura de paradigmas em educação, possibilitando formar profissionais em Saúde com novos pensamentos (DARIUS, 2017).

Dessa forma, pela perspectiva problematizadora, as ações educativas em grupos na atenção básica devem estar de acordo com a realidade dos usuários, suas experiências, vivências e necessidades a partir das quais se constroem as temáticas de trabalho.

Os grupos são considerados ferramentas importantes para a promoção da saúde e para educação em saúde. Além disso, também são espaço de escuta, em que o coordenador pontua e problematiza as falas para dar oportunidade para os participantes pensarem, falarem de si e poderem elaborar melhor suas próprias questões. Essas ações ampliam as possibilidades de controle das doenças, de reabilitação e de tomada de decisões que favoreçam uma vida saudável (BASTOS, 2010).

Na prática de educação e saúde, existem as Rodas de Conversa (RC), baseada nas teorias de Paulo Freire, consistem em um espaço no qual as pessoas se dispõem circularmente, possibilitando que o mútuo olhar e comunicar dos participantes, realizando assim uma dialética pautada nos conhecimentos e experiências pessoais de cada um.

As RC's como instrumento metodológico abrem espaço para que os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem estabeleçam um espaço de diálogos e interações no contexto da temática, ampliando suas percepções sobre si e sobre o outro, em um movimento de alteridade e compreensão sobre a voz do outro em seu contínuo espaço de tempo (BARBOSA E HORN, 2008).

No contexto de saúde, a temática a ser discutida pode ser direcionada em prol do que a equipe profissional deseja trabalhar naquele momento, buscando temas que sejam de real interesse dos usuários, propiciando a motivação em sua participação, e desta forma, cumprindo os objetivos educativos para a saúde (SAMPAIO, 2014).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho é um relato de experiência com caráter de descritivo e abordagem qualitativa. Segundo Lopes (2012), um relato de experiência pertence ao domínio social, fazendo parte das experiências humanas, devendo conter tanto impressões observadas quanto conjecturadas.

Foi um trabalho realizado no período de maio à dezembro de 2018 como parte do projeto de extensão *Ações em Educação em Saúde com a gestante na perspectiva do Ensinar e Aprender*, envolvendo os três cursos de saúde (enfermagem, medicina e psicologia) do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

O projeto foi desenvolvido na Unidade Básica de Saúde da Família Adalberto César, em Campina Grande – PB. Localizada na zona urbana da cidade, em bairro conhecido como local de vulnerabilidade e elevados índices de violência. A unidade foi escolhida por ser campo de atuação da UFCG. Infelizmente os dados coletados na própria unidade em termos de abrangência do serviço, mapeamento e número de famílias cobertas estavam insuficientes ou inexistentes no momento do trabalho.

Para realização deste trabalho foram utilizadas Rodas de Conversa com grupos de gestantes atendidas na referida unidade, para tanto foram utilizadas metodologias ativas e participativas que estimulavam e valorizavam o contato e o saber dos atores envolvidos. O número de gestantes variava de acordo com cada encontro, dependendo do fluxo de atendimentos do dia. Quanto à equipe de discentes era composta sempre de três participantes contando com cada um dos cursos citados acima, a professora orientadora esteve presente no primeiro encontro. Vale ressaltar que o formato de rodas de conversa, através da dialética, permite ao pesquisador se inserir como sujeito da pesquisa pela participação na conversa

O uso das metodologias ativas de ensino e aprendizagem promove a socialização dos atores envolvidos na aprendizagem, o compartilhamento de conhecimentos, a reflexão sobre os conteúdos teóricos e práticos, e acima de tudo, torna o processo educativo mais dinâmico e participativo (CARRARO et. al, 2011).

Abaixo estão dispostas as descrições de nossas atividades, as quais ocorreram em três etapas:

QUADRO 1 - ETAPAS DAS ATIVIDADES REALIZADAS

ETAPAS	ATIVIDADES REALIZADAS
<p>Primeiro Momento: Planejamento das atividades e discussão com a equipe acadêmica e da unidade acerca do projeto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Reunião com a equipe da Unidade de Saúde para apresentação do projeto; ● Rodas de conversas com a equipe acadêmica para construir a forma de trabalhar com as metodologias ativas e participativas; ● Construção do cronograma de rodas de conversa e oficinas com as gestantes, a fim de não interferir na dinâmica de atendimento da Unidade Básica de Saúde.
<p>Segundo Momento: Levantamento dos temas mais importantes, planejamento e realização das RC's, no período de junho à setembro/2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Levantamento das necessidades das gestantes e temas a serem abordados, sendo os temas definidos em grupo; ● Baseadas nas decisões anteriores, as RC foram iniciadas; ● Discussão de equipe acadêmica acerca das

	RC executadas.
<p>Terceiro Momento: Discussão dos resultados das RC's. Ocorreu entre setembro e dezembro/2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Realização de reuniões de trabalho para consolidação dos pontos levantados acerca dos temas trabalhados nas oficinas; ● Divisão de Grupos de estudo para aprofundamento das temáticas que foram abordadas nas oficinas; ● Reunião com a equipe da UBSF para compartilhar os saberes construídos nas oficinas. ● Elaboração de trabalhos científicos e artigo

FONTE: COLETA DE DADOS PROBEX

Tais momentos aconteceram de forma simultânea. As reuniões e discussões de planejamento ocorreram periodicamente com o objetivo de discutir e planejar os passos seguintes nas Rodas de Conversa, permitindo também o compartilhamento dos saberes e experiências vivenciadas durante os encontros com as gestantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os temas abordados nas Rodas de Conversa foram decididos a partir das demandas das próprias gestantes e no diálogo com as mesmas. Obtendo-se portanto, as seguintes temáticas: Sexualidade na gestação, Momento do Parto, Primeiros Cuidados com o Recém-nascido e Amamentação. No quadro 2 se encontra a organização de cada RC. Cada temática foi trabalhada pelo período de um mês, ocorrendo o total de 15 encontros.

QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO DAS RODAS DE CONVERSA

PERÍODO	Nº DE RC	TEMÁTICA	PERGUNTA NORTEADORA	OBJETIVO
Junho/2018	05	Sexualidade na gestação.	Como a gestante vivencia a sexualidade na fase gestacional?	Apresentar a temática da Sexualidade para as gestantes em uma roda de conversa.
Julho/2018	04	Expectativas para o momento do parto	O que as gestantes esperam no momento do parto?	Compartilhar saberes sobre o momento do parto e promover a reflexão sobre a violência obstétrica.

Agosto/ 2018	03	Primeiros cuidados com o RN	Qual o conhecimento e expectativa sobre os primeiros cuidados com o recém-nascido?	Compartilhar os conhecimentos sobre os primeiros cuidados com os recém-nascidos
Setembro/ 2018	03	Expectativas relacionadas à amamentação	Qual o sentimento com relação a amamentação?	Compartilhar saberes sobre a amamentação e sua importância.

FONTE: COLETA DE DADOS PROBEX

Vivendo e vivenciando as RC

A primeira temática, cujo tema foi sexualidade na gestação levantou distintas reações entre as participantes, algumas mostrando timidez, referindo não gostar de falar sobre o assunto. Enquanto outras se mostram menos inibidas, trazendo ao grupo suas experiências sexuais. Questões de dúvidas também surgem, por exemplo, ao perguntarem se a penetração poderia afetar o bebê. Em relação à libido, algumas a percebem diminuída primeira fase da gestação. Já outras participantes relataram que sentiam um certo desconforto nos momentos da relação. Por fim, observou-se que aquelas com parceiro fixo relataram ter uma relação sexual mais frequente e confortável sentindo-se seguras para manter o contato com o parceiro.

A segunda temática foi o “momento do parto” com o objetivo de discutir o conhecimento sobre os tipos de parto, e as melhores formas de realizá-lo. Assim, os discentes levaram ideias de técnicas de relaxamento e respiração, e propuseram a construção de um mural com colagens refletindo tal momento.

No andamento das discussões, encontrou-se o espaço para destacar e informar acerca dos serviços do Centro de Parto Normal destinado a oferecer serviços de acompanhamento e assistência ao parto na perspectiva do parto humanizado, situado no Instituto de Saúde Elpídio de Almeida (ISEA). Aquelas que tinham experiência com tal centro, trouxeram à conversa dados sobre o local, como os tipos de partos possíveis e os critérios de admissão exigidos para parir neste espaço. Os relatos mostraram experiências prévias bem sucedidas, e também dúvidas e medos quanto ao uso de alguns equipamentos tais como banheira, bola suíça e massagem, por exemplo.

Para a terceira temática foi trabalhada a violência obstétrica. As participantes foram convidadas a construir um cartaz de maneira coletiva, no qual estava escrito: “Não à Violência!”. As gestantes utilizaram materiais para recortar palavras e formar frases relacionadas ao tema, das quais já haviam ouvido por profissionais no momento do parto ou em

gestações anteriores. Foram evidenciadas frases de conteúdo agressivo como piadas e ofensas do tipo “na hora de fazer o bebê não sofreu assim”, realizadas por profissionais de saúde em partos prévios, o que se configura como violência obstétrica.

Notou-se também, um entendimento por parte das gestantes do que seria violência obstétrica e sobre seus direitos no momento do parto, relatando que: “não existe médico ou enfermeiro que manda no procedimento, este é natural, eles estão lá para auxiliar”. Elas ainda demonstraram um conhecimento sobre a episiotomia, sendo esta “um tipo de violência”. Ainda foram trazidos relatos de que “o parto normal deve ser visto de forma positiva e não de sacrifício para ninguém”.

Apesar de relatos de experiências negativas, houve o desejo de um futuro parto normal, compreendendo que a cesárea é um método a ser utilizado somente em casos de específicos. Ao final da atividade, foi feita uma avaliação pelas gestantes acerca da metodologia de abordagem trazida pela roda de conversa. Todos os relatos evidenciaram teor de positividade no que diz respeito à formação de opiniões e a consolidação do conhecimento sobre uma gestação e partos saudáveis e bem assistidos.

Durante a quarta temática foi abordado o conhecimento dos cuidados com o recém-nascido. O grupo preparou uma dinâmica com “mitos e verdades”, a fim de trazer o conhecimento e a discussão sobre o tema. A maior parte das participantes já haviam vivenciado anteriormente a experiência de ser mãe, o que tornou a conversa dinâmica e repleta de trocas e vivências enriquecedoras. Com isso, os conhecimentos científicos se entrelaçaram com o conhecimento prévio das gestantes, permitindo que elas se tornassem sobretudo, protagonistas do conhecimento.

Na quinta roda de conversa foi abordada a temática das expectativas sobre a amamentação. Desse modo, foi discutido sobre a posição correta da criança e da mãe na hora da amamentação, enfatizando a importância e os benefícios do leite materno, da pega correta para evitar ferimento e dor durante a amamentação, e como deve ser o ambiente ideal para a amamentação, além da necessidade de apoio dos familiares. Mais uma vez foi momento de troca de experiência entre as gestantes que já haviam vivenciado este momento, e aquelas que ainda tinham dúvidas ou estavam na primeira gestação.

Algumas usuárias verbalizaram os benefícios da amamentação exclusiva até os seis meses, sendo estes vivenciados tanto pela mulher quanto pela criança. Ainda foram abordadas questões relacionadas à mastite, algo muito comum nas puérperas, sendo esclarecido sobre a

busca pelo tratamento imediato.

Foi possível evidenciar os resultados desses encontros na vida das participantes por meio de uma reportagem da Revista institucional da UFCG, na qual uma das participante deu o seguinte relato:

Quando começou a fazer o pré-natal na Unidade Básica de Saúde Adalberto César [...] não imaginava que iria aprender tanto sobre o universo da maternidade. E mais: a diarista não tinha ideia de que iria conseguir compartilhar sua experiência de vida e que aquela ação seria libertadora para ela e outras gestantes ali presentes [...] (RODRIGUES, 2019, p. 13).

Nesse segundo relato também é perceptível o efeito benéfico das rodas de conversa na vida das participantes:

[...] “Esse assunto foi muito mágico, porque eu consegui me abrir no meio de toda a roda, para um sentimento que estava fechado. Em uma conversa surgiu o abandono, a força, a alegria, como se a gente renascesse das cinzas como uma fênix” (RODRIGUES, 2019, p. 13).

A relação da equipe e usuários da Unidade Básica de Saúde com os integrantes do Projeto de extensão

Com o modelo biomédico, o saber científico se sobrepõe aos demais saberes, impossibilitando uma dialética mais clara entre profissional e usuário. Um dos pontos que acarretam esta problemática é a rotina excessiva na dinâmica do trabalho no setor da saúde, as ações sistemáticas e técnicas que tornam as relações entre usuários e profissionais da unidade básica superficiais, impedindo assim, uma escuta qualificada (SILVA, 2015).

Portanto, na tentativa de implementar a articulação entre usuários do serviço e profissionais de uma forma horizontalizada, contrária à tradicional forma biomédica, é necessário modificar a dinâmica do trabalho, e ampliar a percepção das verdadeiras funções dos autores no processo de prevenção em saúde. Tornando necessária a importância de se conhecer os saberes, crenças, e as opiniões dos usuários, indo para além do viés biológico, partindo das questões sócio-histórico e subjetivas de cada indivíduo.

Deste modo, construir um contato eficaz com os profissionais da unidade básica de saúde, foi de suma importância. Afinal, é esta equipe que norteia e orienta os acadêmicos que visitam a UBS, são eles que disponibilizam quais horários são mais viáveis para a realização das atividades, que informam possíveis alterações no cronograma mensal e ainda explicam como geralmente os usuários do serviço se comportam mediante as ações que visa o cuidado em saúde.

Logo, através das experiências como extensionistas, foi notável o interesse da equipe da

unidade e demais funcionários nas atividades do projeto, pois mensalmente questionavam como estavam acontecendo as rodas de conversa e observavam como as gestantes estavam lidando e se articulando com cada tema abordado. Além disso, através das conversas entre os profissionais e estudantes, eram explicados os pontos de melhoria e as fragilidade ao decorrer das ações realizadas, potencializando assim a qualidade no compartilhamento dos saberes, entre a equipe, usuárias do serviço e os extensionistas, proporcionando assim uma convivência mais harmônica e produtiva visando o bem estar dos membros da comunidade.

5 CONCLUSÃO

A partir das experiências relatadas foi possível promover reflexões sobre a importância da Educação em Saúde utilizando a Roda de Conversa como ferramenta para uma relação usuário/equipe no contexto da atenção primária à saúde. Discentes e usuárias puderam experimentar uma relação horizontal, na qual se colocavam como protagonistas do próprio papel de aprendizagem, se colocando no local de fala e ao mesmo tempo ouvindo o que estava sendo compartilhado.

Portanto, a roda de conversa se mostra como fundamental dentro do processo de Educação em Saúde, possibilitando a troca do conhecimento, permitindo aos usuários práticas de promoção em saúde que possam ultrapassar o individual e se transmitir ao coletivo. A partir do trabalho em grupo, faz-se viável também, o fortalecimento da comunidade vigente àquela unidade, quando juntos compartilham o conhecimento, conhecem uns aos outros, os problemas e estratégias para se vencer as barreiras pessoais e comunitárias.

Diante da relevância que este projeto teve para as gestantes e para os profissionais da UBS em questão, torna-se imprescindível a realização de outros trabalhos acerca dessa temática e que possam trazer suas experiências, visto que o conhecimento prévio que as gestantes relataram, contribuiu no processo de construção dos saberes. Além disso, as experiências vivenciadas pelos extensionistas nas atividades como um todo, proporcionaram momentos de aprendizado muito além daquele oferecido em sala de aula.

Além disso, continuar as pesquisas na mesma comunidade pode servir como parâmetro para verificar o progresso e transformação dos envolvidos, considerando que as usuárias participantes, continuam utilizando a UBSF para outros serviços e compartilham os novos saberes construídos. Logo, é relevante avaliar se houve mudanças permanentes e quais impactos a longo prazo foram possíveis através dos discursos da equipe e dos usuários.

REFERÊNCIA

BARBOSA, M.C.S.; HORN, M.G.S. Projetos pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BASTOS, A. B. B. I. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicólogo Informação**, v. 14, n. 14, p. 160-160, jan./dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. [Portaria no. 2.436 de 21 de setembro de 2017](#). Brasília: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 2017.

CARRARO, T.E. et al. Socialização como processo dinâmico de aprendizagem na enfermagem. Uma proposta na metodologia ativa. **Investigación y Educación en Enfermería**, v. 29, n. 2, p.248-254, 2011.

DARIUS,R.P.P. et al. O uso da metodologia da problematização para o desenvolvimento de projeto integrador no curso de pedagogia. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.l.], p. 983-1004, mar. 2017. ISSN 1982-5587. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9809/6578>. Acesso em: 06 may 2019.

FERNANDES, M.C.P. and BACKES, V.M.S.Educação em saúde: perspectivas de uma equipe da Estratégia Saúde da Família sob a óptica de Paulo Freire. **Rev. bras. enferm.** [online]. 2010, vol.63, n.4, pp.567-573. ISSN 0034-7167. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672010000400011>.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 1.^a ed. 1967. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LOPES, M. Sobre Estudos De Casos E Relatos De Experiências **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste** [en línea] 2012, 13 [Fecha de consulta: 22 de agosto de 2019] Disponible en:<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=324027983001> ISSN 1517-3852

RODRIGUES, S. Ensinando e aprendendo. **UFCG Revista** - Assessoria de Comunicação da UFCG (ASCOM). n°08 março de 2019 [UFCG Revista N° 08 by UFCG - issuu](#).

SAMPAIO, J.,et al. Limits and potentialities of the circles of conversation: analysis of an experience with young people in the backcountry of Pernambuco, Brazil. **Interface (Botucatu)**. 2014; 18 Supl 2:1299-1312.

SILVA, S.F.; NETO, J.F.M. Saber Popular E Saber Científico. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.24, n. 2, p. 137-154, jul.-dez. 2015

CONDIÇÕES DE SAÚDE BUCAL EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS E NÃO INSTITUCIONALIZADOS DE FORTALEZA, CEARÁ

SOUSA, J. S¹; MENDES, G. M²; SILVA, R. A. D. A³; MOURA, W. V. B⁴; TEIXEIRA, A. K. M⁵; REGIS, R. R⁶.

¹Cirurgiã-Dentista pela Universidade Federal do Ceará (UFC) - e-mail: jessica_soares18@hotmail.com; ²Cirurgião-Dentista pela Universidade Federal do Ceará (UFC) - e-mail: gemaksonmm@gmail.com; ³Professor dos Cursos de Odontologia da Faculdade Paulo Picanço (FACPP) e do Centro Universitário Católica de Quixadá (Unicatólica) - e-mail: raulanderson_alves@hotmail.com; ⁴Professora do Curso de Odontologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) - e-mail: waldaufc@gmail.com; ⁵Professora do Curso de Odontologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) - e-mail: anakarinemt@hotmail.com; ⁶Professor do Curso de Odontologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) - e-mail: romuloregis@hotmail.com

Artigo submetido em outubro de 2019 - DOI 10.32356/exta.v19.n1.42359

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo comparar as condições de saúde bucal de idosos residentes em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos no município de Fortaleza, Ceará (G1), com idosos não institucionalizados (G2). Foram obtidos dados sociodemográficos e realizados exames intrabucais para avaliar as condições: cárie dentária, doença periodontal, edentulismo e uso/necessidade de próteses dentárias. Os dados foram analisados através do software SPSS (Statistical Package for Social Sciences), versão 22.0 através de testes estatísticos apropriados. Diferença significativa foi observada no índice CPO-D, cuja média foi de 28,4 entre o G1 e 24,1 entre o G2 (P=0,02). A ocorrência

de cálculo dentário, sangramento gengival e bolsa periodontal foi semelhante entre os grupos. A porcentagem de indivíduos desdentados totais foi de 33,3%, sendo em sua maioria do G1. Já em relação ao uso e necessidade de próteses dentárias, o G1 utilizava mais e necessitava mais de uma nova prótese total. Já entre o G2, a maior necessidade foi de uma reabilitação oral parcial, mas em contrapartida, o uso de próteses foi menor. Conclui-se que G1 teve uma saúde bucal mais precária em comparação a G2, caracterizada por maior número de dentes perdidos, carecendo de medidas de promoção e recuperação de saúde bucal.

PALAVRAS-CHAVE: Instituição de Longa Permanência para Idosos; Saúde do Idoso; Saúde Bucal; Epidemiologia.

ORAL HEALTH CONDITIONS IN INSTITUTIONALIZED AND UN INSTITUTIONALIZED ELDERLY OF FORTALEZA, CEARÁ

ABSTRACT

The aim of this paper is to compare the oral health conditions of elderly people living in a Long Term Care Institution for the Elderly in Fortaleza, Ceará (G1), with non-institutionalized elderly (G2). Sociodemographic data were obtained and intraoral examinations were performed to evaluate the conditions: dental caries, periodontal disease, edentulism and use / need of dental prostheses. Data were analyzed using SPSS (Statistical Package for Social Sciences) software, version 22.0 through appropriate statistical tests. Significant difference was observed in the DMFT index, which averaged 28.4 between G1 and 24.1 between G2 (P = 0.02). The

occurrence of dental calculus, gingival bleeding and periodontal pocket was similar between groups. The percentage of total edentulous individuals was 33.3%, mostly from G1. Regarding the use and need of dental prostheses, G1 used more and needed more than a new total prosthesis. Among G2, the greatest need was for partial oral rehabilitation, but in contrast, the use of prostheses was lower. G1 had a poorer oral health compared to G2, which is characterized by a greater number of missing teeth, lacking oral health promotion and recovery measures.

KEYWORDS: Homes for the Aged; Aging Health; Oral Health; Epidemiology.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional tornou-se uma realidade mundial, mesmo em países em desenvolvimento. A melhoria dos parâmetros de saúde das populações no século XX, mesmo não acontecendo de forma igualitária nos diferentes países e contextos socioeconômicos, permitiu que o envelhecer não fosse mais privilégio de poucos (VERAS, 2009).

Com o envelhecimento, mudanças fisiológicas, sociais e psicológicas ocorrem gradativamente, as quais proporcionam a diminuição das reservas funcionais do organismo, verificando-se, assim, alterações na maioria dos órgãos e sistemas (FERREIRA et al., 2012). A capacidade de manter as habilidades físicas e mentais é necessária para assegurar uma vida autônoma e independente, e com essas alterações decorrentes do envelhecimento, a diminuição progressiva da capacidade funcional, entre elas a diminuição da acuidade visual, capacidade auditiva e força muscular, acarretando o aumento do risco de quedas e limitação da realização de atividades diárias, tornam imprescindíveis o papel do cuidador do idoso (SOUZA et al., 2013).

Nesse contexto do aumento do número de idosos, das dificuldades socioeconômicas e culturais que envolvem esses indivíduos, os conflitos familiares e a ausência do cuidador no domicílio, cresce a demanda por instituições de longa permanência para idosos (ILPI) (OLIVEIRA; ROZENDO, 2014). É de extrema importância que haja nas ILPI uma equipe multidisciplinar atuante na prestação dos cuidados a estes idosos. Porém, o atendimento multidisciplinar é, muitas vezes, realizado de forma insuficiente, com frágil interação entre os diferentes profissionais, contribuindo para a precária qualidade do cuidado da saúde dos idosos institucionalizados (SILVA et al., 2017).

A saúde bucal é um importante componente da saúde em geral, do bem-estar e da qualidade de vida desses indivíduos (VANOBERGEN; DE VISSCHERE, 2005). Porém, observam-se as dificuldades na atenção à saúde bucal de idosos institucionalizados, pois estes estão sujeitos a diversas barreiras organizacionais, relacionadas a disponibilidade de profissionais, à estrutura do serviço, aos processos de trabalho e aos gestores, repercutindo negativamente no processo de assistência dos serviços odontológicos para esses idosos (ARAÚJO et al., 2018).

Os principais acometimentos no sistema estomatognático de indivíduos na terceira idade relacionam-se à diminuição da capacidade mastigatória, a dificuldade de deglutição, as alterações salivares, as modificações no paladar, mudanças oclusais e de relacionamento

maxilo-mandibular, assumindo efeitos acumulativos negativos e prejudiciais para o idoso (OLIVEIRA et al, 2014)

Como no Brasil os programas dirigidos a esse grupo populacional ainda são raros e de difícil acesso, a epidemiologia demonstra a situação precária de saúde bucal desses indivíduos, pois, com renda reduzida para a utilização de serviços privados e sem prioridade nos serviços públicos, os idosos apresentam problemas bucais agravados, como dentes perdidos, doença periodontal e necessidade de próteses (GAIAO et al., 2005), mostrando a inexistência de medidas efetivas que impeçam a recidiva da cárie na população e de tratamentos protéticos para reestabelecer a função mastigatória, fazendo com que haja sempre o surgimento de novas necessidades (SILVA; JÚNIOR, 2000).

Diante disso, é importante o conhecimento sobre as demandas e necessidades orais de idosos institucionalizados, para que haja um planejamento, e conseqüentemente, uma execução de novas medidas que possam garantir uma saúde oral de qualidade para os mesmos. Dessa forma, o objetivo desse estudo foi realizar um levantamento das condições de saúde bucal de um grupo de idosos residentes em uma ILPI na cidade de Fortaleza-Ceará, compará-los com as de idosos não-institucionalizados.

2 MÉTODO

A pesquisa trata-se de um estudo, com abordagem quantitativa, transversal, do tipo levantamento epidemiológico em saúde bucal, realizada com idosos residentes em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e participantes de um Grupo de Convivência para Idosos do município de Fortaleza, Ceará

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: ser residente na ILPI avaliada ou participante do grupo de convivência de idosos avaliado; possuir 60 anos ou mais; estar presente na ILPI ou no espaço de prática das atividades do grupo no período da realização dos exames bucais e aplicação dos questionários; aceitar participar da pesquisa e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido. Foram excluídos os idosos hospitalizados ou em processo de cuidados paliativos no período de coleta de dados. Como critério de retirada, os exames foram interrompidos em idosos que estivessem em estado agressivo e/ou não permitissem a realização do mesmo.

A coleta dos dados foi realizada por 3 examinadores e 3 anotadores, organizados em duplas. Os examinadores passaram por um processo de calibração para garantir a

reprodutibilidade das variáveis (cárie dentária; doença periodontal; edentulismo) e padronização dos exames, obteve-se valores do coeficiente de kappa entre 0,66 a 1, sendo considerado boa calibração. Já o instrumento de coleta instrumento foi dividido nas seguintes sessões: 1 - Características sociodemográficas; 2 - Avaliação de Saúde Bucal.

Por meio de uma entrevista, os idosos foram consultados a respeito de dados sociodemográficos relacionados ao sexo, tempo de albergamento, escolaridade, renda, plano de saúde e uso de serviços odontológicos. Em caso de impossibilidade de resposta, os cuidadores ou responsáveis pelo abrigo foram consultados, assim como os registros oficiais e prontuários da instituição ou do grupo de convivência.

Após a entrevista com os idosos, foi realizado o exame epidemiológico bucal, utilizando-se espelhos bucais e sondas periodontais tipo OMS. Todo instrumental foi previamente esterilizado. Os idosos foram examinados em um ambiente claro, sentados em cadeira, e com o auxílio de uma lanterna de cabeça, portada por todos os examinadores. Nos casos de idosos com dificuldade de locomoção, os mesmos foram examinados em cadeira de rodas ou deitado em suas camas, buscando-se não ocasionar desconforto.

As variáveis de exame e os critérios de avaliação basearam-se no modelo do Projeto SB Brasil 2010 (BRASIL, 2012), que inclui a detecção de cárie dentária por meio do índice CPO-D (indicando o número de dentes permanentes cariados, perdidos e restaurados), e avaliação periodontal por meio do Índice Periodontal Comunitário (CPI). Por fim, o edentulismo foi avaliado por meio da observação do uso e necessidade de prótese dentária, registrando-se o tipo de prótese em uso e a necessidade em ambas as arcadas superior e inferior.

Os dados foram tabulados por meio do software Microsoft Excel® e posteriormente analisados através do software SPSS (Statistical Package for Social Sciences) para Windows, versão 22.0. Foi feita análises inferencial e descritiva para a caracterização da amostra, expressando frequências absolutas e relativas das variáveis qualitativas, bem como médias e desvios-padrão das variáveis quantitativas. Por meio do Teste qui-quadrado de Pearson e do teste T para amostras independentes, utilizando um nível de significância de 5% ($p < 0,005$), foi avaliada a magnitude do efeito das variáveis independentes sobre as variáveis dependentes aferidas, utilizando-se intervalo de confiança de 95%.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará (UFC) e aprovada sob protocolo nº 02019718.4.0000.5054 mediante o consentimento

obtido pela administração da ILPI e da coordenação do grupo de convivência para participação na pesquisa. Além disso, os idosos receberam esclarecimentos a respeito da pesquisa e deram consentimento de sua participação também por meio da assinatura de um Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

3 RESULTADOS

Um total de 45 idosos foram examinados, cuja média de idade foi de $74,3 \pm 10,1$ anos, sendo 35 do sexo feminino e 10 do sexo masculino. O grupo de institucionalizados foi composto por 23 idosos do sexo feminino; já 12 indivíduos do sexo masculino e 10 do sexo feminino compuseram o grupo de idosos não institucionalizados. Os grupos foram diferentes quanto a idade (G1: $81,8 \pm 7,86$ anos; G2: $66,5 \pm 5,00$ anos; $p < 0,0001$, teste t). No grupo avaliado na ILPI, os idosos estavam institucionalizados por um período médio de $54,6 \pm 5,45$ meses, cujo principal motivo de chegada a instituição foi por decisão própria (78,2%). Em torno de 82,6% deles mantinha contato com seus familiares, dentre as quais 57,8% recebiam visitas presenciais.

A Tabela 1 apresenta as características sociodemográficas da amostra, bem como o perfil do uso de serviço de saúde geral e odontológico. Foram excluídos os dados de 9 idosos para a análise de perfil salarial, bem como de 6 idosos para a frequência de visita ao dentista, devido a impossibilidade de acesso a tais informações. No geral, os grupos foram semelhantes quanto a renda, grau de escolaridade e visita ao cirurgião-dentista ($p \geq 0,05$).

TABELA 1 – Características sociodemográficas dos idosos e acesso ao serviço de saúde. Fortaleza, 2019.

	Institucionalizados		Não Institucionalizados		P [†]
	Número	%	Número	%	
Salário					
≤ 1 salário	14 (60,8%)	60,9	9 (40,9%)	39,1	1,00
> 1 salário	8 (34,8%)	61,5	5 (22,7%)	38,5	
Escolaridade					
Analfabeto	3 (13,0%)	37,5	5 (22,7%)	62,5	0,624
Ens. Fundamental	10 (43,5%)	47,6	11 (50,0%)	52,4	
Ens. Médio/Superior	10 (43,5%)	62,5	6 (27,3%)	37,5	
Plano de Saúde					
Sim	15 (65,2%)	75	5 (22,7%)	25	0,004*
Não	8 (34,8%)	32	17 (77,3%)	68	
Visita ao CD					
- 1 ano	8 (34,8%)	47,1	9 (40,9%)	52,9	0,754
+ 1 ano	9 (39,1%)	40,9	13 (59,1%)	59,1	
Local do atendimento:					

Particular	11 (64,7%)	52,4	10 (45,5%)	47,6	
Público	3 (17,65%)	20,0	12 (54,5%)	80,0	0,049*
ILPI	3 (17,65%)	100,0	0	0,0	0,118

†Teste χ^2 . *Diferenças significativas ($p < 0,05$).

Fonte: Próprios autores. Dados da pesquisa (2019)

Diferença significativa foi observada em relação ao plano saúde ($p=0,004$) e tipo de serviço odontológico acessado ($p=0,049$). Dentre os idosos que possuíam plano de saúde privado, 75% deles eram institucionalizados. Dentre os que não possuíam, 68% eram não institucionalizados. Além disso, o atendimento odontológico do tipo particular foi predominante entre os idosos institucionalizados (52,4%); já o tipo público, foi predominante entre os idosos não institucionalizados (80%).

A Tabela 2 apresenta a média dos índices CPO-D e a condição periodontal por sextantes da amostra. O índice CPO-D médio da população total estudada foi $26,3 \pm 5,6$ dentes. A porcentagem de indivíduos desdentados totais foi de 33,3% (15 idosos), sendo 12 deles (80%) do grupo institucionalizado. Dentre toda a amostra, a média de dentes presentes foi de $9,2 \pm 7,5$.

TABELA 2 – Média (desvio-padrão) dos índices CPO-D e condição periodontal dos idosos, Fortaleza, 2019.

	Institucionalizados	Não Institucionalizados	P ^a
CPO-D	$28,4 \pm 5,6$	$24,1 \pm 6,5$	0,020*
Cálculo Dentário	$1,2 \pm 1,6$	$2,1 \pm 2,0$	0,140
Sangramento Gengival	$1,4 \pm 1,9$	$1,2 \pm 1,8$	0,700
Bolsa Periodontal	$0,7 \pm 1,3$	$1,0 \pm 1,2$	0,300
Sextante Excluído	$4,3 \pm 2,2$	$2,1 \pm 2,3$	0,003*

^aTeste t para amostras independentes. *Diferenças significativas ($P < 0,05$).

Fonte: Próprios autores. Dados da pesquisa (2019)

A avaliação da condição periodontal foi realizada em um total de 122 sextantes, tendo sido excluído 148 sextantes (54,8%). Cálculo dentário foi identificado em 73,7% dos sextantes dos idosos institucionalizados, já nos idosos não institucionalizados foi identificado 53,6% de sextantes com cálculo. Sangramento gengival foi identificado em 86,8% dos sextantes do G1 e em 32,1% dos sextantes do G2. Bolsa periodontal foi identificada em 42,1% dos idosos institucionalizados e em 28,6% dos sextantes nos idosos não institucionalizados.

A Tabela 3 apresenta o padrão de uso e necessidade de próteses dentárias da amostra. Dentre os idosos institucionalizados, a maioria utiliza prótese total no arco maxilar (56,5%) e prótese parcial ou fixa no arco mandibular (39,1%). Quanto a necessidade de confecção de novas próteses, a maioria necessita de prótese total superior (52,2%). Já no arco mandibular,

frequência semelhante dos diferentes tipos de prótese foi observada (34,8%).

Dentre os idosos não institucionalizados, a maioria que utiliza prótese, possui a prótese total no arco maxilar (69,2%) e as parciais ou fixas no arco mandibular (71,4%). Quanto a necessidade, a maioria dos idosos institucionalizados que necessita de uma reabilitação oral parcial é em ambos os maxilares (maxila: 60,0%; mandíbula: 90,0%).

TABELA 3 – Uso e necessidade de prótese dentária da amostra, Fortaleza, 2019.

	Institucionalizados		Não Institucionalizados		P^a
	Número	%	Número	%	
Uso Prótese Superior					
Não Usa	3 (13,1%)	25,0	9 (40,9%)	75,0	
PPR/Fixa	7 (30,4%)	63,6	4 (18,2%)	36,4	0,062
Prótese Total	13 (56,5%)	59,1	9 (40,9%)	40,9	0,057
Uso Prótese Inferior					
Não Usa	6 (26,1%)	28,6	15 (68,2%)	71,4	
PPR/Fixa	9 (39,1%)	64,3	5 (22,7%)	92,3	0,036*
Prótese Total	8 (34,8%)	80,0	2 (9,1%)	40,0	0,007*
Necessidade Prot. Sup					
Sem Necessidade	10 (43,50%)	83,3	2 (9,1%)	16,7	
Reab. Oral Parcial	1 (4,30%)	7,7	12 (54,5%)	92,3	0,0001*
Reab. Oral Total	12 (52,2%)	60,0	8 (36,4%)	40,0	0,168
Necessidade Prot. Inf					
Sem Necessidade	8 (34,8%)	80,0	2 (9,1%)	20,0	
Reab. Oral Parcial	7 (30,4%)	28,0	18 (81,8%)	72,0	0,005*
Reab. Oral Total	8 (34,8%)	80,0	2 (9,1%)	20,0	1,00

^aTeste χ^2 . *Diferenças significativas ($p < 0,05$).

Fonte: Próprios autores. Dados da pesquisa (2019)

4 DISCUSSÃO

O grupo de idosos institucionalizados apresentou idade média significativamente superior (81 anos) ao grupo não institucionalizado (66 anos). Esse dado pode refletir que existe a tendência, segundo Duca et al. (2012) de aumento da chance de institucionalização conforme o avanço da idade, pois o risco da incapacidade funcional dobra a cada década de vida, além da maior carga de doenças crônicas e ocorrência de internações hospitalares entre os mais idosos. Esses motivos possivelmente potencializam a probabilidade de institucionalização do idoso.

A maioria dos indivíduos em ambos os grupos possuía renda igual ou inferior a 1 salário mínimo, cujo grau de escolaridade mais prevalente foi o ensino fundamental. O maior número de idosos com escolaridade de nível médio e/ou superior foi observado no grupo institucionalizado (62,5%). Esse achado pode explicar a razão do maior número de idosos com renda superior ter sido observado dentre as residentes na ILPI (61,5%).

Segundo Lima et al. (2017), a baixa escolaridade está relacionada com baixos níveis de renda, tendo na falta de acesso à educação associação direta com maiores níveis de desemprego e trabalhos informais, gerando maior instabilidade financeira e, conseqüentemente, menor acesso aos cuidados, serviços de saúde e qualidade de vida, pois à medida que o indivíduo acumula anos de estudo, adquire maior conhecimento sobre saúde bucal e passa a entender a importância do uso dos serviços de saúde de forma preventiva. Também, Pinheiro et al. (2016) apontam que a maioria dos idosos residentes em ILPI que possuem nível superior, escolhem abrigos com fins lucrativos, refletindo uma forte associação entre as condições socioeconômicas e acesso ao ensino no Brasil.

Foi observado que a maioria dos idosos institucionalizados apresentavam plano de saúde particular, diferente do grupo não institucionalizado. Essas diferenças podem ser explicadas pelo perfil da amostra incluída nesse estudo, onde a ILPI Recanto Sagrado Coração não é de natureza pública, residindo idosos dentre as quais a maioria está lá por decisão própria, e mantêm contato com os familiares. Já os idosos não institucionalizados compreenderam indivíduos que frequentavam serviços de saúde público oferecidos pela UFC. Assim, esses fatores podem explicar a maior frequência de idosos que possuíam plano de saúde próprio na ILPI, tendo maior acesso aos serviços odontológicos de natureza particular. Resultado semelhante foi observado por Tinós et al. (2010), e os autores atribuíram essa diferença à escolaridade e renda estarem profundamente imbricados, onde as populações idosas economicamente desfavorecidas, tem menores acessos a serviços públicos (água, luz, esgoto, coleta de lixo) e a plano de saúde.

Apesar das diferenças citadas acima, ambos os grupos apresentaram uma prevalência de idosos que receberam atendimento odontológica em períodos superiores a 1 ano. Segundo Matos et al. (2004), esse achado pode sugerir que o uso de serviços odontológicos é influenciado por medo do tratamento, condição dentária (dentado ou não), menor mobilidade física, comprometimento do estado geral de saúde e percepção da necessidade para tratamento odontológico. Antczak e Branch (1985) verificaram que a baixa expectativa dos idosos em relação ao tratamento odontológico também é uma importante barreira para o uso, destacando que o fato dos idosos acreditarem que a visita regular ao dentista seja importante apenas para pessoas que possuem dentes ou que o dentista não possa satisfazer suas necessidades.

Os idosos institucionalizados apresentaram uma condição oral pior comparado aos não

institucionalizados, levando-se em consideração o índice CPO-D. Esse achado pode refletir que idosos independentes, segundo Aguiar (2017) costumam apresentar mais dentes e restaurações, e menor ocorrência de cáries e índice de placa. A pesquisa de Macentee et al. (1993) identificou variáveis que contribuem significativamente para o risco de cárie em idosos institucionalizados, como a ocorrência de múltiplas enfermidades, a redução do fluxo salivar induzida por drogas, a redução da destreza manual ou da motivação para a realização da higiene oral, além de fatores psicossociais. Apesar dessa diferença, o índice CPO-D pode ser considerado alto em ambos os grupos, considerando que o valor máximo do mesmo é 32. Esses valores estão de acordo com aqueles encontrados no SB2010 (BRASIL, 2012) cujo CPO-D dessa faixa etária foi de 27,53 no Brasil, 27,20 no Nordeste, 27,20 em Fortaleza (CE). O elevado CPO-D demonstra que a saúde bucal dos idosos atualmente é reflexo de uma prática de saúde com atenção voltada apenas à criança e adolescente em idade escolar, deixando os idosos à mercê de práticas mutiladoras e não preventivas.

Segundo Silva e Júnior (2000), o índice CPO-D alto revela não só as condições de muitas perdas dentárias, mas o tipo de serviço odontológico prestado a essas pessoas, evidenciando uma odontologia mutiladora e curativista. Ainda, segundo esses autores, possivelmente um dos fatores mais importantes para as perdas dentárias em idosos são as cáries dentárias e, para os institucionalizados, isso ocorre de forma ainda mais clara, pois mesmo com valores semelhantes, os institucionalizados, quando tem cáries, são mais propensos a receberem extrações dentárias do que tratamentos restauradores, estando de acordo com os índices encontrados da amostra.

Os grupos foram semelhantes em relação aos achados das condições periodontais. A presente pesquisa apresentou dados acima da média encontrada na SB Brasil 2010 (BRASIL, 2012), onde a prevalência de cálculo dentário foi de 28,3%, de bolsa periodontal foi 17,2% e de sangramento gengival foi de 18,1%, em contrapartida os dados encontrados nos idosos estudados foi de cálculo dentário em 59,8%, bolsa periodontal em 32,8% e sangramento gengival em 49,2%. Em relação a presença de cálculo dentário e bolsa gengival, o grupo dos idosos não institucionalizados apresentou maior número de sextantes acometidos por essas condições, possivelmente relacionada a maior presença de dentes na boca do idoso.

A amostra de idosos residentes em ILPI apresentou alta ocorrência de sextantes excluídos durante a avaliação feita em comparação aos idosos não institucionalizados, sendo

essa diferença significativa. Esses resultados concordam com os estudos de Aguiar (2017) e Piuvezam e Lima (2013), os quais constataram que, pela grande quantidade de dentes perdidos e de edentulismo total, a avaliação das condições periodontais em idosos institucionalizados é difícil e limitada.

Dentre os idosos totalmente desdentados, a maioria foi encontrada no grupo institucionalizado (80%); assim, o componente 'perdido' pode ter sido responsável pelo maior índice de CPO-D encontrado nesse grupo. Também, os indivíduos nesse grupo tanto apresentavam maior número de próteses dentárias em uso, quando a necessidade de serem reabilitados por meio de próteses totais em ambos os arcos, provavelmente pela baixa qualidade das próteses em uso, as quais apresentavam-se bastante desgastadas e desadaptadas. Segundo a Aguiar (2017), ainda existe a alta prevalência de perdas dentárias entre os idosos institucionalizados, sendo a parcela de próteses ainda insuficiente e estas, muitas vezes, estão em condições impróprias e precisam ser substituídas, resultando em alta necessidade de próteses entre os residentes em ILPI. Já entre os idosos não institucionalizados, o uso de próteses é menor; sendo as reabilitações parciais as modalidades protéticas de maior necessidade. Esses achados reforçam a melhor qualidade das condições orais dos idosos em faixas etárias mais jovens, bem como, quando não institucionalizados

Dentre as limitações do presente estudo, destacam-se a ILPI escolhida, ser uma instituição de caráter particular e exclusivamente feminina e o pequeno tamanho da amostra do estudo. Também deve-se notar que o desenho transversal não permitiu a análise da relação causa-efeito entre as variáveis estudadas. Futuros estudos deverão abordar amostras de caráter mais diversificado, como instituições públicas e privadas, com idosos de ambos os sexos a longo prazo.

5 CONCLUSÃO

Percebeu-se que a saúde bucal do idoso em geral, institucionalizado ou não, é precária. Entretanto, entre os idosos institucionalizados foi encontrado um maior grau de perda dentária, constatado pelo percentual de componentes perdidos no CPO-D, e alta taxa de edentulismo, evidenciando uma pior condição de saúde bucal.

Espera-se que os achados desse estudo auxiliem na identificação das necessidades relacionadas à saúde bucal dos idosos institucionalizados, facilitando o cuidado ampliado, garantindo melhor acesso à atenção odontológica, com medidas de prevenção, promoção e

reabilitação das condições orais pré-existentes, proporcionando, assim, melhor qualidade de vida desses indivíduos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.C. A. de. **Condições de saúde bucal de idosos institucionalizados: um estudo de coorte prospectivo**. 2017. 124 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/24956>>. Acesso em: 12 jun.2020.

ANTCZAK, A. A.; BRANCH, L. G. Perceived barriers to the use of dental services by the elderly. **Gerodontics**, v. 1, p. 194-198, 1985. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/3864714/>>. Acesso em: 12 jun.2020.

ARAÚJO, I. D. T. de et al. Atenção à saúde bucal de idosos institucionalizados na da gestão e da atenção primária. *In: II Congresso Nacional de Envelhecimento Humano (CNEH)*, 1., 2018, Curitiba. Anais II Congresso Nacional de Envelhecimento Humano. Editora Realize: Curitiba, 2018, 32-24. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/cneh/trabalhos/TRABALHO_EV054_MD2_SA10_ID345_15082016145750.pdf> Acesso em: 12 jun.2020.

BRASIL. **Projeto SB Brasil 2010: Pesquisa nacional de saúde bucal: resultados principais**. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_nacional_saude_bucal.pdf>. Acesso em: 12 jun.2020.

FERREIRA, O. G. L. et al. Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, julho/setem. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072012000300004&lng=en&nrm=iso>Acesso em: 12 jun.2020.

GAIÃO, L. R. et al. Perfil epidemiológico da cárie dentária, doença periodontal, uso e necessidade de prótese em idosos residentes em uma instituição na cidade de Fortaleza, Ceará. **Rev. Bras. Epidemiol**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 316-323, setem. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415790X2005000300013>Acesso em: 12 jun.2020.

LIMA, F. F. O. et al. Perfil Sociodemográfico e nível de dependência funcional de idosos com risco de quedas. **Id on Line Rev. Mult. Psic.**, Vitória da Conquista, v.11, n. 39., p. 164-178, 2017. Disponível em: < <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/985> >Acesso em: 12 jun.2020.

MACENTEE, M. I. et al. Predictors of caries in old age. **Gerontology**, Vancouver, v. 10, n. 2, p. 90-97, 1993. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/7713532/> >Acesso em: 12 jun.2020.

MATOS, D. L. et al. Fatores sócio-demográficos associados ao uso de serviços odontológicos entre idosos brasileiros: um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1290-1297, Out. 2004. . Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2004000500023&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 12 jun.2020.

OLIVEIRA, B. S. de et al. Alterações das funções de mastigação e deglutição no processo de alimentação de idosos institucionalizados. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 575-587, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbgg/v17n3/1809-9823-rbgg-17-03-00575.pdf>> Acesso em: 12 jun.2020.

OLIVEIRA, J. M. de; ROZENDO, C. A. Instituição de longa permanência para idosos: um lugar de cuidado para quem não tem opção? **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 67, n. 5, p. 773-779, set/out. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S003471672014000500773&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 12 jun.2020.

PINHEIRO, N. C. G. et al. Desigualdade no perfil dos idosos institucionalizados na cidade de Natal, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Natal, v. 21, n. 11, p. 3399-3405, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016001103399&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 12 jun.2020.

PIUVEZAM, G.; LIMA, K. C. Factors associated with missing teeth in the Brazilian elderly institutionalised population. **Gerontology**, Natal, v. 30, n. 2, p. 141-149, 2013. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22607365/>> Acesso em: 12 jun.2020.

SILVA, N. M. do N. et al. Caracterização de uma instituição de longa permanência para idosos. **J. res.: fundam. care. Online**, Natal, v. 9, n. 1, p. 159-166, jan./mar, 2017. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5304>> Acesso em: 12 jun.2020.

SILVA, S. R. C. da; JÚNIOR, A. V. Avaliação das condições de saúde bucal dos idosos em um município brasileiro. **Rev. Panam. Salud. Publica/Pan. Am J Public Health**, Araraquara, v. 8, n. 4, 2000. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/rpsp/2000.v8n4/268-271/pt/>> Acesso em: 12 jun.2020.

SOUZA, C. C. de et al. Mobilidade funcional em idosos institucionalizados e não institucionalizados. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 285-293, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S180998232013000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 12 jun.2020.

VANOBERGEN, J. N.; DE VISSCHERE, L. M. Factors contributing to the variation in oral hygiene practices and facilities in long-term care institutions for the elderly. **Community Dental Health**, Bélgica, v. 22, n. 4, p. 260-265, dez. 2005. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-16379165>> Acesso em: 12 jun.2020.

TINÓS, A. M. F. G. et al. Acesso da população idosa aos serviços de saúde bucal: uma revisão. **RFO UPF**, Passo Fundo, v.18, n. 3, set./dez. 2013. Disponível em: <http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141340122013000300015&script=sci_arttext> Acesso em: 12 jun.2020.

VERAS, R. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Rev. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 548-554, 2009. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003489102009005000025&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 12 jun.2020.

CONECTANDO LAÇOS ENTRE TRABALHADORES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO REDES

CARVALHO, R. G. de¹, FILHO, O. C. G.², MAGALHÃES, M. M. L.³, DO NASCIMENTO, H. S. P.⁴, XIMENES, K. O.⁵ & OLIVEIRA, J. B. de⁶

¹Professora do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus Sobral. E-mail: renatagui.carvalho@ufc.br; ²Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: orlandogadelha10@hotmail.com; ³Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: milena_michele1@hotmail.com; ⁴Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: haaaaystephanier@gmail.com; ⁵Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: kerolainny@hotmail.com; ⁶Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: joseaneoliveirapsi@gmail.com.

Artigo submetido em junho de 2019 - DOI 10.32356/exta.v19.n1.41363

RESUMO

Este relato de experiência tem o objetivo de descrever ação de extensão realizada no âmbito do projeto Redes – estudos e práticas sobre psicologia do trabalho e redes sociais, do curso de psicologia da UFC/campus Sobral. O projeto Redes tem como propósito agregar conhecimento sobre contextos, práticas e conceitos que envolvem processos de trabalho e redes sociais, de modo a subsidiar métodos de intervenção em psicologia do trabalho e das organizações. Nesse sentido, foi realizada ação junto a trabalhadores terceirizados que atuavam em uma clínica escola na UFC, campus Sobral. A

experiência envolveu diagnóstico de demanda, observação, entrevistas e oficina de compartilhamento e fechamento do processo. Foram mapeadas redes sociais informais de trabalho, amizade, confiança e informação que evidenciaram a existência de laços entre os trabalhadores que auxiliavam a organização coletiva de seu trabalho e a realização de atividades cotidianas, além de fomentar interações que favoreciam a construção de um ambiente psicossocial rico em relações.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Análise de Redes Sociais; Psicologia do Trabalho e das Organizações.

CONNECTING TIES BETWEEN WORKERS: AN EXPERIENCE REPORT FROM REDES PROJECT.

ABSTRACT

This experience report aims to describe the extension action carried out within the framework of the Network - studies and practices project on work psychology and social networks, from the UFC/Sobral campus psychology course. The Redes project aims to aggregate knowledge about contexts, practices and concepts that involve work processes and social networks, in order to subsidize intervention methods in work and organizational psychology. In this sense, action was taken with outsourced workers who worked in a clinical school at the UFC, Sobral campus. The

experience involved diagnosis of demand, observation, interviews and a sharing and closing workshop. Informal social networks of work, friendship, trust and information were mapped out that showed the formation of ties between the workers that helped the collective organization of their work and the accomplishment of daily activities, besides fomenting interactions that favored the construction of a satisfactory psychosocial environment.

KEYWORDS: Work; Social networks Analysis; Psychology of Work and Organizations.

1 INTRODUÇÃO

O projeto Redes é uma ação de extensão do curso de psicologia da UFC/Campus Sobral que teve início no ano de 2016 e busca agregar conhecimento sobre contextos, práticas e conceitos que envolvem a criação e o funcionamento de redes sociais informais em ambientes

laborais. Considera-se que a formação de laços entre trabalhadores pode favorecer o processo de entrelaçamento e compartilhamento de saberes, o seu reconhecimento enquanto uma coletividade e o fortalecimento de vínculos para suporte social, tendo o potencial de gerar melhorias nos processos de trabalho.

Na atualidade, as redes vem se afirmando como meio de conectar as pessoas no cotidiano e formar capital social. Pressupõem-se que esse seja um movimento fundamental na mobilização subjetiva dos trabalhadores e no processo de reinvenção de seu próprio trabalho e deve, portanto, ser melhor conhecido e disseminado como uma prática de investigação e intervenção.

Por meio das ações do projeto, espera-se gerar subsídios para discussão teórica e capacitação sobre métodos de intervenção e temas pertinentes aos contextos laborais na atualidade, de modo a contribuir com a formação acadêmica de estudantes do curso de psicologia da UFC no campus Sobral e também com a articulação com a sociedade. Tem-se, ainda, o intuito de beneficiar os trabalhadores envolvidos nas ações pelo acesso a informações sistematizadas sobre as relações sociais construídas, estimulando o diálogo e a reflexão sobre atitudes que possam gerar benefícios em suas condições laborais. Como forma de ampliar o escopo de ações do projeto, desde 2018 foram iniciadas atividades direcionadas ao processo de inserção laboral, planejamento de carreira e orientação profissional de estudantes.

Inicialmente o funcionamento do projeto foi centrado em reuniões semanais para estudo de artigos, livros e softwares de mapeamento de redes com o objetivo de capacitar estudantes do curso de psicologia sobre a abordagem da Análise de Redes Sociais (ARS), suas possibilidades de intervenção e sua articulação com a psicologia do trabalho e das organizações. Concomitantemente, buscou-se contato com organizações para estabelecimento de parcerias e realização de ações práticas que envolvessem grupos de trabalhadores. Nesse sentido, foi iniciado processo de mapeamento de redes no ambiente de trabalho de uma clínica escola da UFC no Campus Sobral. A partir daí os integrantes do projeto, professora coordenadora e extensionistas voluntários, iniciaram a elaboração do planejamento e cronograma de atividades.

Assim, o objetivo desse artigo é descrever a experiência de intervenção envolvendo o mapeamento de redes sociais informais de oito trabalhadores terceirizados que atuavam em uma clínica escola no campus da UFC na cidade de Sobral-CE.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho é uma categoria que perpassa a história da humanidade, tendo assumido diversos significados construídos em épocas e contextos sociais diferentes. Na atualidade, o discurso gerencial predominante impele os trabalhadores a acreditar na necessidade de desenvolver formas mais sofisticadas de desempenho e competitividade para com isto alcançar a empregabilidade e garantir a inserção no mercado de trabalho. Esta apologia ao individualismo e à total liberdade de competição se entrelaça com o cenário de insegurança social e de precarização laboral a que muitos estão submetidos, induzindo ao aumento da fragilidade dos laços sociais construídos e à deterioração das relações de trabalho e de saúde dos trabalhadores (LIMA, 2010; SENNET, 2005). A contratação de profissionais terceirizados faz parte desse cenário e se baseia na ideia de flexibilidade, redução de custos e ampliação da produtividade, levando trabalhadores a atuarem efetivamente em empresas com as quais não têm vínculo formal de trabalho e nem estabilidade (DRUCK; FRANCO, 2007).

Resgatar espaços de coletividade e de diálogo entre trabalhadores, que auxiliem o reconhecimento da precariedade e o movimento de busca por melhores condições, parece, então, ser fundamental em um processo de reação ao aumento da vulnerabilidade laboral. O mapeamento de redes de relações que evidenciam laços de cooperação, amizade e confiança entre trabalhadores, pode ser entendido como um contraponto ao capitalismo flexível na contemporaneidade, que tanto estimula a competição, o individualismo e a instabilidade, podendo fazer parte de um processo de resgate e reinvenção subjetiva nos ambientes de trabalho.

A abordagem da análise de redes sociais é um campo de estudo e intervenção que tem seu contexto de surgimento atrelado a diversas áreas como antropologia, sociologia, psicologia e economia, além de estudos quantitativos para definição de parâmetros sobre as relações sociais. A ARS centra seu foco no mapeamento de vínculos formais ou informais construídos entre pessoas, grupos e organizações, denominados de atores da rede, e na análise de sua estrutura, envolvendo indicadores como conectividade, densidade, centralidade e formação de subgrupos. Por meio dessa análise é possível identificar informações relevantes sobre os tipos de laços formados, como de vizinhança, amizade, parentesco, confiança, e o contexto onde ocorre a interação entre os membros da rede. A conexão entre os vínculos tem uma função social importante à medida que permite trocas de elementos materiais e imateriais, como

informação, apoio, dinheiro, bens e serviços, estando atrelada ao intercâmbio de benefícios característico de processos de formação e compartilhamento de capital social (SCOTT, 2000; WASSERMAN; FAUST, 1994).

O uso dessa abordagem como método está presente em campos de estudo que investigam as relações sociais no contexto das organizações e do trabalho, contemplando temas como redes socioprodutivas e informalidade (SANTOS; MACIEL; SATO, 2014); redes interorganizacionais e intraorganizacionais (LOIOLA *et al.*, 2013); e mapeamento de redes sociais que envolvem o estabelecimento de trocas de elementos imateriais como amizade, confiança e informação em organizações (MACAMBIRA; BASTOS; ROSSONI, 2015; LIMA *et al.*, 2016; REGIS, BASTOS, DIAS, 2007).

Ao proporcionar informações relevantes sobre a estrutura das relações sociais, a análise de redes fornece ferramentas de intervenção pertinentes a diversos contextos psicossociais. A partir das definições dos diagramas e dos indicadores das redes é possível identificar sujeitos chave em processos de influência social, formação de subgrupos que mantêm determinadas normas de conduta, processos de participação e colaboração entre atores e formas de apoio que produzem bem-estar psicológico e social. Esses mapeamentos podem ser úteis no diagnóstico de necessidades em grupos, desenvolvimento de comunidades e na implantação e avaliação de programas sociais (MAYA-JARIEGO; HOLGADO, 2017).

Dessa forma, o referencial teórico que embasou o processo de intervenção descrito nesse artigo concebe o trabalho como uma categoria social e subjetiva que passa por processo de precarização, aumentando a instabilidade nos vínculos entre trabalhadores. A abordagem da ARS fornece um método de estudo e intervenção que ajuda a agregar informações sobre relações criadas em ambiente laboral, o que oferece uma possibilidade de reflexão sobre o contexto de transformações do trabalho na atualidade.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia de intervenção seguiu o modelo descrito por Maya-Jariego e Holgado (2017) e denominado de “*netmirror*”, que pressupõe a identificação e análise das redes sociais e sua posterior apresentação para os atores que as compõem. Considera-se aí que a visualização da representação gráfica das redes sociais mapeadas é uma estratégia de intervenção-ação em grupos de trabalho e comunidades, a medida que possibilita o reconhecimento do conjunto e da complexidade das relações estabelecidas entre os atores envolvidos.

Para realização do processo de intervenção junto aos trabalhadores terceirizados da clínica escola foram realizadas as seguintes etapas:

1. Reunião inicial com os responsáveis pela organização para delineamento de seu perfil e de possíveis objetivos a serem alcançados. Nessa etapa, decidiu-se realizar o mapeamento de redes de trabalho, amizade, confiança e informação para delinear tanto o contexto psicossocial como o de suporte na realização das tarefas de cada trabalhador.
2. Elaboração de plano de ação, cronograma de atividades e do instrumento de coleta de dados.
3. Realização de observação e de entrevistas para mapeamento das redes sociais.
4. Elaboração de relatório com o diagrama, indicadores das redes sociais informais identificadas e seu entrelaçamento com o trabalho.
5. Reunião final para apresentação do retorno das informações para os trabalhadores envolvidos. Esperava-se que este fosse um espaço de discussão de encaminhamentos para melhoria do ambiente de trabalho.

As etapas da ação de intervenção foram realizadas com a colaboração de extensionistas voluntários do curso de psicologia que passaram por grupos de estudo e capacitação para análise de redes sociais.

A coleta de dados para a identificação das redes sociais na clínica escola foi feita por meio de entrevistas que permitiram o acesso a experiências dos trabalhadores e o mapeamento de suas relações. Participaram oito trabalhadores terceirizados, seis homens e duas mulheres, que atuavam nas áreas de portaria, zeladoria, jardinagem e administrativa.

As entrevistas foram realizadas com roteiro previamente definido, no ambiente de trabalho e segundo conveniência de horário dos participantes. O contato foi iniciado com a apresentação do entrevistador e dos objetivos da entrevista, assim como o esclarecimento de que os dados individuais seriam de uso restrito dos integrantes do projeto de extensão. Todos os trabalhadores aceitaram participar do processo, tendo demonstrado curiosidade sobre os seus resultados.

A entrevista iniciou com uma questão solicitando a descrição das tarefas realizadas durante um dia comum de trabalho e quais considerava mais importantes. O intuito dessa pergunta era conhecer melhor o cotidiano laboral e especificidades das funções desempenhadas. Para indicação dos laços foi utilizada uma lista fechada com os nomes de todos os trabalhadores, possibilitando que cada participante indicasse as pessoas com quem mantinha vínculo em situação de apoio para o trabalho, troca de informações, amizade e confiança. As questões abordavam especificamente: quais eram as pessoas que mais forneciam ajuda para a realização do trabalho; com quem trocava informações importantes sobre o ambiente de

trabalho; com quem tinha mais afinidade e gostava de conversar sobre temas variados; e em quem o entrevistado realmente confiava.

As redes sociais identificadas foram desenhadas e analisadas por meio dos softwares Ucinet 6.0 e Netdraw 2.0 (BORGATTI; EVERETT; FREEMAN, 2002). A partir dos dados coletados, foram construídas planilhas quantitativas inseridas nos referidos programas, que fazem a análise dos indicadores e a representação gráfica das relações. As redes de trabalho, informação, amizade e confiança foram comparadas por meio da utilização de parâmetros como: quantidade de laços e de laços recíprocos, densidade (nível de conectividade da rede) e formação de subgrupos. Foram utilizadas também medidas de centralidade que indicam os trabalhadores mais centrais em cada rede (Hanneman, 2001).

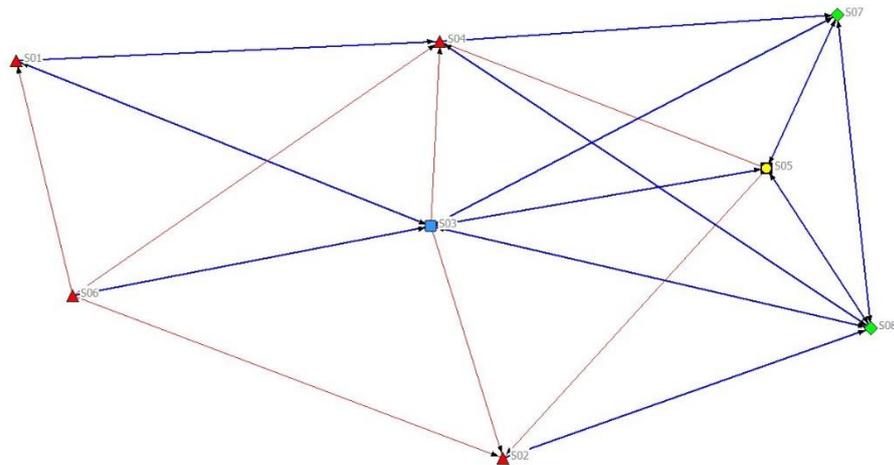
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De modo geral, a análise das redes indicou um bom nível de interação entre os trabalhadores entrevistados, com o estabelecimento de trocas que favoreciam o desempenho de suas atividades, haja vista um nível satisfatório de conectividade e reciprocidade das relações. Os índices de centralidade analisados, que apontam os atores considerados mais importantes no fluxo de trocas, indicaram a existência de lideranças informais no grupo que exerciam influência na realização das tarefas e no intercâmbio de informações.

Na formatação dos diagramas das redes cada trabalhador foi representado por um símbolo com cores diferentes que indicam as funções desempenhadas. Para preservar suas identidades e seguindo a abordagem da análise de redes que preconiza o foco nas interações e não nos indivíduos envolvidos, os nomes foram suprimidos e substituídos pela letra S seguida por números de 1 a 8. Nas redes, as linhas mais espessas em azul indicam os laços recíprocos e as linhas em vermelho indicam os laços não recíprocos.

A Rede de Trabalho fez o mapeamento da percepção de cada entrevistado sobre quem mais fornece ajuda na realização de seu trabalho. Teve uma conectividade satisfatória (densidade de 55%), com quantidade significativa de laços recíprocos (77%) e subgrupos (5), indicando boa coesão do grupo de trabalho. Esses indícios foram reforçados pelas medidas de centralidade (7 trabalhadores com mais de 50% de indicações), representando a percepção da interdependência de tarefas e interação no grupo para realização de suas atividades. Na Figura 1 o diagrama da rede de trabalho.

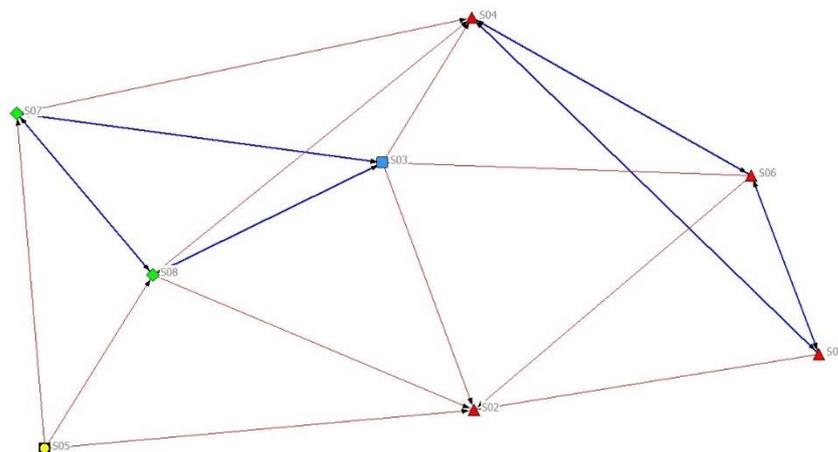
FIGURA 1 – Rede de Trabalho



Fonte: Elaborada pelos autores.

A Rede de Informação fez o mapeamento de trocas efetivas de informações sobre o ambiente de trabalho. Teve uma conectividade mais baixa que a rede de trabalho (41%), com quantidade menor de laços recíprocos (52%) e subgrupos (2), assim como menos trabalhadores centrais na troca de informações (5), indicando um uso mais restrito desse recurso entre os trabalhadores. A Figura 2 representa a rede de informação.

FIGURA 2 – Rede de Informação

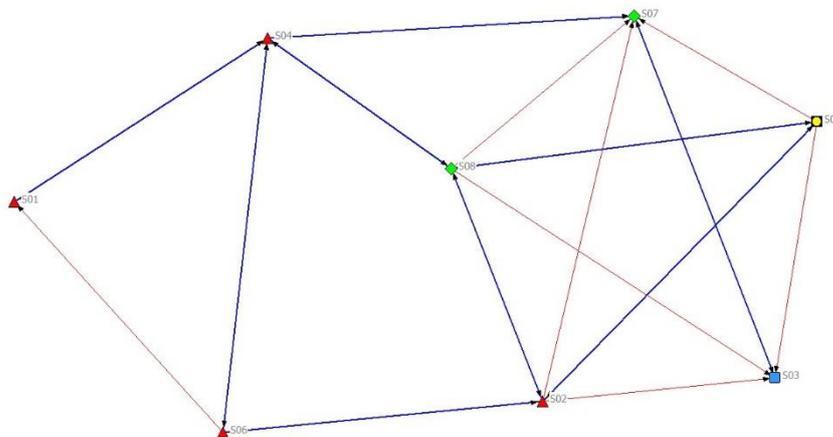


Fonte: Elaborada pelos autores.

A Rede de Amizade fez o mapeamento das relações informais baseadas em afinidades, que tornam o ambiente de trabalho mais leve e agradável. Teve o segundo maior índice de densidade (44,6%) e 72% de laços recíprocos, indicando um bom ambiente psicossocial no

trabalho. No índice de centralidade teve três trabalhadores com mais de 50% de indicações, indicando a existência de lideranças informais. A Figura 3 representa a rede de amizade.

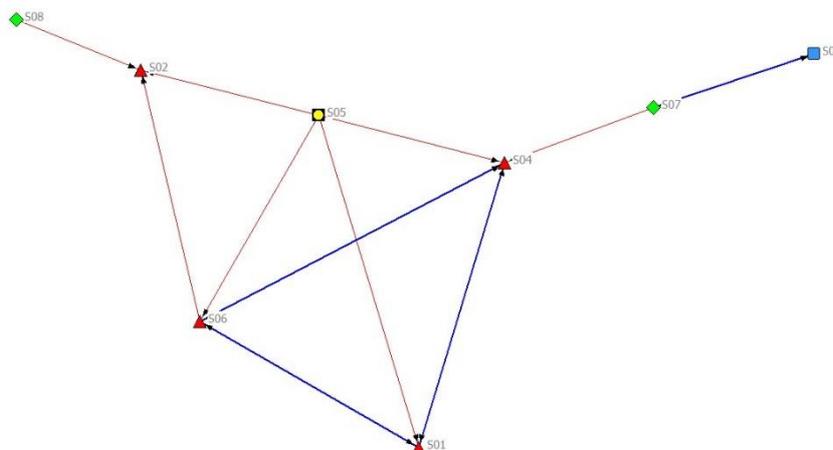
FIGURA 3 – Rede de Amizade



Fonte: Elaborada pelos autores.

A Rede de confiança fez o mapeamento das relações de confiança no ambiente de trabalho, indicando os laços mais fortes nos vínculos de amizade. Essa rede obteve o índice de densidade mais baixo (26,7%), com 53% de laços recíprocos e 1 subgrupo, o que já era esperado pois identifica os vínculos sociais mais fortes e portanto mais restritos no grupo. A existência de confiança nos laços de trabalho, mesmo limitada, é considerada um fator positivo a medida que pode gerar suporte e apoio social aos trabalhadores. A Figura 4 representa a rede de confiança identificada.

FIGURA 4 – Rede de Confiança



Fonte: Elaborada pelos autores.

Todos os diagramas, assim como seus indicadores quantitativos, foram descritos

detalhadamente no relatório de mapeamento das redes que foi disponibilizado para a coordenação da organização. Nesse documento, os participantes foram indicados por letras, impedindo sua identificação.

Como finalização do processo, foi realizado um encontro com todos os participantes quando foi possível compartilhar os dados coletados sobre as redes de relações construídas e suas implicações no ambiente psicossocial de trabalho. Nesse espaço foram apresentados por meio de slides os diagramas e os indicadores das redes e, após isso, realizada discussão sobre os dados em duplas e trios. Cada subgrupo relatou suas impressões sobre as redes e os resultados apresentados, estimulando o diálogo sobre as facilidades e dificuldades na realização das atividades cotidianas, o reconhecimento do bom clima psicossocial vivido pelo grupo e o desejo de permanecer trabalhando na clínica escola. Como fechamento, foi feita uma dinâmica de grupo que ressaltava a ideia de interdependência, trabalho em grupo e criatividade.

Esses processos geraram subsídios para implementação de ações de treinamentos posteriores, organizadas e facilitadas por estagiárias em psicologia do trabalho e das organizações da clínica escola, que possibilitaram a mobilização e o encontro dos trabalhadores por um período maior de tempo. Os treinamentos tiveram por temas principais o desenvolvimento de relacionamentos interpessoais, lideranças, fluxos de comunicação e troca de informação no ambiente de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Redes tem o propósito de estabelecer possíveis articulações entre o campo da psicologia do trabalho e das organizações e a abordagem da análise de redes sociais, por entender ser fundamental o reconhecimento das relações construídas entre trabalhadores em ambientes laborais, inclusive os com vínculos mais precarizados e instáveis. No presente artigo foi relatada uma ação de intervenção junto a trabalhadores terceirizados, por meio da identificação e análise de redes de trabalho, informação, amizade e confiança construídas pelos trabalhadores de maneira espontânea em seu cotidiano. A partir dos dados coletados foi possível indicar que as redes informais auxiliavam a organização coletiva do trabalho e a realização de atividades do dia a dia, além de fomentar interações que favoreciam a construção de um ambiente psicossocial rico em relações.

O foco da metodologia aplicada no processo de intervenção, inspirada no método *netmirror* (MAYA-JARIEGO; HOLGADO, 2017), fundamenta-se no mapeamento das

relações sociais no contexto de trabalho e no retorno dessas informações para validação, ou não, dos grupos envolvidos. Considera-se que a visualização do conjunto de laços, por meio da apresentação das redes, potencializa o reconhecimento dos trabalhadores enquanto uma coletividade que é capaz de formar relações coesas de amizade, confiança e cooperação que se conectam em uma configuração diversificada, e não apenas como atores isolados e individualistas que competem pela permanência no emprego, como o discurso da flexibilidade laboral proclama. Como reflexão para melhoria do processo de intervenção relatado, considera-se ser necessário planejar uma quantidade maior de encontros entre os trabalhadores para o compartilhamento de experiências e impressões sobre as redes mapeadas, dando mais espaço para o diálogo do grupo sobre seu cotidiano de trabalho e as relações criadas. Os treinamentos realizados posteriormente buscaram amenizar essa limitação do processo.

Espera-se ter beneficiado os trabalhadores envolvidos nas ações do projeto com a disponibilização de informações sistematizadas sobre o seu trabalho e as relações sociais nele criadas, dando visibilidade a processos grupais que geralmente não são reconhecidos no ambiente das organizações e mobilizando recursos para melhoria do ambiente laboral. Além disso, espera-se ter contribuído para a difusão da abordagem da análise de redes sociais como um método de estudo e intervenção de fenômenos psicossociais, sendo uma estratégia de investigação pertinente ao campo da psicologia do trabalho e das organizações.

REFERÊNCIAS

BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G.; FREEMAN, L. C. **Ucinet for Windows: Software for social network analysis**. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.

DRUCK, G.; FRANCO, T. **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

HANNEMAN, R. A. **Introducción a los métodos de análisis de las redes sociales**. Departamento de Sociología de La Universidad de California Riverside, 2001. Recuperado de: <http://revista-redes.rediris.es/webredes/text.htm>

LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 158-198, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000300007>

LIMA, J. A.; MAIA, P. A.; MENEZES, M. A.; SANTOS, E. Redes sociais e conflito organizacional. **Redes – Revista Hispano para el Análisis de Redes Sociales**, vol. 27, n. 1, pp. 129-14, 2016. <https://doi.org/10.5565/rev/redes.591>

LOIOLA, E.; BASTOS, A. V. B.; MACAMBIRA, M. O.; NEIVA, E. R.; MACHADO, J. A. P. Redes sociais em contextos organizacionais: ferramenta de análise e intervenção. In L.O. BORGES; L. MOURÃO (Orgs.), **O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

MACAMBIRA, M. O.; BASTOS, A. V. B.; ROSSONI, L. Redes sociais e o vínculo com a organização: como a estrutura das relações explica o comprometimento, o entrenchamento e o consentimento. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília , v. 15, n. 2, p. 109-122, jun. 2015 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572015000200002&lng=pt&nrm=iso

MAYA-JARIEGO, I.; HOLGADO, D. 7 ejemplos de intervención basada em redes. **Redes: Revista hispana para el analisis de redes sociales**. Vol.28,2, pp.145-163, 2017. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/redes.734>

REGIS, H. P.; BASTOS, A. V. B.; DIAS, S. M. R. C. Redes sociais informais: análise das redes de amizade, de informação e de confiança em incubadoras de base tecnológica no Recife. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis , v. 7, n. 1, p. 31-56, jun. 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572007000100003&lng=pt&nrm=iso

SANTOS, J. B. F.; MACIEL, R. H.; SATO, L. Trabalhadores informais e a formação de redes socioprodutivas (RSP): Considerações teórico-empíricas. **Contemporânea**, vol. 4, n. 2, pp. 325-350, 2014. Disponível em <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/251>

SENNET, R. **A corrosão do caráter: As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro, Record, 2005.

SCOTT, J. **Social network analysis: A handbook**. London: Sage, 2000.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis: Methods and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

ENTRETANTOS: PSICOLOGIA EM ALIANÇA COM CORPOS PRECARIZADOS NAS MARGENS URBANAS

LEONARDO, C. dos S. ¹; DA SILVA, D. B. ²; BARROS, J. P. P. ³; SOUSA, I. S. de ⁴; SARAIVA, R. B. ⁵ & GONDIM, G. C. L. F. ⁶

¹Bolsista e graduanda pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: myllaleonardo32@gmail.com; ²Extensionista voluntário e graduando pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: dalgoarboza92@gmail.com; ³Coordenador de ação extensionista de mesmo nome do artigo. E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com; ⁴Extensionista voluntária e mestranda pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: ingrid.samapio@gmail.com; ⁵Extensionista voluntário e graduando pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: rodrigozerrasaraiwa@gmail.com; ⁶Extensionista voluntária e graduanda pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: gabilemos09@gmail.com

Artigo submetido em janeiro de 2019 - DOI 10.32356/exta.v19.n1.40169

RESUMO

Objetiva-se relatar experiências do projeto EntreTantos, entre 2017 e 2018, em Fortaleza. Referenciadas nos diálogos da Psicologia Social com estudos pós-estruturalistas e críticos à colonialidade, as ações do projeto intentaram mapear micropolíticas de resistência juvenis e criar espaços de ampliação de problematizações acerca de violências contra jovens nas margens urbanas, a partir de intercessões entre universidade, movimentos sociais e organizações que atuam com juventudes. Metodologicamente, o projeto se

organiza em duas frentes, uma que enfoca a potencialização de redes entre movimentos, coletivos e organizações da sociedade civil, e outra voltada à criação de rodas de conversações com coletivos e grupos em contextos marginalizados. Os resultados e discussões apontam a participação da equipe extensionista em fóruns e movimentos que pautam segurança pública, prevenção e enfrentamento da violência letal contra segmentos infantojuvenis, bem como expõem a realização de rodas de conversações na região do Jangurussu.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia. Violências. Movimentos Sociais. Juventudes. Famílias.

ENTRETANTOS: PSYCHOLOGY IN ALLIANCE WITH PRECARED BODIES IN URBAN MARGINS

ABSTRACT

The goal is to report the experiences of the project Entretantos, between 2017 and 2018, in Fortaleza. Referenced in the dialogues of Social Psychology with poststructuralist studies and critics of coloniality, the actions of the project brought micropolitical resistance youth map and create spaces for expansion of problematizations about violence against youth in urban margins from intercession between university, social movements and organizations that work with youth. Methodologically, the project is organized on two fronts, one that focuses on the development of

networks between movements, collectives and civil society organizations, and another aimed at wheels of creation talks with collectives and groups in marginalized contexts. Results and discussions highlight the participation of extensionists in team forums and moves that uphold public security, prevention and tackling of deadly violence against juvenile segments as well as expose the completion of talks on wheels Jangurussu region.

KEYWORDS: Psychology. Violence. Social movements. Youth. Families.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva relatar atividades realizadas entre 2017 e 2018 pelo Projeto de extensão “EntreTantos”, cujo título expressa sua dupla aposta ético-estético-política: 1) tecer

redes de conversações entre universidade, movimentos sociais, organizações e coletivos juvenis voltadas ao mapeamento de micropolíticas de resistência às precarizações da vida de corpos e territórios periféricos de Fortaleza, provocadas por estigmatizações, violações de direitos, violências, silenciamentos e segregações urbanas; 2) produzir contrapontos à gestão necrobiopolítica (BENTO, 2018) das existências juvenis, que ora aniquilam certas juventudes constituídas como indesejáveis, ora inviabilizam que estas ocupem democraticamente os diversos espaços públicos da cidade.

O projeto é ligado ao VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação, Programa de extensão cadastrado na Pró Reitoria de Extensão da UFC e vinculado ao Departamento de Psicologia da mesma Universidade. Frente recrudescimento das intolerâncias e à banalização de práticas de eliminação de jovens considerados indignos de vida ou de sua segregação nas margens urbanas, a universidade tem o desafio de construir propostas de ação que ampliem seus diálogos com as vicissitudes do cotidiano de contextos periferizados. Assim, o objetivo do EntreTantos é mapear micropolíticas de resistências juvenis na cidade e potencializar redes e conversações intercessoras entre integrantes da universidade, coletivos juvenis, movimentos sociais, organizações que atuam com juventudes e familiares de jovens vítimas de violência.

2 ASPECTOS TEÓRICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL

O projeto ampara-se teoricamente nos estudos em Psicologia Social voltados à discussão sobre processos psicossociais e comportamentos coletivos, em seus diálogos com referências transdisciplinares contemporâneas, tais como Mbembe, Foucault, Deleuze, Guattari e Judith Butler.

A pertinente do projeto se explica pelo contexto de recrudescimento de práticas de sujeição, aviltamentos de direitos e maximização das condições precárias da vida de populações periféricas (BUTLER, 2015, 2018), sobretudo determinados segmentos infantojuvenis negros e pobres, bem como de suas famílias, que têm sido os mais afetados pela perpetuação de colonialidades e desigualdades que interseccionam marcadores de raça, classe, gênero, geração e território (MBEMBE, 2016, LIMA, 2018). Um dos principais exemplos dessa maximização da condição precária das vidas periféricas, em especial de jovens, é a problemática da violência

urbana e estigmatização/criminalização de certos corpos como dispositivo de naturalização/legitimação de uma governamentalidade necrobiopolítica (MBEMBE, 2017, BENTO, 2018, BARROS et al, 2018), a partir de operações de poder que enquadram certas vidas como “vivíveis” e outras como “matáveis”, mediante dispositivos racializantes.

Nesse quadro, o Ceará aparece como o estado brasileiro com maior IHA. Em relação às capitais brasileiras, Fortaleza desponta como a segunda mais violenta do país (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018), além de ser a cidade que apresenta o maior IHA entre as capitais brasileiras (MELO; CANO, 2017) e ter apresentado um crescimento de 91% na vitimização de adolescentes (CCPHA - Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, 2018).

Por meio de propostas extensionistas com essa, sustenta-se que, frente às práticas de instrumentalização do medo e gestão punitivo-penal da insegurança social, a universidade tem o desafio de construir propostas de ação que ampliem seus diálogos com as diversas práticas de resistência ao extermínio dos populações negras tecidas pelas alianças de corpos e territórios que compartilham da condição de maximização da precariedade da vida, induzida pelas dinâmicas de desigualdade social, de hierarquização racial e violência colonial (BORGES, 2018; BUTLER, 2018).

3 METODOLOGIA DO PROJETO

Do ponto de vista metodológico, o projeto se organiza em duas frentes, cada uma relacionada a um de seus objetivos. Na primeira frente, volta-se à potencialização de redes de articulação da universidade com coletivos juvenis, movimentos sociais e organizações da sociedade civil que atuam com jovens. Já a segunda envolve a realização de rodas de conversações específicas com coletivos juvenis, movimentos sociais e grupos comunitários com vistas ao desenvolvimento de processos formativos, de apoio psicossocial e cuidado compartilhado em saúde mental que possam fortalecer suas práticas de resistência diante das violências e estigmatizações a que são submetidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Primeira frente: participação e potencialização de articulações de movimentos,

coletivos e organizações em torno do enfrentamento à violência contra jovens

Uma primeira ação desta frente foi a potencialização de articulações com coletivos do Jangurussu. Em 2017, foram realizadas inserções naquela região para acompanhar processos e atividades ligadas ao funcionamento de diversos coletivos juvenis ali atuantes, com ênfase naqueles que ocupavam espaços no Cuca Jangurussu, a fim de discutir sobre suas histórias de luta e resistência, além de suas demandas relativas ao aprofundamento de discussões sobre violência contra jovens.

Integramos um total de 12 encontros com os coletivos Cucaney, Floriféria, Literaturas Periféricas, Fórum de Jovens do Jangurussu, Jangurussu Melhor, INEGRA, Tentalize e Sarau da B1 no primeiro semestre e 8 no segundo, para fins de mapeamento de seus modos de organização e suas ações, bem como para o estabelecimento de trocas de saberes que potencializassem a integração e atuação micropolítica desses coletivos em torno do enfrentamento à violência contra jovens.

Outra ação desta frente consistiu na participação no Fórum Popular de Segurança Pública do Ceará. Este Fórum é uma articulação de entidades, movimentos, coletivos e pesquisadoras/es com o objetivo de se tornar um espaço de debates, monitoramento, denúncias e formulação de proposições para as políticas públicas de segurança, apresentando-se como uma alternativa ao modelo vigente.

Em 2017, participamos da articulação do Fórum, da feitura da carta de princípios e estivemos presentes em seu lançamento em cerimônia em novembro na Assembleia Legislativa, coordenando dois dos 3 grupos de discussão ocorridos. Os grupos de discussão trataram dos seguintes eixos presentes na carta de princípios: 1) Violência e Racismo Institucional; 2) Política de drogas; 3) Encarceramento em massa; 4) Violência de gênero; 5) Resistências juvenis; 6) Interiorização da violência; 7) Prevenção e enfrentamento ao extermínio de adolescentes e jovens.

Em 2017 e 2018, participamos de diversas atividades de sensibilização e mobilização social na cidade, tais como as edições do Grito dos Excluídos desses anos, ocorridas no mês de setembro, além das V e VI Marchas da Periferia, em novembro de 2017 e 2018, respectivamente, movimento da sociedade civil, coletivos, movimentos sociais e universidade que propôs a defesa da juventude negra periférica que historicamente sofre com a

estigmatização, com práticas higienistas e com processo de extermínio. As marchas citadas representaram uma expressiva forma de resistência também de mães e familiares que lutam para que a morte de suas filhas e suas filhas não sejam esquecidas. A Marcha de 2018 integrou as atividades da I Semana Estadual de Prevenção de Homicídios, que surge em 2018 com o intuito de fazer frente às diversas chacinas que têm sido perpetradas no Ceará e a data da Semana fez alusão direta à Chacina do Curió. Nossa atuação nessa frente do projeto se justifica teoricamente pelo fato de que, de acordo com Butler (2018), a luta por reconhecimento de vidas precarizadas por dinâmicas que distribuem sofrimento de modo desigual, a partir de operações de poder que maximizam a precariedade para uns e minimizam para outros ao mesmo tempo, dá-se pela política do aparecimento. Essa política do “aparecer” é potencializada pelos mais diversos segmentos sociais na busca pela produção de sensibilidades que possam reconhecer a importância de vidas tidas como “desimportantes”, indicando ser necessário reconhecer eticamente a existência dessas alteridades por via de alianças políticas que busquem torná-las “vivíveis” (BUTLER, 2018). Desse modo, temos buscado, com essa frente, estar entre esses tantos e tantas, através de aliançamentos que lutam não só contra a violência, mas por condições dignas e vivíveis de viver, potencializando processos que têm sido produzidos contra essa lógica da vulnerabilização interseccional que faz parte da própria política de precarização das vidas como modo de governamentalização necrobiopolítica (BENTO, 2018).

Também seguimos, desde 2017, no conselho consultivo do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, que articula Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Unicef, academia e representantes da sociedade civil na construção de conhecimento e proposição de recomendações e atividades de mobilização social em torno da pauta da prevenção da violência letal.

Ainda concernente a esse primeiro eixo de ação, destacamos nossa participação no Movimento Cada Vida Importa, desde fevereiro de 2018, quando foi criado o Movimento. Trata-se de uma articulação de laboratórios da UFC e de outras instituições de ensino superior do Ceará, contando também com participação de organizações da sociedade civil e entidades como o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA). A composição do movimento envolveu participação em reuniões quinzenais e em seminários públicos, participação em programas de rádio e atos de sensibilização social ao longo do ano

com vistas à tematização da questão da violência contra jovens no Ceará e suas formas de Prevenção e Enfrentamento.

4.2. Segunda Frente: Rodas de Conversações na Região do Jangurussu

Nesta frente, participamos e colaboramos com ações que tratavam de temáticas concernentes à relação entre juventude, violência e resistência, organizadas por coletivos cartografados ao longo de 2017, sobretudo na região do Jangurussu. Foram um total de 8 programações, sendo 4 no primeiro semestre e 5 no segundo. Nessas ações, os extensionistas puderam ampliar a escuta do cotidiano dos jovens no local, organizados em coletivos e movimentos sociais ou não, bem como estabelecer trocas de saberes sobre a realidade da violência contra jovens e estratégias da juventude para seu enfrentamento. Essa escuta era facilitada pela distribuição de fanzines produzidos pelos extensionistas e em ações do projeto a partir de uma linguagem e estética mais próxima do cotidiano destes jovens.

Entre os eventos desenvolvidos nesse período estão Arraiá do Cucaney, Roda de Conversa sobre a temática do Encarceramento Feminino, Quinta dos Morgados, Roda de conversa sobre Redução de Danos no Cuca Jangurussu, Programa da Radio CUCA sobre violência contra a mulher, Abra suas Asas, Marcha da Periferia, Seminário Periferias Insurgentes e “Territórios do Conhecimento: Seminário de Pesquisas Sobre o Grande Jangurussu e a Grande Messejana”.

Outra ação desta frente, desenvolvida em 2018, foi a criação de Rodas de Conversações Semanais com o Grupo de Adolescentes e Jovens “Estrelas do Campo”, na Comunidade Estrela, no Jangurussu. Quanto a isso, foram realizadas visitas à região à Comunidade Estrela para acompanhar processos e atividades ligadas ao funcionamento de um grupo de adolescentes e jovens que tinha por intuito desenvolver um coletivo juvenil. Durante essas visitas, conversamos com os adolescentes e jovens para ouvir mais a respeito de suas ações dentro da comunidade, tecendo reflexões acerca de suas trajetórias de vida e fazendo discussões sobre direitos das juventudes para potencializar esse dispositivo grupal. A partir desse diálogo, surgiu a possibilidade de trabalharmos no fortalecimento do grupo de adolescentes e jovens “Estrelas do Campo”, que se reunia semanalmente para realizar atividades de esportes.

Em parceria com o Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC) e a ONG Diaconia, foram realizadas 11 rodas de conversas e oficinas com um grupo de adolescentes e jovens denominado Estrelas do Campo. Os temas foram escolhidos pelos próprios participantes, pois as intervenções foram trabalhadas na perspectiva de mapear as demandas do grupo para que pudéssemos contribuir com seu fortalecimento como um coletivo juvenil. Foram trabalhados temas que giravam em torno de “Projetos de vida”, “Estatuto da Juventude” e “Segurança Pública” a partir do debate de letras de músicas, dramatizações, construção de cartazes, produção de desenhos e jogos cooperativos. A composição de cada encontro possibilitava que pensássemos conjuntamente a temática do próximo.

Pensar nas trajetórias e projetos de vida, por exemplo, possibilitou que os adolescentes e jovens refletissem a respeito das diversas dificuldades interpostas em seus cotidianos no tocante a vislumbrarem um futuro na comunidade, como a ausência ou o não acesso às políticas públicas e até mesmo a questão da violência. Desse modo, essas discussões fizeram surgir debates sobre direitos da Juventude, a partir do que foram pensadas rodas de conversas e oficinas nas quais os adolescentes e jovens dialogassem sobre quais eram os direitos garantidos e quais não para aquelas juventudes, pensando a realidade de seu bairro. A maioria dos participantes comentou a ausência de garantia de direito na comunidade, o que corrobora a condição de cidadania escassa (SALES, 2007) a que estão submetidas tais juventudes em contextos periféricos, o que induz maximização da condição precária daquelas vidas nas margens urbanas (BUTLER, 2015).

No encontro sobre “Segurança Pública”, os adolescentes e jovens montaram uma esquete na qual escolheram mostrar como era a abordagem policial em sua comunidade, o que desencadeou uma conversa sobre qual perfil de jovem tem sido parado nas abordagens e acerca do recrudescimento de práticas militarizadas de segurança na comunidade, o que indica como juventudes que interseccionam marcadores raciais, de classe e gênero são (des)subjetivadas como virtualmente criminosas e potencialmente perigosas (COIMBRA, 2001) e alvos precípuos de seletividade punitivo-penal e racismo estrutural (ALMEIDA, 2018). Essa atividade foi emblemática em relação às outras, pois em todas as temáticas surgia espontaneamente alguma fala ou gesto sobre violências institucionais no cotidiano daqueles

jovens. Nos preparativos para uma atividade de jogo cooperativo, alguns participantes chegaram a encenar o modo como eram abordados pela polícia, evidenciando que seria preciso dar visibilidade e dizibilidade com os adolescentes e jovens àquele acontecimento cotidiano num encontro específico, por isso a esquete para fomentar as discussões a respeito de segurança pública.

No segundo semestre, o projeto criou um grupo de apoio psicossocial a mulheres em situação de violação de direitos e violência, a partir da realização de 20 rodas de conversações, com frequência semanal. O grupo se deu em parceria com a ONG Visão Mundial e seu objetivo foi criar e fortalecer um espaço de escuta e fomento de práticas de autocuidado e cuidado compartilhado entre essas mulheres. Os encontros foram construídos em parceria de articuladores sociais da comunidade do Santa Filomena, o que foi primordial para a inserção territorial e o vínculo com as mulheres.

Diante do que nos trouxeram, percebemos que as situações violações de direitos vividas pelas mulheres iam desde a falta de saneamento básico até a perda de seus filhos em decorrência da violência urbana. Algumas também tinha filhos em situação privativa de liberdade e relatavam sofrimentos advindos desta situação. Durante as rodas de conversas pudemos trabalhar mais a respeito das significações de ser mulher dentro daquela comunidade, o reconhecimento de redes de afetos a apoio a quem elas poderiam recorrer em situação de sofrimento, sobre a condição de mulher negra e periférica, bem como sobre práticas de cuidado em saúde. As metodologias usadas a cada encontro enfocavam a potencialização das mulheres do grupo, pois as participantes eram desafiadas a sair de sua rotina de afazeres domésticos e preocupações cotidianas para, além das conversas, produzirem pinturas, desenhos, escritas e danças que trabalhassem tanto as percepções de si quanto os vínculos grupais. Também foram realizados passeios, com o intuito de gerar uma maior democratização do espaço da cidade, uma vez que muitas das mulheres não podiam visitar certos lugares por conta de suas limitações socioeconômicas e dos conflitos territoriais.

O espaço dos encontros se deu fundamental na escola municipal Jornalista José Blanchard Girão da Silva. Alguns momentos do grupo também se deram fora da comunidade, para que as participantes pudessem conhecer outros espaços da cidade de Fortaleza, pois muitas ainda não conheciam espaços como o Parque do Cocó e Dragão do Mar, bem como puderam

visitar a Praia da Beira-Mar. Momentos estes de uma maior democratização do espaço da cidade, uma vez que muitas não podem visitar por conta de suas limitações econômicas e a distância de sua moradia até esses locais.

O trabalho de criação de um grupo foi fundamental para que entendêssemos as implicações psicossociais dessas mortes junto à mães e/ou familiares. Com as rodas de conversa e as oficinas, pudemos notar que as mulheres, no início do grupo, pouco falavam. Isso pode estar relacionado ao tempo que era necessário para criar uma vinculação entre elas que permitisse que suas questões fossem apresentadas. No entanto, ao fazermos avaliações, com elas, sobre o processo grupal, ou, partindo de exposições espontâneas delas, era dito que aquele grupo lhes possibilitava exercitar o ato da fala. Para Kilomba (2010), o silenciamento da mulher negra é uma marca da colonialidade e pode ser metaforizado pela imagem de uma máscara que tapava a boca das escravas. Pudemos, então, produzir uma atenção mais sensível ao que se calava nas experiências daquelas mulheres naquela comunidade e às máscaras que ainda lhes são impostas. Essa reflexão sobre a fala e o silenciamento se torna pertinente porque dizer que o grupo possibilitava a fala se tornou um emblema daqueles encontros. Desse modo, entendemos que a partilha entre as mulheres possibilitou criar um comum que não é dado de antemão (KASTRUP; PASSOS, 2013), um comum em que se pôde negociar sentidos. Ou seja, a partir do momento em que, no grupo, pusemos em discussão o próprio silêncio, buscamos estilhaçar a máscara que, na discussão de Kilomba (2010) era um dos principais instrumentos do projeto colonial, que se atualiza na subalternização de mulheres negras e no aviltamento de seu lugar de fala (RIBEIRO, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, buscamos mostrar experiências extensionistas que assinalam como o projeto EntreTantos tem acompanhado coletivos e composto com eles redes de ações e rodas de conversações que produzam planos comuns e novas subjetividades, a partir de trocas entre universidade, em especial o curso de psicologia, com movimentos sociais, coletivos juvenis, organizações da sociedade civil que atuam com juventudes e grupos comunitários em Fortaleza

Com tal projeto, portanto, procuramos fortalecer a problematização da violência urbana envolvendo jovens e contribuir com a criação de dispositivos da invenção de planos de

visibilidade e de dizibilidade de insurgências cotidianas aos assujeitamentos sofridos por quem vive nas margens urbanas da capital cearense.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARROS, J. P. P. et al. “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, 9(1), 117-128, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/30781>> Acesso em: 12 Dez. 2018.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cad. Pagu**, Campinas, n. 53, e185305, 2018 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Dez. 2018.

BORGES, D. L; CANO, I. **Índice de homicídios na adolescência: IHA 2014**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2017.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Corpos em Aliança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA - CCPHA. Cada vida importa: relatório do primeiro semestre de 2017, Fortaleza, 2018. Disponível em:

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **12º Anuário de Segurança Pública**. São Paulo: o autor, 2018.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 263-280, 2013 .

KILOMBA, G. The Mask. Traduzido por Jessica Oliveira de Jesus. **Cadernos de Literatura e tradução**, n. 16, 2016, p. 171-180.

LIMA, F. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cad. de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 04, n. 02, p. 66-82, 2018.

MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte e Ensaios*, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 12 Dez. 2018.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SALES, M. A. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São paulo: Cortez, 2007.

REATIVAÇÃO DE UM GRUPO DE PUERICULTURA COLETIVA: INTEGRANDO ENSINO, SERVIÇO E COMUNIDADE

CAVALCANTE, F.M.L.¹; SOUSA, F.W.M de ²; OLIVEIRA, I.K.M. ³; AMARAL, H.R.M. ⁴; MARINHO, G.M. ⁵ & DA SILVA, M.A.M. ⁶

¹Graduando em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: marceloleandrocavalcante98@hotmail.com.
²Graduando em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: williancarire123@gmail.com. ³Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: ingridkelly17.ik@gmail.com. ⁴Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: hiara_amaral@hotmail.com. ⁵Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: gabriela.m.marinho@hotmail.com; ⁶Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente do curso de Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: adelanemonteiro@hotmail.com.

Artigo submetido em outubro de 2019 - DOI 10.32356/exta.v19.n1.42304

RESUMO

O grupo de puericultura constitui uma estratégia de ampliação da promoção e prevenção da saúde da criança, oportunizando a qualificação da assistência e o desenvolvimento de atividades educativas com mães. Objetivou-se relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem na reativação de grupo de puericultura coletiva de um Centro de Saúde da Família (CSF) de um município do interior do estado Ceará. Trata-se de um relato de experiência, referente às atividades de extensão desenvolvidas por acadêmicos de enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú, no período de junho a agosto de 2019. Estas atividades tiveram como objetivo contribuir para melhoria da qualidade dos serviços voltados à promoção da saúde materno-infantil. Utilizou-se o modelo de planejamento em saúde proposto por Imperatori & Giraldes (1993), constituído de três etapas: Elaboração do Plano;

Execução e Avaliação, a partir do qual elaborou-se como intervenção comunitária a reativação de um grupo de puericultura coletiva. Foram realizadas atividades educativas com as mães, baseando-se nos princípios de Paulo Freire (2011), abordando temas como: desenvolvimento psicomotor da criança; prevenção de acidentes e primeiros socorros; crescimento, desenvolvimento e hábitos de vida saudáveis. A reativação do grupo de puericultura coletiva se mostrou uma estratégia efetiva na ampliação da atenção à saúde das crianças adscritas à unidade saúde, sendo também um espaço de diálogo, esclarecimento de dúvidas, troca de experiências e saberes com as mães. Além disso, proporcionou aos acadêmicos o aprimoramento de competências e habilidades, e conhecimentos a respeito da assistência à saúde da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde da criança. Promoção da saúde. Educação em saúde. Planejamento em saúde. Intervenção comunitária.

REACTIVATION OF A COLECTIVE CHILD CARE GROUP: INTEGRATING TEACHING, SERVICE AND COMMUNITY

ABSTRACT

The child care group is a strategy for expanding child health promotion and prevention, opportunity the qualification of assistance and development of educational activities with mother. Aimed to report the experience of nursing students on reactivation of collective group childcare from a Health Family Center, from a municipalaty of interior of Ceará. This is an experience report, related to extension activities carried out by nursing students from Vale do Acaraú State University, from June to August 2019. These extension activities aimed to promote improvements in the service aimed to maternal and child health. It was used health planning model proposed by Imperatori e Giraldes (1993), which consists in three steps: Elaboration of the plan; Execution and

Avaluation, from which it was elaborated as community intervention the reactivation of collective child care group. Principles of Paulo Freire's Method (2011) were also used to perform health education activities with mothers, approaching themes such as: child psicomotor development, acidentes prevention and first aid, growth, development and life healthy habits. Conclusion: the reactivation of collective child care group proved to be a fundamental strategy to expand child health attention enrolled in the health unit, being a space of dialogue, doubts clarification, exchange of experiences and knowledge with mothers. Beyond this, it provided to academics skill and abilities improvements, and knowledge about child health attention.

KEYWORDS: Child Health. Health Promotion. Health Education. Health Planning. Community intervention.

INTRODUÇÃO

A puericultura é uma importante estratégia de promoção de cuidados preventivos e constitui um dos principais eixos de atenção à saúde da criança. Proporciona orientações e ações de promoção da saúde infantil, além de possibilitar a identificação em tempo oportuno de problemas de saúde e oportunizar a realização de intervenções precocemente (BERNARDO et al, 2017).

Além da avaliação da criança, também se desenvolve na puericultura o acompanhamento da relação entre mãe e filho e avaliação do contexto familiar e social, com a identificação das vulnerabilidades e ampliação do vínculo entre profissional e mãe, facilitando, desta forma, o cuidado adequado à criança (BRÍGIDO; SANTOS; PRADO, 2019).

É recomendado pelo Ministério da Saúde que sejam realizadas sete consultas de puericultura no primeiro ano de vida (na 1ª semana, 1º mês, 2º mês, 4º mês, 6º mês, 9º mês e 12º mês), duas consultas no segundo ano de vida (no 18º e 24º mês) e, posteriormente, consultas anuais próximas ao mês de aniversário, com realização de busca ativa dos faltosos. Contudo, a meta de garantir efetivamente o direito à vida e à saúde às crianças ainda não foi alcançada e muitas delas não têm o devido acompanhamento (BRASIL, 2012). Desta forma, a atenção integral à saúde da criança tem sido um desafio aos serviços de saúde, requerendo conhecimentos técnico-científicos e novas estratégias que ampliem o acesso ao serviço de saúde para que haja a prestação de um cuidado contínuo pelos profissionais durante toda a infância e nos ciclos de vida que se seguem (GÓES et al, 2018).

Neste contexto, a assistência prestada pelos enfermeiros da Estratégia Saúde da Família (ESF) à criança é essencial, devendo constituir-se de ações que vão além dos muros da unidade de saúde, com o objetivo de desenvolver ações de prevenção, proteção e promoção da saúde. Este cuidado deve ser planejado e programado, devendo envolver a utilização das tecnologias em saúde, apoio das instituições e equipamentos sociais e uso da educação em saúde direcionada à aprendizagem das mães, de forma a oportunizar sua participação ativa e autonomia nos cuidados de seus filhos (VIEIRA et al, 2018).

Dentre as diversas atividades educativas desenvolvidas pelas equipes da ESF, as ações promovidas por meio de grupos de convivência têm sido uma ferramenta potencial na prestação

de um cuidado integral e contínuo aos indivíduos e famílias, promovendo interação, diálogo, facilitando a fala e a troca de experiências entre os integrantes do grupo e produzindo reflexões que oportunizam a mudanças de comportamentos e melhora da qualidade de vida dos participantes (BRANCO et al, 2014; SILVA et al, 2018).

Nesta perspectiva, o grupo de puericultura surge como uma proposta de ampliar a promoção e prevenção da saúde das crianças, oportunizando a qualificação da assistência e o desenvolvimento de atividades educativas com as mães. Constitui um espaço privilegiado e é uma potente ferramenta para a prestação de uma assistência integral, permitindo a troca de experiências e saberes entre as mães e interação entre as crianças (BRANCO et al, 2014).

Tendo em vista a importância dessas estratégias de promoção e prevenção da saúde que ampliem a atenção à saúde da criança, em especial a contribuição da integração ensino-serviço-comunidade no fortalecimento dos serviços de saúde, este relato objetiva descrever a experiência de acadêmicos de enfermagem na reativação do grupo de puericultura coletiva de um Centro de Saúde da Família de um município do interior do estado do Ceará.

MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência, desenvolvido por acadêmicos de enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) a partir de atividades extensionistas propostas pelo módulo Práticas Interdisciplinares em Ensino, Pesquisa e Extensão II (PIEPE II) da grade curricular do curso de enfermagem da referida instituição. As atividades foram realizadas em um Centro de Saúde da Família (CSF) de um município do interior do estado do Ceará, no período de junho a agosto de 2019.

A unidade de saúde em estudo foi inaugurado em 2001 e presta assistência à saúde a população de quatro bairros, possui 3117 famílias adscritas, com uma população de aproximadamente 10.039 pessoas, sendo 1069 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. Possui quatro equipes de Saúde da Família e duas equipes de Saúde Bucal. Além disso, conta com instituições e equipamentos sociais de apoio em seu território.

O módulo Práticas Interdisciplinares em Ensino, Pesquisa e Extensão II tem como objetivo integrar ensino, serviço e comunidade em uma perspectiva de transformação social e fortalecimento dos serviços oferecidos nas unidades de saúde voltados à promoção da saúde

materno-infantil, além de ampliar a formação acadêmico-profissional dos graduandos, preparando-os para desempenhar as atribuições profissionais com efetividade, resolutividade e competência, e possibilitando integrar a teoria apreendida em sala de aula à prática profissional.

A integração entre ensino, serviço e comunidade por meio da extensão universitária pode ser compreendida como um processo educativo, cultural e científico que integra o ensino e a pesquisa como uma forma de promover a transformação social por meio da aproximação entre a universidade e a sociedade. É uma potente ferramenta que possibilita o desenvolvimento humano e social dos estudantes, oportunizando a aquisição de experiências que vão além dos muros da universidade e que ampliem o contato com a comunidade (LIMA; SEGALA; TREVISAN, 2016).

Diante disso, no desenvolvimento das práticas extensionista, buscou-se promover uma intervenção comunitária no referido CSF com o propósito de atender a uma necessidade que o mesmo possuía. Neste caso, identificamos a necessidade de ampliar a atenção à saúde das crianças adscritas à unidade, para a qual pensou-se como intervenção a reativação do grupo de puericultura coletiva.

Para o planejamento da intervenção comunitária utilizou-se como referencial o modelo de planejamento em saúde desenvolvido por Imperatori e Giraldes (1993), que é constituído de três etapas: Elaboração do Plano, que envolve as fases de diagnóstico situacional, definição de prioridades, fixação de objetivos, seleção de estratégias, elaboração do projeto e preparação para a execução; Execução e Avaliação.

Para o embasamento e condução de atividades de educação em saúde com as mães, utilizaram-se princípios da pedagogia libertadora de Paulo Freire (2011) como: educação problematizadora e conscientizadora, dialogicidade, humanização e empoderamento. Este referencial foi escolhido por proporcionar uma metodologia que oportuniza a educação problematizadora, que contribui para a libertação e emancipação do indivíduo por meio da construção de seu senso crítico no processo de aquisição de seu conhecimento e mudança da realidade em que vive (ARAÚJO et al, 2011).

A metodologia de Paulo Freire oportuniza a compreensão e resolução de uma problemática contextualizada, que leva em consideração os sujeitos socioculturais e a importância de sua participação na discussão de questões de interesse coletivo (ARAÚJO et al,

2011). Desta forma, busca-se promover o desenvolvimento do ser humano através de sua participação ativa para transformar a sua consciência diante dos problemas e situações que o atingem e promover mudanças no contexto social no qual está inserido (COSTA, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para facilitar a compreensão do processo de implantação e condução da intervenção comunitária, serão apresentados a seguir subtópicos relacionados às atividades realizadas em cada etapa do modelo de planejamento em saúde.

Elaboração do plano: construindo caminhos e possibilidades na atenção à criança

A etapa de Elaboração do plano é dividida em seis fases: diagnóstico situacional, que representa uma necessidade de saúde da população; definição de prioridades, ou seja, algo que deve ser solucionado como prioridade em relação a outras demandas; fixação de objetivos, ou seja, as metas a serem alcançadas; seleção de estratégias, que consiste em um conjunto de ações com finalidade de atingir os objetivos estabelecidos, sendo necessário traçar estratégias potenciais e escolher as que são aplicáveis, analisar a adequação dos recursos a serem utilizados e reavaliar as estratégias e os objetivos; elaboração do projeto, que deve descrever a intervenção, especificar o local, horário de realização das atividades, como e por quem elas serão colocadas em prática; preparação para a execução, na qual devem ser analisadas as atividades e estratégias que serão usadas para alcançar os objetivos (IMPERATORI; GIRALDES, 1993).

Na fase 1, identificamos como diagnóstico situacional a necessidade do CSF de reativar o grupo de puericultura coletiva, que estava estagnado, e ampliar a atenção à saúde das crianças, que em sua maioria não realizaram todas as consultas preconizadas, sendo que uma parcela de crianças era acompanhada nos serviços privados; na fase 2, definiu-se como prioridade avaliar a situação das consultas de puericultura das crianças com faixa etária entre 2 e 5 anos, para, a partir disso, proporcionar encontros grupais para realização das consultas de puericultura coletiva para cada faixa etária.

Como objetivos estabeleceram-se: reativar o grupo de puericultura coletiva; ampliar o acompanhamento de saúde das crianças por meio de consultas de puericultura coletiva, através

de encontros quinzenais como público; promover o empoderamento das mães por meio de atividades educativas relacionadas aos cuidados básicos com a saúde de seus filhos.

Na fase 4, foram elencadas como estratégias: a consulta nos prontuários das crianças para avaliar a situação das consultas de puericultura e selecionar o público mais vulnerável; a realização de sala de espera nos espaços do CSF para discutir sobre a puericultura e sua importância; elaboração de convites impressos para divulgar o grupo e atrair as mães; busca ativa das crianças pelos Agentes Comunitários de Saúde; utilização de instituições e equipamentos sociais como espaços para realizar os encontros do grupo.

Na fase 5, foi elaborado o projeto de intervenção comunitária, que consistiu na reativação do grupo de puericultura coletiva da referida unidade de saúde e teve como objetivo ampliar o acompanhamento das crianças e a participação das mães, possibilitando o maior contato entre profissionais do CSF e a população por meio de uma abordagem holística, que coloque as necessidades de saúde em foco e busquem fomentar o direito à saúde, a equidade e a participação social ativa.

Na fase 6, de preparação para a execução dos encontros do grupo, inicialmente realizamos o planejamento das atividades junto às equipes do CSF. Nesse momento, acordamos qual faixa etária seria contemplada a cada encontro, o local e data para realização das ações, e as temáticas educativas que seriam abordadas com as mães. Também foram avaliadas as estratégias a serem seguidas e foram preparados os materiais para o desenvolvimento dos encontros, incluindo tecnologias leve-duras, ferramentas fundamentais no processo de ensino, bem como um meio facilitador e auxiliador para prover conhecimento e saúde à população (SILVA; CARREIRO; MELLO, 2017).

Execução: colocando em prática a intervenção comunitária

Após a Elaboração do Plano, iniciou-se a etapa de Execução, na qual as estratégias e atividades planejadas foram colocadas em prática. Nesta etapa foram planejados quatro encontros com o grupo de puericultura coletiva, dos quais foram desenvolvidos apenas três, pois no terceiro encontro o público esperado não compareceu.

Nesses encontros foram desenvolvidas as consultas de puericultura e foram realizadas as atividades de educação em saúde com as mães baseando-se nos princípios do Método de

Paulo Freire para proporcionar um espaço de diálogo não impositivo, aprendido e construção do conhecimento acerca dos temas discutidos. Para estimular o diálogo, utilizamos questões norteadoras e disparadoras do diálogo, e imagens ilustrativas para contextualizar e problematizar os temas. Os assuntos abordados nas ações educativas foram: desenvolvimento psicomotor da criança; prevenção de acidentes e primeiros socorros; crescimento, desenvolvimento e hábitos de vida saudáveis, já o tema verminoses e dermatites não pode ser trabalhado durante a vigência das atividades de extensão devido a fatores técnicos que impossibilitaram sua execução.

QUADRO 1 - Descrição das atividades planejadas para os encontros do grupo de puericultura coletiva, Sobral, Ceará, Brasil, 2019.

Encontro	Participantes	Temáticas	Objetivos	Metodologia
1	42 crianças de 2 anos	Desenvolvimento psicomotor	Avaliar e discutir sobre o desenvolvimento psicomotor da criança e a importância da promoção de um desenvolvimento saudável.	Consultas de puericultura. Uso de tecnologia leve-dura denominada tapete sensorial, imagens ilustrativas e roda de conversa
2	59 crianças de 3 anos	Prevenção de acidentes e primeiros socorros	Discutir sobre os acidentes em crianças: queimaduras, intoxicação, engasgo e choque elétrico, e formas de preveni-los; preparar mães para prestar primeiros socorros nessas situações.	Consultas de puericultura. Roda de conversa para discussão da temática; uso de imagens ilustrativas e demonstrações das práticas de primeiros socorros
3	53 crianças de 4 anos	Verminoses e dermatites	Dialogar sobre verminoses e dermatites, prevenção e tratamento destes agravos comuns em crianças	Consultas de puericultura. Roda de conversa com as mães; uso de imagens ilustrativas.
4	64 crianças de 5 anos	Crescimento, desenvolvimento e hábitos saudáveis	Avaliar o crescimento e desenvolvimento e proporcionar um momento de diálogo sobre hábitos saudáveis.	Consultas de puericultura para avaliar crescimento e desenvolvimento; roda de conversa sobre hábitos de vida saudáveis; uso de imagens ilustrativas.

Fonte: Autores (2019).

Avaliação: repensar para reconstruir

Nesta etapa, foi realizada a avaliação normativa da intervenção comunitária por meio

da análise dos recursos empregados e a organização/estrutura, serviços produzidos e impacto da intervenção na atenção à saúde do público alvo (AZEVEDO et al, 2018).

Nesta perspectiva, utilizamos como recursos materiais recicláveis para construção de tecnologias leve-duras, tecnologias duras como balanças e fita antropométricas para avaliação da criança; para a organização/estrutura contamos com o apoio das instituições sociais como locais para a realização das atividades do grupo, o que se mostrou uma estratégia louvável por possibilitar uma maior adesão e participação do público, uma vez que o território no qual a população vive constitui um espaço privilegiado que facilita o acesso às atividades de saúde.

Uma fragilidade enfrentada diz respeito ao horário estabelecido para os encontros, que ocorriam na sextas-feiras pela manhã, o que coincidia com o horário escolar das crianças, dificultando a participação do público esperado. Outro contratempo foi o difícil acesso de uma parte da população às instituições sociais escolhidas, visto que muitas pessoas não frequentavam essa área do território do CSF, por esta ser marcada pelo domínio de organizações criminosas.

Como resultados da intervenção houve o próprio grupo de puericultura coletiva, modelo complementar para a atenção à saúde da criança. Em relação ao impacto das ações, apesar de não termos atingido todo o público esperado, foi possível realizar a consulta de puericultura de um número considerável de crianças e promover empoderamento das mães sobre os cuidados com a saúde de seus filhos.

A reativação o grupo de puericultura coletiva mostrou-se uma importante estratégia de promoção da saúde, elemento essencial para o Sistema único de Saúde (SUS) descrito como um conjunto de estratégias de produção da saúde, um processo de preparação dos indivíduos e comunidades com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, englobando a estruturação de novas formas de promoção da saúde e reorientação dos serviços prestados, favorecendo o estímulo da participação da comunidade e dos indivíduos no planejamento e discussão das necessidade coletivas (MALTA et al, 2018).

Destarte, o planejamento proposto por Imperatori e Giraldes, delineado junto as equipes do CSF foi fundamental para elaborar o plano de intervenção comunitária, implicando em um esforço coletivo para que as ações fossem concretizadas. Destaca-se, assim, a importância da análise e compreensão interdisciplinar das necessidades e problemas de saúde da população,

oportunizando o diálogo entre diversos atores de mudanças para traçar as intervenções sobre os determinantes e condicionantes de saúde da comunidade (TOMASI; SOUZA; MADUREIRA, 2018).

As estratégias utilizadas para atrair o público foram imprescindíveis para dar visibilidade ao grupo de puericultura coletiva. A realização da roda de conversa na sala de espera possibilitou discutir com os usuários do CSF sobre a importância da puericultura, mostrando assim, que a sala de espera pode ser utilizada para o desenvolvimento de ações educativas, constituindo um espaço de diálogo que permite orientar e empoderar os usuários sobre a temática abordada (GIL et al, 2018).

Nesse cenário, as ações de educação em saúde são ferramentas eficazes, que buscam promover o estímulo à prevenção e ao autocuidado. Desenvolvidas junto à comunidade, facilitam a adesão da população às práticas saudáveis, fortalecendo sua autonomia e suscitando a reflexão crítica frente aos assuntos discutidos, ajudando na mudança de comportamentais necessárias a melhora da qualidade de vida (ARAÚJO et al, 2018).

A discussão sobre desenvolvimento psicomotor da criança por meio de imagens ilustrativas e do tapete sensorial se mostrou essencial, pois trouxe conhecimento às mães sobre a importância da promoção de um desenvolvimento psicomotor adequado, da promoção de estímulos à criança e detecção precoce de alterações. Desta forma, o tapete sensorial foi um excelente recurso pedagógico, que estruturado por texturas, diferentes formas e cores promove estimulações táteis, proprioceptivas e vestibulares, nos quais se avalia gradual e organizadamente as respostas da criança, respeitando-se sua faixa etária e ritmo de aprendizagem (ANTUNES; VICENTINI, 2005).

A abordagem sobre a temática prevenção de acidentes e primeiros socorros também foi de grande relevância, uma vez que choque elétrico, engasgo, intoxicação e queimaduras representam os principais acidentes domésticos em crianças, sendo necessário que as mães saibam como prevenir e lidar com essas situações para que possam prestar adequadamente os primeiros socorros (BRASIL, 2012). Os acidentes ocorrem principalmente nas crianças que se tornam mais ativas e independentes dos pais para se movimentarem, uma vez que brincam, são mais curiosas, gostam de aprender e imitam o comportamento dos pais, predispondo-se a algum tipo de acidente (BRITO et al, 2017). Neste sentido, as orientações, demonstrações, diálogo e

troca de experiências entre as mães permitiu problematizar o tema e orientá-las para que saibam tanto como prevenir esses acidentes, como agir diante destas emergências e acionar o Serviço Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Outra temática importante foi crescimento, desenvolvimento e práticas saudáveis, dialogado com as mães e seus respectivos filhos na faixa etária de 5 anos. Esta temática foi pensada tendo em vista que os hábitos de vida desde a infância são cada vez mais inadequados, resultando no estilo de vida sedentário, dieta não saudável e doenças crônicas como obesidade, algo que necessita de intervenções mais eficazes para combater essa problemática (RIBEIRO; SPADELLA, 2018).

Assim, nesta atividade pode-se dialogar com as mães sobre seus hábitos de vida e de seus filhos, sobre práticas de alimentação saudável, prática de exercícios físicos na infância e estratégias para facilitar a aceitação de alimentos saudáveis por parte da criança. Também ocorreram as consultas de puericultura com avaliação antropométrica e avaliação do consumo alimentar através do preenchimento da Ficha de Marcadores de Consumo Alimentar do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

Para estimular a continuidade das atividades do grupo de puericultura coletiva discutimos com os profissionais da unidade sobre o impacto e contribuições do grupo e elaboramos um folder educativo estruturado com informações sobre a puericultura e sua importância, com espaços para anotação do cronograma dos encontros do grupo, como dia, local e horário. Como limitações destacam-se a não participação de todo o público esperado nas ações e o não desenvolvimento do Método de Paulo Freire como um todo, uma vez que as atividades de educação em saúde foram conduzidas com mães diferentes a cada encontro.

Vale pontuar a contribuição dessas atividades para a formação dos acadêmicos, uma vez nos foi oportunizado o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos a respeito da assistência à saúde da criança, favorecendo o trabalho em equipe, o desenvolvimento de competências comunicacionais, relacionais e de trabalho com grupos de promoção da saúde. Além disso, pudemos compreender o contexto de atuação do enfermeiro na Estratégia Saúde da Família, suas responsabilidades e desafios que enfrenta para contribuir com a assistência à saúde da população pela qual assume responsabilidade.

CONCLUSÃO

A reativação do grupo de puericultura coletiva foi fundamental para ampliar a promoção da saúde das crianças e empoderar as mães sobre os assuntos abordados. O grupo constituiu um espaço de diálogo, esclarecimento de dúvidas, troca de experiências e saberes com as mães, além de facilitar a promoção de cuidados às crianças, refletindo na melhoria de sua qualidade de vida.

O planejamento em saúde proposto por Imperatori e Giraldes, o uso princípios da pedagogia libertadora de Paulo Freire e as estratégias utilizadas foram fatores cruciais para cumprir os objetivos da intervenção comunitária. Podemos destacar a utilização dos equipamentos sociais, que oportunizaram uma aproximação maior com as mães, e a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde, que promoveram a busca ativa das crianças e ampliando a participação e adesão do público.

Portanto, fica evidente a importância da extensão universitária no fortalecimento dos serviços de saúde, em especial na promoção da saúde da criança, ampliando o contato e integração entre a comunidade e a universidade. Assim, esperamos estimular os enfermeiros e demais profissionais da saúde a adotarem práticas alternativas e complementares de promoção da saúde da criança, buscando embasamentos teóricos que fundamentem sua prática.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, E.S.C.F.; VICENTINI, C.R. Desenvolvendo a sensibilidade sensorial tátil plantar em portadores de autismo infantil através do “tapete sensorial” - Estudo de três casos. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**. v. 13, n. 1, p. 47-52, 2005. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/177/134>. Acesso em: 23 jul. 2005.

ARAÚJO, M.F.M. et al. Métodos de Oficinas. **Coordenação de grupos. Teoria, prática e pesquisa**. 1ed. Fortaleza: Expressão gráfica, 2011, v. 1, p. 117-37.

ARAÚJO, W.A. et al. Processo de trabalho e planejamento das ações de saúde. **Rev. Enferm. UFPE on line**. v. 12, n. 10, p. 2564-72, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/237485/30144>. Acesso em: 09 ago. 2019.

AZEVEDO, S.B. et al. Instrument for evaluating child hearing health services: construction and validity. **Rev. Esc. Enferm. USP**. v. 52, e03357, p. 1-9, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v52/en_1980-220X-reeusp-52-e03357.pdf. Acesso em: 11

ago. 2019.

BERNARDO, F.M.S. et al. Cuidado ao lactente para mães em consultas de puericultura: intervenção em sala de espera. **Rev. Enferm. UFPE on line**. v. 11, n. 12, p. 5129-38, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/25152/25365>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRANCO, C.K.C.G. et al. Puericultura em Grupo: uma nova perspectiva na atenção à saúde da criança - relato de experiência. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**. v. 18, (Sup.1), p. 63-68, 2014. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/21240>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

BRÍGIDO, A.F.; SANTOS, E.O.; PRADO, E.V. Qualificação do Cuidado a Puericultura: uma Intervenção em Serviço na Estratégia de Saúde da Família. **Rev. Fund. Care Online**. v. 11, n. 2, p. 448-454, 2018. Disponível em:

http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6382/pdf_1. Acesso em 22 jul. 2019.

BRITO, M.A. et al. Fatores de risco no ambiente doméstico para quedas em crianças menores de cinco anos. **Rev. Gaúcha Enferm**. v. 38, n.3, p. 01-09, 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rngen/v38n3/0102-6933-rngen-38-3-e2017-001.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

COSTA, B.B. Paulo Freire: educador-pensador da libertação. **Pro-Posições**. v. 27, n. 1, p. 93-110, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072016000100093&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2019.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 50 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GIL, M.D. et al. Contribuições de atividades educativas realizadas na sala de espera para o acadêmico de enfermagem. **Rev. Enferm. Cent.-Oeste Min**. v. 8, n. e2103, p. 1-8, 2018.

Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/2103/1906>. Acesso em: 09 ago. 2019.

GÓES, F.G.B. et al. Nurses' contributions to good practices in child care: an integrative literature review. **Rev Bras Enferm**. v. 71, supl. 6, p. 2808-17, 2018. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-

71672018001202808&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 jul. 2018.

IMPERATORI, E. GIRALDES, M. **Metodologia do Planejamento em Saúde – Manual para uso em serviços centrais, regionais e locais** (3.a edição). 1993. Lisboa: Escola Nacional de Saúde Pública. Disponível em: Acesso em: 26 jun. 2019.

LIMA, R.M.; SEGALA, M.; TREVISAN, C.M. Promoção do desenvolvimento infantil na escola através de atividades motoras recreativas. **Extensio: R. Eletr. de Extensão**. v. 13, n. 24, p. 105-115. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2016v13n24p105>. Acesso em jul. 2019.

MALTA, D.C. et al. O SUS e a Política Nacional de Promoção da Saúde: perspectiva resultados, avanços e desafios em tempos de crise. **Ciênc. saúde coletiva**. v. 23, n. 6, p. 1799-1809, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000601799&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 ago. 2019.

RIBEIRO, Z.M.T.; SPADELLA, M.A. Validação de conteúdo de material educativo sobre alimentação saudável para crianças menores de dois anos. **Rev. paul. pediatr.** v. 36, n. 2, p. 155-163, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822018000200155&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 ago. 2019.

SILVA, D.M.L.; CARREIRO, F.A.; MELLO, R. Tecnologias educacionais na assistência de enfermagem em educação em saúde: revisão integrativa. **Rev enferm UFPE on line**. v.11, supl. 2, p. 1044-51, 2017. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nxtAction=lnk&exprSearch=30877&indexSearch=ID>. Acesso em: 20 jul. 2019.

SILVA, M.A.M. et al. Grupo operativo com primigestas: uma estratégia de promoção à saúde. **Rev. Bras. Promoç. Saúde**. v. 31, n. 1, p. 1-11, 2018. Disponível em: <http://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/6406>. Acesso em 24 jul. 2019.

TOMASI, Y.T.; SOUZA, J.B.; MADUREIRA, V.S.F. Diagnóstico comunitário na estratégia saúde da família: potencialidades e desafios. **Rev. Enferm. UFPE on line**. v. 12, n. 6, p. 1546-53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/230505/29180>. Acesso em: 09 ago. 2019.

VIEIRA, D.S. et al. A prática do enfermeiro na consulta de puericultura na estratégia saúde da família. **Texto Contexto Enferm**. v. 27, n. 4. e4890017, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000400318. Acesso em 23 jul. 2019.